

*UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA / UFSC
PROGRAMA DE POS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS / CFH*

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

A condição do espaço MST no movimento da sociedade burguesa

Educando: Marcelos João Alves

Orientador: Idaleto Malvezzi Aued

Florianópolis/SC, setembro de 2005

Marcelos João Alves

A condição do espaço MST no movimento da sociedade burguesa

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação do Professor Doutor Idaleto Malvezzi Aued.

Florianópolis/SC, setembro de 2005

Comissão Examinadora:

Professor Doutor Idaleto Malvezzi Aued
Orientador

Professora Doutor
Membro

Professor Doutor
Membro

Professora Doutor
Suplente

*Sem a terra repartida, que prazer tem a vida?
Pensava o sertanejo sem um prato de comida.
Só um punhado de terra daria conta de sua lida?
Onde plantaria seus pés todos cheios de feridas?
Se por tudo onde passava, a cerca estava estendida
Ia mais rápida que ele caminhando nas subidas.
Com pernas feitas de estacas e a espinha retorcida
De arames com seus grampos margeando a estrada sem vida.
Deitou-se para morrer sob a lona ressequida
Mas teve sorte o poeta de sonhar com a saída
E ao acordar divulgou a mensagem recebida
E contou a seus vizinhos o que vira em sua dormida
Sonhei com terras plantadas, sonhei com flores floridas
Sonhei com casas pintadas... frutas amadurecidas.
Sonhei com jovens cantando em escolas construídas
Com mulheres liderando as batalhas tão sofridas.
Sonhei com árvores grossas e matas verdes crescidas
Sonhei com água corrente despencando das descidas
Sonhei mais, com trabalho feito com as mãos despidas
Cereais e plantações se transformando em comida
Abraços dados com força em cada espécie de vida.
Sonhei com ocupações, marchas e estradas compridas
Sonhei com revolução, multidões vendo saídas
Riquezas acumuladas de uma só vez repartidas.
Sonhei puxar com as mãos, todas as idéias retidas
Em levar conhecimento a consciências adormecidas.
A levantar a bandeira de todas causas perdidas.
Sonhei com grandes vitórias e a dominação vencida.
Sonhei com minha cabeça, levantada e bem erguida
Sonhei em fazer a história sem coisas dadas e retidas
A buscar com minhas forças as coisas oferecidas.
Sonhei em fazer do campo de minha pátria querida
Um lugar de gente livre se amando em terras carpidas
Um espaço de prazer sem ter vontades contidas.
E todos os que ouviram, sentiram as forças retidas
A moverem devagar as enfraquecidas
E levantaram os corpos feito uma água fervida
Borbulhando contra as cercas que fácil foram rompidas
E os arames gotejavam toda maldade contida
Ali nasce uma estrada... nunca mais interrompida.
Hoje a terra repartida, dá gosto viver a vida.*

Ademar Bogo

Participar do Movimento Sem Terra
é aprender que terra e vida se entrelaçam em nossas vidas.

Resumo

A hipótese deste trabalho origina-se da compreensão de que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, através de sua organicidade, é em si um espaço possível de surgimento de relações sociais que se diferenciam - na reprodução de sua existência – das relações engendradas pela sociedade burguesa, criando condições para o surgimento, ainda que de forma germinal, dos fundamentos da sociedade socialista.

Para compreender a abrangência desse processo, partimos de uma análise conceitual a respeito da formação do espaço sob a orientação do modo de produção e reprodução dos homens na sociedade brasileira atual, com as respectivas orientações teóricas e metodológicas da vertente do Materialismo Histórico, nas quais nos fundamentamos

O pressuposto desta análise parte da compreensão de que o modo de produção capitalista gera inevitavelmente a expropriação e a exploração (Marx, 1986), condicionando os trabalhadores expropriados da possibilidade do desenvolvimento de sua condição humana pelo “latifúndio das injustiças sociais”, a viverem à *margem* desta sociedade (*margem* entendida como espaço fora do campo da possibilidade de usufruírem a condição humana socialmente produzida), e que, em razão dessa condição, buscam alternativas de se ressocializarem. Porém, muitas dessas alternativas se incluem na ordem trazida pelos próprios vetores que formam o espaço da sociedade capitalista, pois reforçam a degenerescência da condição humana, como o crime organizado e o narcotráfico. Outras, buscam ainda que de forma incipiente, criar um espaço diferenciado da lógica burguesa. É neste campo, o das experiências que buscam superar os marcos da sociedade do capital, que situamos o MST. A circunstância qualitativa de nossa observação, compreende esse Movimento como espaço social que em si engendra (no horizonte de sua intencionalidade) a proposição de novas relações sociais, as quais estariam pautadas pela solidariedade entre os homens, pela cooperação de uns com os outros como forma de união e na construção de uma sociedade onde não existam *explorados e exploradores* (MST, 1996). Sobre essas bases, o MST, nos espaços conquistados, se territorializa (Fernandes, 1999), impondo sua presença na mediação das relações sociais desenvolvidas em seu interior. A organicidade do Movimento busca construir uma identidade coletiva de reciprocidade – entre a organização e homens, imprimindo uma característica unitária e classista a seus integrantes que os diferenciam na forma de se reproduzirem como classe trabalhadora camponesa.

Palavras chaves: Movimento sociais, MST, Espaço social, Território

Abstract

This work is based on the hypothesis that the Brazilian Landless Worker's Movement (called MST), is, in itself, an organizational environment that allows for the growth of social relations that differ--in their reproduction--from the relations borne out of the bourgeois society. The Movement, in that sense, allows for the development of earlier-stages of fundamental socialistic relations. To understand the scope of this process, we begin with a conceptual analysis of how said environment is created, based on the modes of production and reproduction of the modern Brazilian society. Our analysis is based on the Historical Materialism theoretical and methodological approach. The analysis is based on the understanding that the capitalistic mode of production inevitably creates expropriation and exploration (Marx, 1986). It denies expropriated laborers the chance to improve their human condition by way of the *latifundium* of social injustice. It marginalizes workers, who, in response to this condition, seek alternative means of re-socialization. However, most of these alternative means are part of the *status quo* maintained by the capitalistic society itself; organized crime and drug trafficking, in this sense, only sponsor the deterioration of the human condition. But other alternatives, however, aim to provide an environment outside the logic of the bourgeois society. The Landless Worker's Movement is one of the latter alternatives, that is, which tries to overcome the barriers of capitalism. Our qualitative observation understands the Movement as a social space that generates (based on its objectives) new social relations, based on the solidarity and cooperation between people as a means to unite, and build a society without exploration (MST, 1996). Based on these ideals, the Movement creates new territories (Fernandes, 1999) and imposes itself as one of the mediating powers of social relations within its territorial confines. The organization of the Movement aims at building a collective identity of reciprocity, between the organization and its people. It labels all its members as one unitary class of workers, a working class of peasants.

keywords: social movements; landless worker's movement; social space; territory

APRESENTAÇÃO	9
1 - A PRODUÇÃO E O SENTIDO DO ESPAÇO	16
1.1 - A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA SOCIEDADE BURGUESA - O ESPAÇO BURGUEÊS	26
1.2 - O PROCESSO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA	37
1.3 - O PARADOXO DA SOCIEDADE BURGUESA – O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA COMO CONTRADIÇÃO	41
1.4 - A UNIDADE NA DIVERSIDADE	47
1.5 - A <i>VELHA/NOVA</i> SOCIEDADE	51
2 - O ESPAÇO DA LUTA PELA TERRA	56
2.1 - O PARADOXO DO CAPITALISMO NO CAMPO – O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NA AGRICULTURA	56
2.2 - ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA NO BRASIL	58
2.3 - SISTEMÁTICA HISTÓRICA	67
2.4 - O PROCESSO DE CONCENTRAÇÃO DA TERRA NO BRASIL	68
2.5 - OS FRUTOS: O MOVIMENTO	81
2.6 - O MOVIMENTO DO MOVIMENTO	91
3 – A ORGANICIDADE DO MST COMO FORMADORA DE UM ESPAÇO NOVO	97
3.1 - PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DO INDIVÍDUO NO MOVIMENTO E DO MOVIMENTO NO INDIVÍDUO	104
CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS NÚCLEOS DE BASE DO MST	108
3.2 - A PRÁTICA DO <i>ESPAÇO MST</i>	111
3.3 - VALORES E PRINCÍPIOS DO MST: FERRAMENTAS NA CONSTRUÇÃO DE SEU ESPAÇO	121
4 – CONSIDERAÇÕES EM SÍNTESE	127
APREENDER O MST COMO REFERÊNCIA DE ANÁLISE	128
APREENDER O MST NA DINÂMICA DO MOVIMENTO DA SOCIEDADE	130
APREENDER A ESTRATÉGIA DO MST A PARTIR DA <i>VELHA FORMA</i>	132
BIBLIOGRAFIA	135
ANEXOS	142

APRESENTAÇÃO

O texto que segue é apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, sendo produto do mestrado desenvolvido na área da Geografia Humana, situado no campo de trabalho da Geografia Agrária. O objetivo deste material é o de expor nossas reflexões em torno daquilo que foi o objeto de estudo definido por nós como prioridade, durante o período transcorrido neste Programa.

Neste trabalho nossos esforços se situam inicialmente na releitura do processo de luta pela terra no Brasil, desenvolvido pelo movimento de [re] territorialidade¹ dos camponeses expropriados da possibilidade de acesso à terra, organizados no espaço do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. O estudo tem o propósito de compreender de forma analítica e qualitativa as relações sociais engendradas por este Movimento Social em seu espaço de socialização das pessoas, mulheres e homens, tocados pela proposta organizativa do Movimento.

Para melhor compreensão de nosso objeto de estudo poderíamos apresentá-lo por suas próprias definições: o MST é um Movimento Social popular que se apresenta como um Movimento de massa, de caráter sindical, popular e político, que luta por

¹ Fernandes, 1999.

terra, Reforma Agrária e mudanças na sociedade. Criado em 1984, o MST atua hoje em vinte e três estados brasileiros, envolvendo mais de 1,5 milhão de pessoas, com 350 mil famílias assentadas e 100 mil que ainda vivem em acampamentos. Porém, o MST tem raízes históricas. Sua origem e desenvolvimento são frutos das mobilizações populares de luta pela terra, surgidas no decorrer do desenvolvimento da nação brasileira. Esses trabalhadores são herdeiros das formas de resistência que os camponeses no Brasil forjaram como reação ao processo histórico da centralização e concentração dos meios de produção.

O pressuposto que nos move compreende o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra como espaço social que na elaboração de sua organicidade, busca a reconstrução de novas relações sociais, as quais estariam pautadas pela solidariedade² entre os homens, pela cooperação de uns com os outros como forma de união e na construção de uma sociedade onde não existam *explorados e exploradores* (MST, 1996). Sobre essas bases, o MST, nos espaços conquistados, busca se territorializar (Fernandes, 1999), sendo, a proposta do Movimento, considerada um elemento importante na mediação das relações sociais desenvolvidas em seu interior. A organicidade do Movimento busca construir uma identidade coletiva de reciprocidade - entre a organização e homens³, imprimindo uma característica unitária e classista a seus integrantes que os diferencia na forma de se reproduzirem como classe trabalhadora camponesa. Fato este, a nosso propósito, condicionado pela relação de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade que modificam a composição orgânica do

² O conceito de solidariedade aqui expresso trata de uma condição altruísta, em se doar perante uma situação que nega um conjunto valores, idealizado por aqueles que assumem a solidariedade como princípio, objetivando a justiça social.

³ Carvalho, 1998.

capital operante no setor do 'agro negocio'. Dispensando, a cada momento, um numero cada vez maior de trabalhadores do campo⁴.

Metodologicamente, este estudo estrutura-se em torno de varias linhas de ação, tais como: a pesquisa de campo efetuada, com base nas observações empíricas realizadas no decorrer de minha vivência de mais de dez anos junto a este Movimento Social, acompanhando seu Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente; o estudo dessa Organização a partir de seus documentos, bem como a utilização de material cedido por outros pesquisadores que se debruçaram sobre aspectos pontuais e ou amplos do MST na tarefa de estudar e contribuir para a compreensão deste Movimento Social; a pesquisa bibliográfica que, além das obras clássicas, compreende a leitura de dissertações, teses e estudos direcionados à dinâmica de formatação do espaço, ao funcionamento do modo de produção e reprodução social e à Luta de Classes no campo brasileiro.

Nessa pesquisa, sobre a dinâmica das relações sociais engendradas no ou através do MST em seu espaço de socialização dos homens e mulheres em movimento, acabamos por não dar ênfase a peculiaridades de uma determinada realidade, nem tampouco efetuamos uma análise aprofundada de um determinado estudo de caso, acampamento⁵ ou assentamento⁶, e fizemos isto não por

⁴ Sobre este tema iremos apresenta-lo adiante.

⁵ Trata-se de uma modalidade de luta a qual os agricultores sem-terra utilizam para reivindicar publicamente o acesso à sua cidadania. Os acampamentos surgem das lutas pela conquista da terra sendo uma forma de pressionar o governo para que suas reivindicações, o acesso a terra, seja colocada na pauta de discussão das políticas publicas, numa demonstração de organização e de luta por justiça social. O acampamento é a expressão de uma sociedade em movimento, por ser uma forma de luta temporária porém não estanque. Um mesmo acampamento pode estar na beira de uma estrada ou em uma fazenda, pode estar em uma praça em frente de uma instituição publica. O acampamento e utilizado também como forma de reivindicar do Estado outros direitos negados aos Sem Terra como: escolas nos assentamentos estradas energia elétrica credito. O acampamento também é um espaço de formação dos valores da organização a solidariedade a organicidade a disciplina.

⁶ O termo Assentamento não é próprio, do ponto de vista de apropriação histórica da agricultura camponesa. O termo assentamento foi atribuído inicialmente aqui no Brasil para os processos de ocupação de novas fronteiras

desconsiderar a importância desses estudos, comumente realizados neste tipo de trabalho; procedemos dessa forma por compreender que existe uma intencionalidade assumida como unidade política, intermediada pela presença do capital, em todas as realizações da sociedade, sendo que no espaço do Movimento esta intencionalidade é questionada, e este questionamento se estende a todas as realizações propostas no ou através do MST. De outra forma, poderíamos dizer que a realidade local, é também condicionada por uma totalidade que se estende para além dela própria.

Para compreender a abrangência desse processo partimos primeiramente de uma análise conceitual a respeito da formação do espaço sob a orientação do modo de produção e reprodução dos homens na sociedade brasileira atual, com as respectivas orientações teóricas e metodológicas da vertente do Materialismo Histórico, nas quais nos fundamentamos. Com base em leituras referentes à geografia humana, movimentos sociais, desenvolvimento da sociedade burguesa e capitalismo agrário, nosso olhar esteve focado, neste estudo, em identificar o movimento real do recrudescimento desta sociedade, observando a potencialidade de desenvolvimento da condição humana, e de possíveis indícios da transição da sociedade capitalista para outra superior. Aqui deixamos evidente que nosso referencial teórico parte das concepções originárias e derivadas da teoria marxista, com referência ao desenvolvimento do modo de produção e reprodução social dos homens.

agrícola. Mais do que incentivo à produção o objetivo central era realizar a ocupação efetiva do território brasileiro com, inicialmente, comunidades de camponeses. Hoje, o termo, que fora atribuído, é incorporado e assumido como identidade social. O assentamento é definido como área de terra conquistada pelos agricultores Sem Terra e desapropriada ou comprada pelo governo, neste espaço a situação é regularizada nos marcos da jurisprudência, para o trabalho definitivo da terra por parte dos Assentados.

O pressuposto desta análise parte da compreensão de que o modo de produção capitalista gera inevitavelmente a expropriação e a exploração (Marx, 1986), condicionando os camponeses expropriados a viverem à *margem* desta sociedade⁷, e que, em razão dessa condição, buscam alternativas de se ressocializarem. Porém, muitas dessas alternativas se incluem na ordem trazida pelos próprios vetores que formam o espaço da sociedade do capital, pois reforçam a degenerescência da condição humana, como o crime organizado e o narcotráfico. Outras buscam ainda que de forma incipiente, criar um espaço diferenciado da lógica burguesa⁸, como as formas de produção cooperada, as organizações de economia solidária, o movimento de ecovilas, algumas iniciativas do movimento sindical, bem como as iniciativas dos movimentos sociais populares. É neste campo, o das experiências que buscam superar os marcos da sociedade do capital, que situamos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Em um segundo momento, o que buscamos é compreender, partindo da aparência, o real visível, o movimento dialético da formação das classes sociais no campo brasileiro, analisando como as transformações ocorridas no espaço agrícola brasileiro, motivadas pela dinâmica do modo de produção capitalista⁹, promoveram (e continuam a promover) espacializações que dinamizam a sociedade sob sua lógica de funcionamento. Para tanto, trabalharemos, de forma analítica, na perspectiva de compreender

⁷ *Margem* entendida como espaço fora do campo da possibilidade de usufruírem a condição humana socialmente produzida.

⁸ Assumido como um processo de reconversão de *um vir a ser* de uma nova ordem econômica social, a partir do recrudescimento das forças produtivas de nosso tempo.

⁹ Marx nos apresenta e qualifica o *processo de produção, quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir valor, é processo de produção de mercadorias*; Porém: *quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir mais – valia, é processo capitalista de produção*, forma capitalista da produção de mercadorias. (Marx, 1999. livro I volume I, pg. 230)

o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra como um produto desta sociedade em movimento.

Em um terceiro momento, buscamos projetar um olhar em retrospectiva, pelo qual seja possível identificar no desenvolvimento do espaço do capital, a formação do *espaço MST*. Da mesma forma, buscamos avaliar em que condições este Movimento ao se territorializar, se diferencia na organização de seu espaço dos pressupostos qualitativos da sociedade capitalista, ao analisarmos os princípios e valores que orientam a ação do Movimento. Assim sendo, o que buscamos nesta análise é identificar o que é *Novo* no MST, na forma de organização do espaço de reprodução da vida das famílias, e se estas novas formas de organização desse espaço podem ser o prenúncio de uma forma de produção da vida superior à *Velha* sociedade organizada sob a lógica do desenvolvimento do modo de produção capitalista. E, ainda, quais as possibilidades de que as ações do Movimento possam ser referências para a construção da sociedade socialista. Em síntese, nossos esforços se situam em compreender as relações sociais engendradas no espaço do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, buscando identificar em que grau essas relações apontam para a superação da ordem burguesa.

Por fim, a proposta de estudar o MST como espaço social que propõem, em sua forma de organização, novas relações sociais, as quais poderiam ser assumidas como germes de um modo de produção da vida dos homens superior ao modo de produção burguês, surge de vários debates com lideranças populares e intelectuais que se dedicam a compreender a dinâmica da sociedade, mas principalmente por ter essa questão - a superação deste modo de

reprodução social- como pressuposto para o avanço do processo de emancipação da classe trabalhadora.

1 - A PRODUÇÃO E O SENTIDO DO ESPAÇO

Nós pedimos com insistência:
Não digam nunca, isto é natural!
Diante dos acontecimentos de cada dia
Numa época em que reina a confusão.
Em que corre sangue
Em que se ordena a desordem.
Em que o arbitrário tem força de lei;
Em que a humanidade se desumaniza
Não digam Nunca: isso é natural
B. Brecht

A natureza humana possui, intrínseca à sua condição, a necessidade constante de superação de seus limites. Nossa capacidade de pensar e articular nossas ações nos diferencia dos demais animais. O ato de raciocinar é inerente à espécie humana. Assim, seria redundante afirmar que existe uma racionalidade humana. Nossa racionalidade constitui-se como ato social. Ela (a racionalidade) caminha de acordo com o desenvolvimento de nosso modo de produção e reprodução de nossa existência social.

Nossa história, tal como a conhecemos, tem início a partir do momento em que o homem se reconhece como homem. Nesse momento nossa humanidade nos diferencia dos demais animais. E começamos a existir a partir daquilo que temos de mais desenvolvido, nossa capacidade de raciocinar. Assim, nossa caminhada sobre a terra marca uma busca constante de superação das condições que nos

prendem às amarras impostas pelos limites de nossa própria natureza humana.

Essas condições, no dizer do ilustre professor Milton Santos,

no começo dos tempos históricos, cada grupo humano construía seu espaço de vida com as técnicas que inventava para tirar de seu pedaço de Natureza os elementos indispensáveis a sua própria sobrevivência, organizando a produção, organizava a vida social e organizava o espaço, na medida de suas forças, necessidades e desejos. A cada constelação de recursos correspondia um modelo particular (Santos, 1992:97).

O que temos acima, é a representação do início do processo de superação da condição humana, ficando a nós evidente, no ato da construção pensada e planejada, um conteúdo antropológico na formatação do espaço. O espaço torna-se pressuposto e produto da ação humana.

No pensamento marxista, encontramos este conteúdo antropológico definido em base material. Para Marx, é a habilidade de produzir trabalho que diferencia o homem dos demais animais. Esse diferencial garante ao homem a habilidade de imprimir sua marca ao mundo que o toca, transformando e sendo transformado no processo de superação de sua existência. Observa-se, assim, o processo dialético no desenvolvimento da relação homem - natureza.

A vida da espécie, para o homem assim como para os animais, encontra sua base física no fato de o homem (como os animais) viver da natureza inorgânica, e como o homem é mais universal que um animal, assim também o âmbito da natureza inorgânica de que ele vive é mais universal. Vegetais, animais, minerais, ar, luz, etc., constituem, sob um ponto de vista teórico, uma parte da consciência humana como objetos da ciência natural e da arte; eles são

a natureza inorgânica espiritual do homem, seu meio intelectual de vida, que ele deve primeiramente preparar para seu prazer e perpetuação. Assim também, sob o ponto de vista prático, formam parte da vida e atividade humanas. Na prática, o homem vive desses produtos naturais, sob a forma de alimento, aquecimento, roupa, abrigo etc. A universalidade do homem aparece, na prática, na universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo orgânico: 1) como meio direto de vida, e, igualmente, 2) como o objeto material e o instrumento de sua atividade vital. A natureza é o corpo inorgânico do homem; quer isso dizer a natureza excluindo o próprio corpo humano (Marx, 1983:95).

À medida que o homem opera a universalidade da natureza, edifica a sua própria universalidade:

Dizer que o homem vive da natureza significa que a natureza é o corpo dele, com o qual deve manter-se em contínuo intercâmbio a fim de não morrer. A afirmação de que a vida física e mental do homem e a sua natureza são interdependentes simplesmente significa dizer ser a natureza interdependente consigo mesma, pois o homem é parte dela. (Marx, 1983:95).

Para Santos (1992) o homem, ao assumir sua condição humana sobre a Terra, redescobre a Natureza a cada momento, desde o fim de sua história natural à criação da natureza social. Assim, o homem, como ente-espécie¹⁰ não opera a Natureza (seu meio) independente da comunidade na qual vive. Na produção do movimento dialético, processando sua universalidade, o homem processa também o meio em que vive e a si próprio.

Na caracterização do tempo presente, Santos (1992) escreve que, na atual fase, o homem se abstrai da natureza, e em sua abstração cria em si uma natureza abstrata. A natureza, sob esta nova ordem, é modelada pela imposição da vontade dos homens ao

¹⁰ A expressão ente-espécie é tomada de Feuerbach, que a utiliza para distinguir a “consciência dos homens, da *dos demais* animais. O homem não é consciente apenas de si mesmo como um indivíduo, mas da espécie ou da ‘essência humana’”.

ambiente em que vivem. Inicia-se um processo de transmutação (destruição, reconstrução e criação) criando uma *Segunda Natureza*¹¹.

Para Santos, esse processo se dá pela necessidade de superação das 'carências humanas'. Sendo esse processo de superação o próprio desenvolvimento humano.

A ação humana, que no passado se ocupava e se fazia presente como eventos quase que singulares, inverte esta relação nos dias de hoje. As manifestações do natural, imprevisíveis pelo homem, é que se tornam eventos singulares. À vontade dos homens, a cada dia se impõe a casualidade da natureza.

Nessa inversão imposta pelo homem, a humanidade, ao se realizar, transmuta a Natureza, sendo que o processo de realização da ação humana é o que efetiva o espaço. Esse processo é apresentado por Santos (1992) como a *humanização da Natureza* e a efetivação do espaço. O espaço surge como produto humano, humanamente forjado pelas relações sociais que implementam a vida dos homens - e historicamente formador do homem.

A respeito da interação dos objetos presentes - na condição de unidade singular de determinado ponto do espaço - com o conjunto das realizações presentes no mundo moderno, Santos nos chama a atenção sobre qual dinâmica se sobrepõe na formatação *espaço local*, em tempos de mundialização das coisas:

A dinâmica dos espaços da globalização supõe uma adaptação permanente das formas e das normas. As

¹¹ O termo Segunda Natureza é próprio de Karl Marx, quando se refere à Natureza tocada pela ação e intenção dos homens. Uma natureza humanizada.

formas geográficas, isto é, os objetos técnicos requeridos para otimizar uma produção, somente autorizam essa otimização ao preço do estabelecimento e da aplicação de normas jurídicas, financeiras e técnicas, adaptado às necessidades do mercado. Essas normas são criadas em diferentes níveis geográficos e políticos, mas as normas globais, induzidas por organismos supra nacionais e pelo mercado, tendem a configurar as demais (Santos, 1999:201).

E ainda:

na fase atual, onde a economia se tornou mundializada, e todas as sociedades terminaram por adotar, de forma mais ou menos total, de maneira mais ou menos explícita, um modelo técnico único que se sobrepõe à multiplicidade de recursos naturais e humanos (Santos, 1992:97).

Por essa perspectiva, observamos que o espaço se configura e se organiza, na condição de produto, na mesma intensidade com que se torna pressuposto para seu desenvolvimento. Nas sociedades engendradas pelo modo de produção capitalista, esse movimento dialético se dá pela reprodução das relações sociais burguesas - essência que dá vida e consistência ao modo de (re) produção dos homens.

As observações de Santos (1999) sobre o espaço corroboram e complementam nossa compreensão. Para esse autor, as concretudes presentes em uma *primeira natureza*, como também os objetos técnicos criados para a efetivação do espaço, assumem vida por intermédio da ação humana. É através dela que a *incompletude* do espaço atinge sua *completude*: a efetivação dos fluxos e fixos.

Outro autor que trata da dinâmica do espaço e das relações sociais nesse espaço é Fernandes (1999) cujas observações caminham no sentido de caracterizar o espaço social como sendo este a própria dinâmica da sociedade ao se realizar sob uma determinada ordem social. Para esse autor, são as experiências e práticas, edificadas pelo movimento da sociedade, que constroem e produzem as dimensões do espaço social. Essas realizações são produto do movimento efetivado na forma de espacialização de uma dada sociedade em seu tempo determinado de realização. Desta forma, apreendemos que o espaço é em si produto social, criado pela sociedade que nele se reproduz, efetivando sua dinâmica.

Raffestin (1993) caracteriza a lógica de ordenação do espaço através de um sistema sêmico. Para este *os limites do espaço são os do sistema sêmico mobilizado para representá-lo*¹². Mas, sobre esta estrutura surge uma pergunta: qual o significado das realizações, concretas e/ou virtuais que se manifestam no espaço? Para Raffestin, o significado do espaço está no modo de reprodução do desenvolvimento da espacialização, do modo de produção e reprodução da sociedade. É o modo pelo qual os homens se reproduzem que atribui significância às coisas.

(...). O próprio sistema sêmico é marcado por toda uma infra-estrutura, pelas forças de trabalho e pelas relações de produção, em suma, pelos modos de produção. Isso é o mesmo que dizer que a representação só atinge no espaço aquilo que é suscetível de corresponder às utilidades sociais 'lato sensu' (Raffestin, 1993:144).

¹² Aqui apreendemos a noção de espaço representado por sistema sêmico como a realização de um conjunto de símbolos e sinais. O espaço enquanto cooperação de significados, do concreto, do virtual, do símbolo e do simbólico.

Já em Aued (2003) encontramos uma análise sobre o objeto geográfico imbuída em uma perspectiva marxista, retratando que o estudo da geografia passa por compreender como cada lugar, região, nação e mundo são escalas do processo da produção da vida social e a destruição da produção da vida individual.

Todavia, como o objeto de estudo da geografia é o *espaço*, as considerações desse autor sobre o estudo da geografia convergem na direção da compreensão do conceito de espaço. Desta forma, os objetos concretos criados pela sociedade são produtos de sua necessidade objetiva, que assumem a forma de produto local, pelo fato de ser esta a forma possível de se efetivar como produto dessa sociedade.

O local humanizado, que se realiza enquanto espaço social, constitui-se como expressão de uma dada sociedade, sendo ainda cota-parte/produto de uma unidade que se expressa na forma de organização da produção dos homens¹³. O espaço social é o solo agricultável onde se semeia, se cultiva e germina a reprodução dos homens que são a expressão da universalidade de seu espaço/tempo. Os homens, da mesma forma que suas realizações, são produtos do movimento da sociedade em seu tempo determinado de realização, na mesma intensidade que se tornam pressupostos fundantes para a realização determinada de seu tempo.

Até aqui, buscamos definir alguns elementos que consideramos fundamentais na conceituação do espaço social, focando seus determinantes de forma, ou seja, nos exercitamos em qualificar sobre qual ordem e orientação se dispõe a realização dos objetos geográficos no espaço. De modo que, iremos, agora,

¹³ Aued, 1999. Capital e emancipação humana: o ser social.

interagir com estes conceitos na concretude de uma determinada realização social. Neste exercício, iremos rebater essa lógica com a estruturação de uma cidade.

Poderíamos pensar nossa cidade em sua ordenação estrutural: as vias públicas de acesso; as praças; as redes de distribuição de água, de saneamento, de energia elétrica, de informação; as áreas residenciais e industriais; as possíveis fontes de energia; as áreas de lazer; as escolas; os hospitais; os bares e restaurantes. Essas realizações, entre outras, serão as manifestações e as concretudes dos objetos técnicos requeridos pela indução humana. A interação destes com o meio natural efetiva a realização do espaço¹⁴ adaptado e formatado pela necessidade material de reprodução do seu modo de produção.

Assim compreendemos, o 'mundo da realidade material', pela adução que despendemos na realização desses objetos técnicos nos locais, condicionados pela intencionalidade que atribuímos à efetivação desses locais. Pois, a presença, a ausência e a intensidade com que esses objetos se realizam em um determinado ponto geográfico, promovem a diferenciação desses e criam configurações distintas.

Nossa cidade se apresenta e se espacializa na forma de produto da sociedade, refletindo suas intencionalidades (fazendo-se presente, fazendo-se *concreto*). Para Rodrigues (2003) a cidade como objeto tangível - meio ambiente natural e construído - é trabalho social que se realiza historicamente. O espaço torna-se produto apropriado, produzido e adaptado às necessidades humanas em conformidade com a formação econômica e o grau de

¹⁴ O espaço como produto humano seja na apreensão de suas formas ou na percepção delas, pois em nenhuma condição concebemos a possibilidade de um espaço *associal*.

desenvolvimento tangível pelas forças produtivas e as relações sociais de um dado tempo.

Pela mesma diretriz teórica, Lefebvre (1991) assume o espaço como produto e pressuposto do social. Criado pela sociedade, nela se reproduz traduzindo a sua dinâmica, sendo assim, histórico.

Por estas análises, observemos que a intenção que despendemos na realização do espaço está condicionada pelo conjunto da sociedade em sua necessidade presente de realização. Assim, sua realização (intencionalidade) não é fruto do acaso. O espaço se faz sentir e se qualifica como materialidade do modo de produção e reprodução de uma determinada sociedade em um tempo também determinado, assumindo a concretude de sua realização social no momento presente.

Desta forma, o espaço, como sendo a manifestação da materialidade humana, é humanamente formatado. Suas formas passam a admitir (e se cristalizam) por meio da objeificação de coisas (fluxos e fixos), criadas para garantir a efetivação da reprodução dos homens. Essa objeificação de formas é que determina a estrutura funcional da sociedade, o que garante e rege a maneira de os homens se reproduzirem¹⁵ como humanidade.

Por fim, apreendemos que as formas geográficas e os objetos técnicos requeridos para efetivação do espaço se manifestam como materialidade dessa sociedade. Materialidade expressa pelas normas e formas, em cada momento/singularidade

¹⁵ Ainda que de forma alienada (inconsciente).

(como produto) manifestando um tempo singular de reprodução de sua lógica de formatação.

1.1 - A produção do espaço na sociedade burguesa - O espaço burguês

O espaço social é produto e pressuposto da realização material do modo de produção e reprodução dos homens. O espaço social como produto da sociedade é criado de acordo como a necessidade material como produto social, a fim de assegurar as condições necessárias para sua realização.

Isso posto, buscaremos agora, partindo do desenvolvimento da lógica capitalista, desvelar como o modo de produção capitalista subalterna à organização do espaço a condição do seu desenvolvimento. Buscaremos descortinar a dinâmica que promove e realiza o desenvolvimento do modo de produção capitalista com base em seus pressupostos.

Nas formas de reprodução dos homens anteriores ao modo de produção capitalista, os homens estabeleciam uma relação de singularidade com o meio à sua volta. *Naquela condição e naquele tempo, o homem adaptava (transformava) a natureza às suas necessidades dependendo das condições naturais e biológicas do trabalho'* (Aued, 1999:112). A força produtiva mais desenvolvida, nesse período, estava alicerçada na pequena produção artesanal, sendo a dinâmica dessa sociedade centrada na produção agrária/agrícola camponesa e artesanal.

A Natureza (em seu meio orgânico e inorgânico) e suas forças (luz, calor, vento, ar, fogo e água) em movimento proviam

as carências humanas. O homem universaliza-se, conforme as condições dadas em seu tempo.

Com o recrudescimento das carências humanas - a *necessidade comandando a vontade* -, os homens se unem. No início, de forma esporádica e inconsciente de que estavam por desenvolver, pelo ato da união, uma forma de reprodução das forças produtivas que suplantaria, mais tarde, a produção artesanal/camponesa. Há de se verificar que, naquele momento, a realização do trabalho individual e/ou coletivo não igualava os homens, ao contrário, os homens, ao operarem com o desenvolvimento máximo de suas habilidades, em atividades distintas, de forma segmentada e compartimentalizada de um determinado (único) processo, acabaram por se diferenciar uns dos outros (Aued, 1999:112), de maneira substancial em conteúdo e forma. Contudo, somente com o advento da sociedade capitalista a cooperação se universaliza como alavanca do desenvolvimento das forças produtivas. Como consequência, deste modo, o homem se subverte ao produto de seu trabalho se igualando na esfera da mercadoria.

Aued nos expõe os elementos gerais que conectam os homens:

O elemento de conexão geral entre os homens, (...), é a troca via comércio. Diferente e independentemente das formas produtivas existentes (individual e cooperativa), a troca se expande para além-mar na forma de mercado, ainda que isso ocorra para uma quantidade diminuta de pessoas e de mercadorias. O seu conteúdo é uma substância abstrata que não é determinada por qualquer produtor direto. Assim, homogeneiza todos aqueles que se relacionam pelo seu intermédio. A troca se constitui no primeiro elemento de universalidade dos homens, o ser social

(...)

A troca, em seus primórdios, ocorre através dos excedentes de riqueza dos produtores diretos. Ela se transforma em meio de conexão entre os homens numa malha de fios invisíveis de relações sociais mercantis.

(...)

a forma-mercadoria das relações humanas evidência que os lugares, os produtores individuais, os trabalhos individual e concreto, com suas singularidades (...), são superados (negados) por uma nova determinação: o ser social enquanto universalidade. É universal porque não se vincula a nenhuma forma determinada, a nenhum lugar ou a qualquer pessoa. (Aued, 1999:112 e 113).

Observamos que a escalada do desenvolvimento das forças produtivas opera (revoluciona) a edificação de novas relações sociais. Por sua vez, estas engendram, em escala progressiva, novas formas de produção da vida social dos homens - chegando ao passo da constituição do *ser-social* - coletividade entre os homens-.

O modo de produção capitalista se universaliza, pela capacidade de revolucionar constantemente as bases que sustentam as forças produtivas de seu tempo. Isto lhe garante a supremacia sobre as formas anteriores de reprodução da vida material dos homens.

Voltando a Santos (1992), este, ao discorrer sobre o atual estágio de desenvolvimento da humanidade, pondera que "*nessas condições em que a mundialização do planeta unifica a Natureza, suas diversas frações são postas ao alcance dos mais diversos capitais, que as individualizam, hierarquizando-as segundo lógicas com escalas diversas (SANTOS, 1992)*". Para ele, o modo de produção capitalista ao engendrar a coletividade entre os homens, faz com que o que temos em nossa volta deixa, a cada momento, de fazer parte do 'mundo' local/regional. *E a cada dia o*

local/região participa e se reproduz por uma ordem totalizante que se universaliza na mediação das relações sociais burguesas. É esta ordem mundializada que transporta para o local o mundo, reconfigurando as ordens localmente estabelecidas. O mundo com o qual interagimos, nessa perspectiva - como fora a Natureza no passado -, se amplia e a todo momento começamos a nos reconhecer em objetos, formas e ações até então estranhas a nós, despertando novas carências¹⁶.

Em *A Natureza do Espaço*, desse mesmo autor, encontramos:

A ordem trazida pelos vetores da hegemonia cria, localmente, desordem, não apenas porque conduz a mudanças funcionais e estruturais, mas, sobretudo, porque essa ordem não é portadora de um sentido, já que o seu objetivo - o mercado global - é uma auto-refêrência, sua finalidade sendo o próprio mercado global (Santos, 1999:268).

Expõe ainda o professor Milton Santos que *a dinâmica dos espaços da globalização supõe uma adaptação permanente das formas e das normas (1999:201).*

Com a expansão da economia capitalista, os espaços passam a ser assumidos, qualitativamente, como produto a ser apreendido pelos objetos técnicos, dinamizados pelo desenvolvimento das forças produtivas que se caracterizam, em sua formatação, pela necessidade material de reprodução das relações sociais que dinamizam a sociedade moderna.

Sobre isso:

¹⁶ Em Marx encontramos desvelada a relação do desenvolvimento do modo de produção capitalista com a elevação das carências humanas: *ver-se-á como, em lugar da riqueza e pobreza da Economia Política, teremos o homem rico e a plenitude da necessidade humana. O homem rico é, ao mesmo tempo, aquele que precisa de um complexo de manifestações humanas da vida, e cuja própria auto-realização existe como uma necessidade interior, como uma carência. Não só a riqueza como também a pobreza do homem adquire, em uma perspectiva socialista, o significado humano, e portanto social. A pobreza é o vínculo passivo que leva o homem a experimentar uma carência da máxima riqueza, a outra pessoa. (MARX, 1983:125)*

os objetos técnicos requeridos para otimizar uma produção, somente autorizam essa otimização ao preço do estabelecimento e da aplicação de normas jurídicas, financeiras e técnicas, adaptadas às necessidades do mercado. Essas normas são criadas em diferentes níveis geográficos e políticos, mas as normas globais, induzidas por organismos supranacionais e pelo mercado, tendem a configurar as demais. (Santos, 1999:201).

Temos, então, que nas sociedades engendradas pelo modo de produção capitalista, o processo de produção e reprodução do espaço social determina suas formas por meio das relações sociais capitalistas¹⁷.

Há uma analogia, atribuída ao professor Francisco de Oliveira, que bem exemplifica a dinâmica dos espaços da sociedade burguesa. Para ele, a lógica dessa sociedade poderia ser comparada a um grande espelho, que, ao ser quebrado em inúmeros fragmentos, apresenta inúmeras formas (produto). Porém, de igual maneira à unidade do espelho, cada fragmento contém em si próprio a mesma essência de todos os demais fragmentos. E, como aparência (real visível), todos se apresentam singulares. Desta maneira, independente de suas formas (produto), os fragmentos não perdem as propriedades do espelho.

É essa potencialidade que encontramos na sociedade burguesa. O modo de produção capitalista, ao interagir com as concretudes localmente estabelecidas, expressa múltiplas determinações de uma mesma universalidade, fato este que lhe imprime uma aparente diferenciação da manifestação de uma mesma

¹⁷ Dessa forma, todo o momento, todos os lugares, das mais complexas às mais simples ações, realizadas individualmente ou coletivamente para garantir a reprodução de nossa existência, ou simplesmente para satisfazer nossas realizações, se constituem em momentos da reprodução da lógica do modo de produção capitalista. Que engendram um ato social/coletivo. Que, sendo mediado pelas relações sociais, no seio da sociedade burguesa, torna-se a cada instante, e em cada lugar, um momento da reprodução da lógica do modo de produção capitalista.

universalidade funcional da sociedade. Essa diferenciação se expressa ao mesmo tempo em lugares distintos, como nos mesmos lugares em tempos distintos¹⁸.

A universalidade da sociedade burguesa está expressa em seu produto humano, estando esse produto corporificado em todas as realizações na forma de produto do espaço social. Isso ocorre por via das relações de produção e reprodução dos homens. Porém, o modo de produção capitalista oculta a alienação na natureza do trabalho por não examinar a relação direta entre trabalho e produção¹⁹, na efetivação das relações de produção dos homens, e como a relação entre trabalho e produção organiza o espaço de reprodução da vida desses homens. (Marx, 1983).

A consequência desse processo reflete no espaço, como real visível, na disposição do capital operante existencializado nos equipamentos de comércio, de saúde, de educação, de informação, nas redes de serviços. Todas as realizações do espaço tornam-se produto e ferramentas a serem operadas pelo mecanismo da acumulação do capital²⁰.

Aued (2003) apresenta a dinâmica da sociedade burguesa como a forma de organização social que possibilita *organizar os seres humanos*, tendo por fundamento a *produção da riqueza como*

¹⁸ Podemos imaginar, com grande grau de realidade, que no passado de nossa cidade os camponeses lutaram para não serem expropriados de suas terras pelos grileiros, latifundiários e pelas companhias colonizadoras e madeiras, que sintetizavam a universalidade de seu tempo. Hoje, a universalidade desse tempo se expressa sobre os camponeses através da biotecnologia, recriada sobre o complexo sementeiro e o *agrobusiness* em escala mundial. Sobre esta universalidade, o embate nesses mesmos locais ressurgiu, os camponeses se organizam para terem o direito sobre a produção de suas sementes contra grandes monopólios transnacionais. Esta organização camponesa presente hoje no Brasil se articula com outras Organizações e Movimentos Sociais do campo e da cidade de outros países, através da Via Campesina (articulação de Movimentos Sociais e Organizações do campo e da cidade) sob a mesma bandeira “Sementes, Patrimônio da Humanidade”.

¹⁹ Refere-se à economia clássica.

²⁰ O capital opera e se expande com a mesma intencionalidade, em todo o decorrer da história do modo de produção capitalista. Objetivando a busca da acumulação do mais valor através do processo de trabalho criador de capital na forma mercadoria.

mais-valia na forma de lucro. Esta é a matriz social que influencia e determina a vida de todos nós tais quais espaços do capital (Aued, 2003).

Vimos, acima, formulações que se referem à efetivação do espaço como produto da criação dos homens na busca de assegurar sua reprodução. De acordo com o professor Milton Santos, esse espaço, é ainda diferenciado em sua qualidade: os espaços que se realizam com maior intensidade de objetos técnicos são qualificados, em sua efetivação, como espaços luminosos²¹. Em sentido oposto, os locais que participam da reprodução da vida dos homens, e que se encontram desprovidos da realização dos objetos técnicos, estariam qualificados como espaços opacos. Assim, observamos que o espaço na condição de produto e pressuposto do modo de produção dos homens manifesta a intencionalidade *na e para* a qualidade de seu produto humano.

Por esse prisma, Aued também analisa a ordem que diferencia a realização dos locais. Todavia, para esse autor, a diferenciação dos locais está posta pela *'diretriz mor'* do modo de produção capitalista, como sendo esta a *"permanente e contínua busca por subtrair mais trabalho excedente da classe trabalhadora pela classe capitalista"*, através da *"lei impessoal e implacável da mais-valia"*.

Assim:

os lugares podem ser compreendidos como tempos distintos da exploração sobre a classe trabalhadora pela classe capitalista. Os espaços econômicos se

²¹ Como na física, a intensidade da luz está diretamente relacionada com a intensidade de energia despendida para produzi-la.

distinguem de conformidade com a escala em que se manifesta cada uma das duas formas sociais de relação entre os capitalistas e os trabalhadores assalariados pela ampliação ou intensificação do trabalho²². Cada lugar é um momento, sempre transitório, que se amplia ou se reduz ou modifica a relação capitalista como produtora e reprodutora de mais-valia. (Aued, 2003).

Por esse entendimento, a realização e a disposição dos objetos técnicos, presentes nas sociedades organizadas sob a lógica do capital, obedecem à ordem do desenvolvimento da sociedade capitalista. Se observarmos a disposição das agências de crédito, iremos verificar que esses aparelhos se apresentam em maior intensidade nas áreas urbanas. Nestas, as metrópoles se sobressaem com substancial número de agências e caixas eletrônicos, sendo que os grandes centros comerciais são os locais em que se encontra o maior número desses equipamentos por área. Esta ordem não é exclusiva ao sistema bancário; se analisarmos tudo aquilo que cerca nossas vidas, observaremos essa mesma diretriz presente em todos os segmentos da sociedade. Os equipamentos de saúde, de lazer, de educação, de comércio, de transporte, entre outros tantos, obedecem a uma disposição no espaço, ditada pela necessidade do capital em extrair cada vez mais riqueza no menor tempo possível. Essa dinâmica de desenvolvimento, por vezes aparentemente, é obstaculizada ou estimulada pelas condições locais. No entanto, a versatilidade da sociedade capitalista se apropria até mesmo dos limites para impor sua dinâmica. Se uma determinada região possui reservas minerais, e que, por condições ambientais ou políticas, está impossibilitada de ser explorada, imediatamente o capital organiza uma rede técnica e ou política para viabilizar a

²² “Historicamente duas são as formas pelas quais se pode aumentar a mais-valia: ampliando a jornada de trabalho, permanecendo constante parte da riqueza necessária à manutenção da força de trabalho, isto é, o valor da força de trabalho, ou permanecendo constante a jornada trabalhada e reduzindo o valor da força de trabalho. A primeira forma de aumentar a exploração sobre a classe trabalhadora se fundamenta na luta por fazer o trabalhador trabalhar mais extensivamente, enquanto a segunda forma objetiva intensificar o trabalho” (Aued, 2003).

extração da mais-valia objetivada tanto na reserva mineral como em toda rede técnica que se estruturou para promover a supressão dos limites impostos pelo local, sejam eles políticos ou técnicos. Para impor essa dinâmica, *os fins justificam os meios*. Em suma, está a ordem capitalista disposta a utilizar todos os meios, até mesmo a guerra e o genocídio, para se reproduzir como agente dinâmico da sociedade.

A conclusão a que chegamos é que, nas sociedades engendradas pelo modo de produção capitalista²³, a dinâmica de suas relações sociais engendra e organiza a produção e reprodução da vida dos homens, determinando a forma e a dimensão de sua escala. O espaço se formata pelo processo de espacialização do capital - ao se realizar.

Marx em *A Crítica da Economia Política* descortina as bases dessa lógica de espacialização ao postular o desenvolvimento da sociedade capitalista:

na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção, que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral (...) (Marx, prefácio a Crítica da Economia Política de 1859).

²³ O processo de produção, quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir valor, é processo de produção de mercadorias; quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir mais-valia, é processo capitalista de produção, forma capitalista da produção de mercadorias. (Marx, livro I volume I, 1999:230).

Já Porto (2002) dá sua contribuição para a compreensão do processo que dinamiza a sociedade. Para esse autor, ainda que a política, a religião, a filosofia e a arte exerçam influência na formação dos homens, será a necessidade material de reprodução das condições de existência destes, em última análise, a determinante final da evolução do desenvolvimento histórico da forma com que os homens se reproduzem socialmente. Porto, reafirmando sua orientação, assinala que todas as transformações históricas fundamentais, sejam quais forem suas características aparentes, resultam de alterações nos modos de produção e de troca (Porto, 2002:21).

O espaço, como campo da materialização da realização social, dialeticamente, exerce a condição de pressuposto (sendo assimilado) do modo de produção social dos homens. Sob a mesma natureza, o espaço também assume a forma de produto da ação humana na busca de assegurar as condições necessárias à sua reprodução.

Pela ótica da espacialização social denota-se uma intencionalidade geográfica nas formas pelas quais a sociedade se espacializa. Esta intencionalidade é determinada pela necessidade material de reprodução de suas relações sociais. Os espaços carregam a expressão do social. A sociedade burguesa, possui espaços segregados: locais de moradia, de trabalho, de transporte, de lazer, de estudo, que se apresentam de formas distintas. Estes, por sua vez, irão conduzir formas diferenciadas de os homens se reproduzirem como seres sociais em seus respectivos locais de socialização.

Na mesma ordem seguem as redes técnicas e virtuais, os sistemas de serviços, toda a organização e a disposição dos objetos técnicos, bem como seus fluxos, expressos como produto e pressuposto da produção dessa sociedade. Todas essas formas tornam-se produto e pressuposto da necessidade material do modo de produção e reprodução dos homens.

1.2 - O Processo de Produção Capitalista

Sobre o processo de produção e reprodução do capital - O modo de produção capitalista -, Marx expõe que "O produto da produção capitalista não é apenas mais-valia, é também capital" (Marx, 1969). Encontramos ainda em Marx que a lógica do desenvolvimento do modo de produção capitalista reside na possibilidade de um determinado capital ser reproduzido com valor acrescido pela incorporação do *'trabalho real, trabalho vivo nas formas objetivas da existência do capital; só graças à absorção real do trabalho adicional, se transforma não apenas este trabalho em capital, mas também a soma adiantada, que, de capital possível, de capital por determinação, se converte em capital real e atuante.'* (Marx, 1969). Nessa passagem Marx nos fala que o capital só é em si capital mediante sua participação no processo de circulação do próprio capital.

O processo de circulação do capital dá início ao processo de reprodução do modo de produção burguês - percurso $D-M.P..M'-D'$, onde $M = MF'$ e MP . Um determinado capital (D) adquire no mercado determinados meios de produção (MP), e força de trabalho (MF'), com a finalidade de realizar a produção (P), obtendo com isso uma nova mercadoria de valor superior ao valor de seus elementos (M'), para voltar ao mercado e ser vendida por um valor superior (D') ao adiantado na aquisição de $M = MP + MF'$.

Esquemáticamente, a circulação se dá na forma: $D-M..P..M'-D'$. Podemos observar que D' advém de MF' , a passagem de D para MP surge no processo somente para dar corpo à relação. Na passagem de MF' para D' é que surge a valorização do valor

antecipado na produção, pela geração da mais-valia, que é parte da riqueza gerada pela força de trabalho, e que fica retida na mão do capitalista gratuitamente.

O 'toque mágico' que possibilita o enriquecimento do capital adiantado, no início do processo produtivo, é dado, e somente o é, pela incorporação da força de trabalho, despendida pelo trabalhador, no interior do processo de produção.

Para compreendermos os resultados desse processo, observemos o que Marx nos escreve:

O operário vendeu a sua força de trabalho (....) para obter os meios necessários de subsistência, por um valor dado, determinado pelo valor de sua capacidade de trabalho. Qual é pois o resultado, no que lhe toca? Pura e simplesmente a reprodução da sua capacidade de trabalho. Que cedeu em troca disso? A atividade conservadora de valor, criadora acrescentadora de valor: o seu trabalho (Marx, 1986:133).

Ainda, pela análise marxista, a remuneração que o trabalhador recebe, na forma de salário, pela incorporação do trabalho vivo no processo de reprodução do capital, também é capital se realizando, visto que a remuneração da força de trabalho advém da realização da mercadoria enriquecida no interior do processo produtivo. Dessa forma, o operário se relaciona, na sociedade capitalista, com o produto de seu próprio trabalho. O capitalista, por sua vez, se apropria do trabalho não pago ao trabalhador, potencializando seu capital. *O processo de produção, por conseguinte, não foi apenas o seu processo de reprodução: foi também o seu processo de produção como capital. O fato de o processo de produção gerar capital será, portanto, apenas outra maneira de exprimir o ter gerado mais-valia.* (Marx, 1986).

Tendo em vista que a riqueza potencial do capitalista a cada ciclo produtivo é potencialmente superior ao ciclo anterior, pois parte dela é reinvestida no próximo ciclo, o capital adiantado pelo capitalista, no início do processo, torna-se valor que se valoriza no interior da relação. Isto dá ao capitalista a condição de acumular riquezas em escala geométrica pela condição de, a cada ciclo, operar uma quantidade cada vez maior de capital constante e capital variável²⁴.

Adiante, Marx ressalta: *'O capital não produz, portanto apenas capital; produz também uma massa operária crescente, a única substância graças à qual pode funcionar como capital adicional'*. Isto se dá graças à incorporação da mais-valia à riqueza do capitalista. *'Por conseguinte, o crescimento do capital e o aumento do proletariado apresentam-se como produtos concomitantes, embora polarmente opostos, do mesmo processo'*.

Assim,

O trabalhador fica mais pobre à medida que produz mais riqueza e sua produção cresce em força e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria ainda mais barata à medida que cria mais bens. A desvalorização do mundo humano aumenta na razão direta do aumento de valor do mundo dos objetos. O trabalho não cria apenas objetos; ele também se produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e, deveras, na mesma proporção em que produz bens.

²⁴ Aqui há a necessidade de ponderarmos sobre o capítulo XV do livro 3 de *O Capital*. À luz desse texto, vimos que a afirmação acima é apenas metade de uma verdade. Através do modo de produção capitalista o valor adiantado pelo capitalista no início do processo de produção, ao se realizar no mercado, é valor que se valoriza, pela incorporação da mais-valia ao capital adiantado no início do processo. No entanto, pela natureza dessa sociedade, cada vez mais uma determinada unidade de trabalho coloca em movimento uma quantidade cada vez maior de meios de produção. Ora, se a riqueza do capitalista advém da parcela de trabalho realizado pelos operários e apropriada pelo capitalista, a alteração da composição orgânica do capital (CC/CV) faz com que se evidencie a queda tendencial da taxa média de lucro de todos os produtos da sociedade capitalista. Daí a afirmação de que o capital cresce a taxas de crescimento decrescentes. (Marx, *O Capital*).

Esse fato simplesmente subentende que o objeto produzido pelo trabalho, o seu produto, agora se lhe opõe como um ser estranho, como uma força independente do produtor. O produto do trabalho humano é trabalho incorporado em um objeto e convertido em coisa física; esse produto é uma objetificação do trabalho. A execução do trabalho é simultaneamente sua objetificação. A execução do trabalho aparece na esfera da Economia Política como uma perversão do trabalhador, a objetificação como uma perda e uma servidão ante o objeto, e a apropriação como alienação. (Marx, 1983:91).

Nessa relação, a riqueza produzida pela força social do trabalho surge perante o trabalhador *'como riqueza que o domina; perante ele expande-se o mundo da riqueza como um mundo alheio e que o domina; e na mesma proporção se desenvolve a sua pobreza, a sua indigência e a sua sujeição subjetivas.'* (Marx, 1986:134-135).

Na relação social existente entre trabalhadores e capitalistas, a riqueza produzida no interior do processo produtivo é unilateralmente apropriada por uma das partes, a qual reproduz, por meio desse processo, sua condição social de forma otimizada. À outra parte, resta-lhe, ao final do processo produtivo, a condição de reprodução de sua existência, como classe, da mesma forma em que ela aparece no início do processo produtivo.

1.3 - O paradoxo da sociedade burguesa - O modo de produção capitalista como contradição

O desenvolvimento capitalista se faz movido por suas contradições. Ele é, em si, contraditório e desigual (Oliveira, 2004).

Essa afirmação, explicitada por Ariovaldo Umbelino de Oliveira, expõe a essência da sociedade burguesa como uma sociedade de natureza paradoxal. Sob a ótica marxista, analisaremos estas afirmações:

A análise marxista desvela a natureza do modo de produção capitalista, descortinando os fetiches e as contradições impostas na efetivação de sua lógica funcional. Explicita o modo de produção capitalista, como um modo de produção e reprodução dos homens no qual o sistema que leva a sua afirmação é, ao mesmo tempo, dialeticamente, a essência da forma e do conteúdo dos princípios de sua negação.

O paradoxo dessa sociedade toma corpo quando o mecanismo que possibilita ao capitalista a apropriação crescente da riqueza, como produção fabril²⁵, é o mesmo que amalgama toda a sociedade, e forma, na produção, a constituição do trabalhador coletivo, o ser social.

Aued (2002) evidencia esse desenvolvimento contraditório:

na medida em que a sociedade se desenvolve, ocorre uma ampla divisão do trabalho, de tal forma que se alcança um determinado momento em que a produção de cada

²⁵

Pela divisão social do trabalho através da cooperação das atividades realizadas pelos trabalhadores.

mercadoria é decorrência da conexão de todos os ramos e setores da sociedade. Desenvolve-se uma interdependência entre todos os produtores e consumidores da riqueza social, ainda que através de fios burgueses invisíveis. Daí é que se pode afirmar que, nos dias de hoje, ninguém mais sobrevive do fruto do próprio trabalho. O trabalho de cada um é cota parte do trabalho social e contribui para a vida de todos os indivíduos da sociedade; o trabalho de todos os indivíduos da sociedade serve para produzir a vida de cada um. Assim, a produção material da riqueza no capitalismo tem por fundamento a socialização do trabalho.

Quando a produção está assentada nas mãos, o instrumento de trabalho é operado individualmente por quem o manipula, assim é com o camponês e o artesão. A habilidade, a destreza e o bom senso no trabalho são fatores determinantes do processo de trabalho. Porém, quando a produção está assentada nos meios de produção em que a ciência é fator preponderante da produção da riqueza material, a cooperação entre os homens é o fundamento da sociedade. Assim, no modo de produção capitalista, os meios de produção alcançam uma escala tão grande que somente um conjunto elevado de trabalhadores em cooperação é que pode operá-los. Ora, estes dois elementos, a socialização do trabalho e a condição dos meios de produção, ao serem operados socialmente constituem-se em pressupostos de uma sociedade na qual a apropriação da riqueza também será social, ou seja, ao se produzir na sociedade burguesa, produz-se, ao mesmo tempo, a sua própria negação e os fundamentos de uma nova sociedade (Aued, 2002).

Observamos que no desenvolvimento contraditório do modo de produção capitalista o caráter social que a produção adquire surge como anterioridade, a todas as contradições. Indica, assim, que emerge uma nova sociedade, na qual a socialização completa das realizações humanas será um *vir a ser* do desenvolvimento engendrado pelo capital²⁶.

Desta forma, envolto em um processo uno, dialético, o Capital, ao se desenvolver pela busca crescente da acumulação da

²⁶ Sob a orientação teórica marxista, uma sociedade futura plena de desenvolvimento das habilidades humanas será fruto do desenvolvimento das forças produtivas desenvolvidas pelo Capital.

riqueza através da extração da mais-valia transmutada como cota-parte no valor das mercadorias, eleva em real potência os pressupostos de sua negação.

O antagonismo expresso pelo modo de produção capitalista está contido como produto da sociedade. Assim sendo, todas as mercadorias produzidas no interior do modo de produção capitalista carregam em si a afirmação e a negação dessa sociedade²⁷.

A analogia que bem cabe aqui é a da moeda com duas faces, cujo possuidor que a detém como riqueza, ao querer e ter a expressão de mais valor em uma das faces da moeda (*a Cara*), valoriza em igual proporção a outra face (*a Coroa*). A '*Cara*' é o *real visível*, é a forma com que o modo de produção capitalista se expressa, é a manifestação de sua intencionalidade. A '*Coroa*' é a expressão das relações sociais engendradas pelo capital para a obtenção e a valorização do valor.

O que ocorre entre as duas faces dessa moeda como expressão da sociedade burguesa, é um verdadeiro *comensalismo dual*, no qual suas expressões se manifestam em sentidos opostos²⁸.

A sociedade capitalista, ao unir os homens na produção fabril, coletiviza a realização do trabalho produtor de mercadorias. Já a riqueza realizada no mercado dessa mesma

²⁷ A superação do valor das mercadorias no interior da unidade capitalista se dá pela elevação da base técnica alterando a composição orgânica do capital, ao passo que cada vez mais uma unidade de trabalho vivo movimenta, em fase posterior, mais trabalho objetivado. Como resultado do processo social de produção, trabalhadores são dispensados do processo produtivo em escala crescente. O horizonte visível indica o ponto de a classe capitalista espoliar-se a si própria, do capitalista maior ao capitalista menor (Marx,1998:876).

²⁸ É justamente esse antagonismo nos sentidos expressos pelo modo de produção capitalista que dá sentido à luta de classe como motor da história. Caracteriza com isso um desenvolvimento paradoxal.

sociedade, é apropriada de forma individual pelo capitalista. Gorender nos apresenta esse antagonismo como sendo a contradição fundamental do modo de produção capitalista: a que se dá entre o caráter social da produção e a forma privada de apropriação. Verificam-se aí as posições antagônicas em que se encontram trabalhadores assalariados e capitalistas (Gorender, 1999).

Como expressamos anteriormente, sob análise marxista do desenvolvimento da sociedade capitalista, o mecanismo de acumulação da riqueza tem como fonte a mais-valia produzida pela coletividade do trabalho realizado pela sociedade. Esse mecanismo é apresentado por Marx como a centralização de capitais. Mecanismo pelo qual

cada capitalista elimina muitos outros capitalistas. Ao lado dessa centralização ou da expropriação de muitos capitalistas por poucos, desenvolve-se, cada vez mais, a força cooperativa do processo de trabalho, a aplicação consciente da ciência ao progresso tecnológico, a exploração planejada do solo, a transformação dos meios de trabalho em meios que só podem ser utilizados em comum, o emprego econômico de todos os meios de produção manejados pelo trabalho combinado, social, o envolvimento de todos os povos na rede do mercado mundial e, com isso, o caráter internacional do regime capitalista (Marx, 1998:876).

Dentro dessa linha de pensamento, apreendemos a produção das mercadorias não mais como produto de um indivíduo, e sim fruto de uma coletividade, da cooperação ampla entre os homens - o que nos leva à constituição do ser social. A mercadoria que no passado podia ser referendada por uma posição geográfica singular, que era produto da singularidade de um sítio, hoje, através da coletividade das realizações humanas, torna-se produto do mundo, sendo esse produto síntese das múltiplas realizações do homem. O espaço com seus fluxos e fixos (Santos), não é mais privilégio de um lugar. O produto que se manifesta na interação

do singular com o plural do mundo, configura-se como cota-parte dos elementos da reprodução da vida da humanidade em escala planetária.

Assim, a sociedade burguesa, ao produzir o trabalhador individual/coletivo, forma o trabalhador que se percebe como produto corporificado, como unidade componente de todas as mercadorias (estando estas ao alcance ou não de suas mãos)²⁹. Um produto na forma de trabalho enquanto quota-parte de uma mercadoria, sendo esta toda e qualquer mercadoria.

O poder social, isto é, a força produtiva multiplicada que nasce da cooperação dos diversos indivíduos, condicionada pela divisão do trabalho, nasce a estes indivíduos, condicionada pela divisão do trabalho, não aparece a esses indivíduos como sendo sua própria força conjugada, porque essa própria cooperação não é voluntária, mas sim natural; ela lhes aparece, ao contrário, como uma força estranha, situada fora deles, que não sabem de onde vem nem para onde vai, que, portanto, não podem mais dominar e que, inversamente, percorre agora uma série particular de fases e de estágios de desenvolvimento, tão independente da vontade e da marcha da humanidade, que na verdade é ela que dirige essa vontade e essa marcha da humanidade (Marx e Engels. *Ideologia alemã*, 1986:31).

Nossa intenção aqui foi a de evidenciar a formação contraditória, engendrada no interior do Modo de Produção Capitalista, focalizando a leitura no processo de formação dos homens³⁰. Nosso estudo, aqui, se limita a buscar compreender como

²⁹ A organização dos homens sob a lógica do capital aparece de forma fetichizada, promovendo a alienação do trabalhador na condução do mundo que lhe toca. Porém, dialeticamente, nesse processo de desenvolvimento do capital se constitui o trabalhador coletivo que passa a se reconhecer como ser social coletivo (K. Marx) nas ferramentas de seu ofício, na garrafa de cerveja que bebe no bar e na condução que o leva da casa para o trabalho, bem como no avião em que ele nunca voou, na igreja em que ele nunca entrou.

³⁰ A quem interessar uma leitura mais aprofundada sobre todas as condicionantes desse processo poderá encontrar valiosos subsídios em Engels na obra *Dialética da Natureza* e em Marx e Engels no texto *A Ideologia Alemã*.

o trabalhador, produto da sociedade capitalista, passa a tomar consciência das contradições dessa sociedade, rompendo com o véu que o condiciona a viver de forma compartimentalizada, fragmentada, segregada do produto de seu trabalho. Assim, poderá ele desvelar os *fetiches* que o capital lhe impõe. Como no poema de Vinícius de Moraes em que o *Operário em Construção* descobre "*Esse fato extraordinário: Que o operário faz a coisa e a coisa faz o operário*". Temos então que o movimento dialético pelo qual se constrói o modo e o homem burguês, é também a fonte que manifesta a produção do trabalhador evoluído.

1.4 - A unidade na diversidade

*Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades
Muda-se o ser, muda-se a confiança;
Todo o mundo é composto de mudança,
Tomando sempre as novas qualidades.
Continuamente vemos novidades;
Diferentes em tudo da esperança;
Do mal ficam as mágoas da lembrança,
E do bem, se algum houve. As saudades.
O tempo cobre o chão de verde manto,
Que coberto já foi de neve fria,
E em mim converte em choro o doce canto.
E, afora este mudar-se cada dia,
Outra mudança faz de mor espanto,
Que não se muda já como soia.*

Luiz de Camões. Sonetos

Como vimos no item anterior, a sociedade capitalista se move por suas contradições. E é nesse desenvolvimento contraditório que essa sociedade manifesta em real potência a desigualdade em seu processo de desenvolvimento produtivo.

Esse desenvolvimento contraditório e desigual poderá ser assumido como o motor da produção e da segregação do espaço da produção dos homens, fazendo com que, tanto o homem possuidor do capital e acumulador de riquezas, como o homem que possui apenas a riqueza necessária para repor suas energias para se lançar a uma nova jornada de trabalho, comunguem de uma mesma natureza - a natureza do capital.

A natureza social do homem é produto e pressuposto do modo de produção por ele experimentado. Na sociedade capitalista esta natureza se fundamenta na propriedade do capital e na

relação salário e lucro. Na quantidade de riqueza que o homem burguês pode acumular. Aos trabalhadores, estão essas condições limitadas pela intencionalidade da lógica capitalista.

O que foi dito acima retrata que

o produto do trabalho humano é trabalho incorporado em um objeto e convertido em coisa física; esse produto é uma objetificação do trabalho. A execução do trabalho é simultaneamente sua objetificação. A execução do trabalho aparece na esfera da Economia Política como uma perversão do trabalhador, a objetificação como uma perda e uma servidão ante o objeto, e a apropriação como alienação.

Com a própria economia política, usando suas próprias palavras, demonstramos que o trabalhador afunda até um nível de mercadoria, e uma mercadoria das mais deploráveis; que a miséria do trabalhador aumenta com o poder e o volume de sua produção; que o resultado forçoso da competição é o acúmulo de capital em poucas mãos, e assim uma restauração do monopólio da forma mais terrível; e, por fim, que a distinção entre capitalista e proprietário de terras, e entre trabalhador agrícola e operário, tem de desaparecer, dividindo-se o conjunto da sociedade em duas classes de possuidores de propriedades e trabalhadores sem propriedades (Marx, 1983:91).

A obra de Marx ainda nos submete à análise do fetiche da sociedade pela alienação do trabalhador no processo de produção dessa sociedade:

O trabalhador fica mais pobre à medida que produz mais riqueza e sua produção cresce em força e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria ainda mais barata à medida que cria mais bens. A desvalorização do mundo humano aumenta na razão direta do aumento de valor do mundo dos objetos. O trabalho não cria apenas objetos; ele também se produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, na mesma proporção em que produz bens. (Marx, 1983:90).

Essa desvalorização do trabalhador no interior do processo produtivo do capital faz com que as diferenças entre as classes sociais se agigantem na escalada do desenvolvimento capitalista. Os trabalhadores, ao serem limitados pelas condições objetivas do mundo da produção capitalista de acesso à riqueza produzida pela sociedade, se proletarizam a ponto da degeneração da condição humana. Essa parcela da humanidade que o modo de produção capitalista, ao se desenvolver, regurgita na forma de 'bagaço', como em um moinho de cana-de-açúcar, é retratada no poema de Manuel Bandeira:

O Bicho

*Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos.*

*Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.*

*O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.*

O bicho, meu Deus, era um homem.

Esse homem, na forma de 'bagaço' e de 'bicho', é o reverso do homem civilizado, humanizado. Da mesma forma que o modo de produção capitalista cria, com o desenvolvimento das forças produtivas, as condições para a libertação do homem das amarras que o prendem ao reino da natureza, uma parcela cada vez maior desses homens ao saírem desse processo se encontram em condições que poderíamos definir como subumanas, mas que, no entanto, na ordem burguesa são formas humanas próprias à sua lógica. Na formulação de Marx, os trabalhadores, após terem toda

sua energia extraída pelo capitalista, transformam-se em zumbis, abandonados pelo processo civilizatório.

Expropriados do produto de seu trabalho, esses trabalhadores experimentam diversas possibilidades de ressocialização. Muitas dessas alternativas se incluem na ordem trazida pelo próprio espaço da sociedade capitalista, pois reforçam a degenerescência da humanidade, como o crime organizado; as fraudes bilionárias do sistema financeiro nacional e internacional e o narcotráfico. Outras buscam, ainda que de forma incipiente e inconsistente, criar um espaço diferenciado da lógica burguesa, como as formas de produção cooperada, as organizações de economia solidária, o movimento de ecovilas, algumas iniciativas do movimento sindical, bem como as iniciativas dos movimentos sociais populares.

1.5 - A Velha/Nova Sociedade

Parada do Velho Novo

Eu estava sobre uma colina e vi o *Velho* se aproximando,
Mas ele vinha como se fosse *Novo*.
Ele se arrastava em novas muletas, que ninguém antes havia visto,
e exalava novos odores de putrefação, que ninguém antes havia cheirado.
A pedra passou rolando como a mais nova invenção,
e os gritos dos gorilas batendo no peito
deveriam ser as novas composições.
Em toda parte viam-se túmulos abertos vazios,
enquanto o *Novo* movia-se em direção à capital.
E em torno estavam aqueles que instilavam horror e gritavam:
Aí vem o *Novo*, tudo é novo, saúdem o *Novo*, sejam novos como nós!
E quem escutava, ouvia apenas os seus gritos, mas quem olhava, via tais que não gritavam.
Assim marchou o *Velho*, travestido de *Novo*,
mas em cortejo triunfal levava consigo o *Novo* e o exibia como *Velho*.
O *Novo* ia preso em ferros e coberto de trapos; estes permitiam ver o vigor de seus ombros.
E o cortejo movia-se na noite, mas o que viram como a luz da aurora era a luz de fogos no céu.
E o grito: Aí vem o *Novo*, sejam novos como nós!
Seria ainda audível, não tivesse o trovão das armas sobrepujado tudo.
B. BRECHT – 1913 - 1956

Acima, buscamos lançar as bases de nossa análise sobre a formação do espaço, fundamentada na leitura do desenvolvimento do modo de reprodução social pela ótica marxista. Temos como pressuposto que a sociedade burguesa ao se reproduzir engendra, ao mesmo tempo, os paradigmas de sua própria negação. Produz assim um movimento dialético, pelo qual a sociedade capitalista, ao se afirmar, possibilita lançar os alicerces de uma nova ordem social, potencializando os mecanismos para sua superação. Isto evidencia o caráter revolucionário que o desenvolvimento das forças produtivas adquirem na sociedade burguesa. Este aparente antagonismo de desenvolvimento -evolução e morte - possibilita transformar a natureza dessa sociedade: de uma natureza centrada na apropriação unilateral e privada, do desenvolvimento das

forças produtivas, para uma sociedade, na qual a produção e apropriação da riqueza tendem a se planificar.

O mecanismo que evidencia esse antagonismo está na natureza dessa sociedade que caminha, em escala cada vez mais crescente, para a concentração e a centralização dos capitais. Não se trata de uma concentração dos meios de produção e de comando sobre o trabalho, a qual significa acumulação. O que se apresenta é a centralização dos capitais já formados, a supressão da autonomia individual, a expropriação de capitalistas pelos próprios capitalistas (Marx, 1998:728). Esse movimento impõe sua direção em escala cada vez mais ampliada rumo à união dos capitais, portanto, cada vez mais social.

A socialização crescente das forças produtivas, inevitavelmente, supera os limites da propriedade privada particular. Essa passagem da propriedade privada para a propriedade social é qualitativa superior para o conjunto dos trabalhadores,

com a apropriação dos meios de produção pela sociedade, a produção de mercadorias é eliminada e, desse modo, também a dominação do produtor pelo produto. A anarquia dentro da produção social é substituída por organização conscientemente planejada. Cessa a luta pela existência individual. Assim, em certo sentido, o homem parte definitivamente do reino animal, passa de condições de existência animais a verdadeiramente humanas. (...) Só daí em diante farão os homens sua própria história com plena consciência, só daí em diante se tornarão predominantes as causas por eles movidas e produzirão em escala crescente os efeitos desejados por eles. É o salto da humanidade do reino da necessidade para o reino da liberdade (Marx, 1996:115).

O movimento dialético das forças produtivas materiais da sociedade manifesta sua positividade por caminhar um percurso em escala crescente, revolucionando a si própria e modificando sua

base produtiva. Com isso cria os fundamentos da constituição de uma sociedade superior.

Marx aprofunda essa questão:

Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. Estas relações transformam-se de formas de desenvolvimento das forças produtivas em seus entraves. Abre-se então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a imensa superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez. Ao considerarmos estas transformações, é sempre preciso distinguir entre a transformação material das condições econômicas de produção, susceptível de ser constatada de modo cientificamente rigoroso, e as formas jurídicas, políticas, religiosas ou filosóficas, numa palavra, ideológicas em que os homens tomam consciência deste conflito e o dirigem até ao fim. Assim como não se julga um indivíduo pelo que ele pensa de si próprio, também não se pode julgar uma tal época de revolução pela consciência que ela tem de si própria, é preciso, pelo contrário, explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Uma formação social nunca declina antes que se tenha desenvolvido todas as forças produtivas que ela é suficientemente ampla para conter e nunca surgem novas relações de produção superiores antes de as suas condições materiais de existência se terem gerado no próprio seio da velha sociedade. É por isso que a humanidade nunca se propõe senão tarefas que pode levar a cabo, já que, se virmos bem as coisas, chegaremos sempre à conclusão de que a própria tarefa só surge se as condições materiais da sua resolução já existem ou estão, pelo menos, em vias de se formarem. Em traços largos, os modos de produção asiático, clássico, feudal e burguês moderno podem ser qualificados como épocas progressivas da formação econômica da sociedade. As relações de produção burguesas são a última forma antagônica do processo social da produção, antagônica, não no sentido de antagonismo individual, mas no de um antagonismo nascido das condições de existência social dos indivíduos; mas as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais que resolverão

este antagonismo. Com esta formação social, termina, portanto, a pré-história da sociedade humana (Marx, prefácio à Crítica da Economia Política de 1859).

A virtuosidade do modo de produção capitalista está na condição de este engendrar as forças produtivas de tal forma que seu produto histórico é a socialização dessas forças. A tal ponto que o seu desenvolvimento, de forma ampliada, nos possibilita vislumbrar o caráter social que a produção capitalista vai adquirindo. (Aued, 2002).

Em Marx, apreendemos a positividade do modo de produção capitalista, pelo fato de que a *socialização do trabalho e a condição dos meios de produção, ao serem operados socialmente, constituem-se em pressupostos de uma nova sociedade, na qual, a apropriação da riqueza também será social, ou seja, ao se produzir na sociedade burguesa, produz-se, ao mesmo tempo, a sua própria negação e os fundamentos de uma nova sociedade.*(Marx, 1986).

Nesse mesmo sentido, Engels observa:

É esta contrapressão das forças produtivas em poderosa expansão contra o seu caráter de capital, esta imposição crescente do reconhecimento de sua natureza social que constrange a própria classe capitalista a tratá-las mais e mais, na medida em que isso é ao todo possível dentro do relacionamento capitalista, com as forças produtivas sociais(Engels, 1980).

Podemos assim observar que o espaço da sociedade capitalista gesta em si mesma seus contrários, oportunizando o surgimento de relações sociais mais avançadas. Essas novas relações *podem vir a ser o prenúncio de um futuro modo de produção pautado por outra lógica de desenvolvimento que não a do capital.*

2 - O ESPAÇO DA LUTA PELA TERRA

2.1 - O paradoxo do capitalismo no campo - o desenvolvimento capitalista na agricultura

Somente a história nos instrui sobre os significados das coisas. Mas é preciso sempre reconstruí-la, para incorporar novas realidades e novas idéias ou, em outras palavras, para levarmos em conta o tempo que passa e tudo muda.

Milton Santos, 1992.

Alguém um dia falou que a história é como um carro, guiado por nós em uma noite escura. Às vezes, quase parando, outras, em alta velocidade. Porém, sempre com os faróis voltados para trás. É dessa forma que a humanidade caminha. Sempre para frente, orientada pelo passado. Mas não conduzida por ele. A história não condiciona nosso desenvolvimento, não é o passado que define nosso futuro. A história apenas nos dá a compreensão da trajetória percorrida pelos fatos passados e a possibilidade de visualizarmos, no percurso, o futuro dessa trajetória. Assim, a história só assume sentido, para a humanidade, ao se realizar neste instante, dando materialidade ao passado, e sendo pressuposto de uma ação futura.

Sobre nossa historia recente, Caio Prado Júnior, já em 1942, trabalhava com a perspectiva de que os fatos de nossa história, presente e futura, têm raízes fincadas em nosso

processo passado de desenvolvimento. E que a real compreensão da totalidade dos fatos presentes não está na análise do hoje [aparência]. O momento presente é resultado e pressuposto de um processo de formação histórico, que não se explica em si próprio - como momento autônomo da dinâmica da sociedade. O hoje, a materialidade que nos rodeia se constituem na síntese de um processo histórico. Que na condição de síntese, está formatado por uma materialidade passada, que se manifesta sob a forma da aparência da sociedade - o mundo que nos rodeia.

Os problemas brasileiros de hoje, os fundamentais, pode-se dizer que já estavam definidos e postos na equação há 150 anos atrás. [...] Um dos aspectos mais chocantes do Brasil, e que alarma qualquer observador de nossas coisas é esta atonia econômica, e portanto 'vital', em que mergulha a maior parte do território do país. Pois bem, há século e meio, nas mesmas regiões ainda agora atacadas do mal, já se observava e discutia o fato. Autoridades representavam sobre ele à metrópole, particulares se interessavam pelo assunto e a ele se referiam em memórias e outros escritos que chegaram até nós... (Prado Jr., 1982:79).

Sobre essa perspectiva, iremos, agora, partindo da aparência da sociedade, reler o processo de formação econômica do Brasil, centrando nossos esforços na compreensão do desenvolvimento da agricultura brasileira.

2.2 - Etapas do desenvolvimento da agricultura no Brasil

*Sabemos que o capitalista
Diz não ser preciso
ter Reforma Agrária
Seu projeto traz miséria
Milhões de sem-terra
Jogados na estrada...*

Musica de Zé Pinto Assim já ninguém chora mais

A qualquer pessoa que busca observar de forma analítica o desenvolvimento da estrutura fundiária brasileira, lhe ficaria evidente a *concentração da terra como traço essencial da estrutura fundiária brasileira*. Esse traço, no Brasil, manifesta uma das principais contradições da sociedade capitalista: a concentração da terra como meio de reprodução do capital. Se colocarmos esse dado sobre uma balança, teríamos, em um lado, um pequeno número de capitalistas latifundiários e, no outro, uma enorme massa de trabalhadores sem-terra. Esse fato diferencia substancialmente a formação dos homens.

Sobre a origem e formação dessa realidade vejamos o que nos diz Stédile:

É muito importante atentarmos para o critério fundamental da origem da posse e propriedade da terra no Brasil, que é totalmente distinto do critério da maioria dos países europeus e mesmo dos Estados Unidos. Aqui no Brasil, para se ter acesso à terra, era condição essencial ser amigo do rei, pertencer à nobreza. Na Europa, ao contrário, as terras, que antes eram domínio de senhores feudais ou exploradas pelo conjunto de camponeses de um certo lugar, foram sendo divididas em propriedades privadas de tamanho variado, mas sempre menores do que as sesmarias brasileiras. No caso dos Estados Unidos, o acesso a terra também foi mais democrático, principalmente nas colônias do

norte, onde predominaram propriedades de pequeno ou médio porte. Após a proclamação da independência, a Constituição norte-americana consolidou o critério de que todos poderiam ser proprietários de terras colonizadas no Oeste, desde que tivessem sua posse, ou seja, que habitassem e trabalhassem nelas. Além disso, ela estabeleceu um limite máximo de 100 acres de terra que cada família, a partir da posse, poderia assumir como sua propriedade (Stédile, 1997:9).

Verificamos, desde a origem do percurso do desenvolvimento da economia brasileira, que o setor agrário teve em sua formação básica a orientação de ser suporte para o desenvolvimento das classes dominantes (a burguesia nacional e internacional). Nos primeiros tempos, a escravidão dos índios e negros era o que catalisava o funcionamento da economia. O trabalho escravo utilizado para a extração das riquezas naturais e atender a demanda da metrópole, foi a primeira forma de desenvolvimento de nossa economia. A mão-de-obra escrava empregada no extrativismo do pau-brasil foi a manifestação de uma ação sistemática de agricultura extrativista e predatória³¹.

A partir de 1530, com o objetivo de referendar sua posse sobre a Colônia, Portugal cria o sistema das capitanias hereditárias. Eram em número de quinze e cada uma delas foi entregue como concessão a nobres portugueses, os donatários. Estes receberam as capitanias com a condição de que as explorassem e pagassem impostos à Coroa em troca da utilização das terras. Os donatários subdividiram parte de suas capitanias (sesmarias) e entregaram parcelas dessas terras a quem desejasse produzir (porém, só poderiam assumir as sesmarias brancos, puros de sangue e católicos). Nesse sistema, quem se dispusesse a

³¹ Essa ação ocorreu primeiramente no litoral brasileiro, dizimando praticamente todos os mananciais do pau-brasil em seu local de ocorrência. A posterior atividade extrativista se estende para o interior (leste-oeste), em busca de outras riquezas naturais que pudessem ser exploradas.

cultivar estas terras deveria entregar, em troca, um sexto da produção à Coroa Portuguesa (Morissawa, 2001:58). E assim nascia o latifúndio. Nesse período colonial, a economia estava voltada para desenvolver a produção agrícola unicamente para a exportação³², sendo que as demais atividades produtoras que aqui se desenvolveram eram atividades que tinham a função de dar suporte à ação principal.

Com a proclamação da Independência, em 1822, é suspensa a concessão das terras. No entanto, o latifúndio já havia ocupado as terras de maior importância econômica para a época, geralmente próximas aos portos marítimos. As terras 'não ocupadas' voltam a pertencer à Coroa. Mesmo assim, o processo de ocupação e interiorização do País não pára. A inevitável troca de donos das terras se deu sob a lei do mais forte, em meio à grande violência. Os conflitos, naquele momento, não envolviam, de forma direta, trabalhadores rurais - praticamente todos eram escravos - , mas proprietários e grileiros apoiados por bandos armados (Morissawa, 2001).

Por volta de 1847, começam a chegar no Brasil grandes contingentes de imigrantes vindos da Europa³³. Em sua esmagadora maioria, agricultores sem-terra que estavam sendo expulsos da atividade agrícola em suas pátrias, sendo seduzidos a viajarem para as novas colônias. A grande maioria foi atraída para cá com promessas de terras fartas e férteis, no entanto, a ocupação que

³² Fato importante ocorre em 1642, ocasião em que Portugal, após um longo período de guerra contra a Espanha e a Holanda, firma acordo com a Inglaterra. Esta reconhece Portugal como maior potência na navegação, em contrapartida Portugal oferece concessões de comércio aos ingleses nas colônias. Esta "herança" segue até a república, estendendo-se por várias décadas (Morissawa, 2001).

³³ Na Europa estava em curso a revolução industrial, porém seu desenvolvimento não absorvia a mão-de-obra, que saía do campo em direção aos centros industriais. Agravava o fato, o 'fenômeno' dos cercamentos - expulsão dos camponeses de suas terras para destiná-las à produção de lã de ovelha.

a maioria desses colonos encontraram para garantir a sua sobrevivência foi a venda de sua força de trabalho para as grandes propriedades rurais ou o trabalho em sistemas de parcerias ou colonato (Morissawa, 2001:63).

Já em 1850, o Império edita a Lei de Terras (Lei 601). Contudo, um de seus dispositivos proibia a ocupação de áreas públicas e determinava que a aquisição de terras só podia se dar mediante pagamento em dinheiro - reforçando dessa forma o poder dos latifundiários, e tornando ilegais as posses de pequenos produtores. Portanto, a Lei de Terras significou o casamento do capital com a propriedade da terra. Soma-se a isso o fato de que, em 1888, a Lei Áurea fez cessar a escravidão. Tornou-se assim necessário criar mecanismos que tornassem o trabalho nas terras dos fazendeiros o único meio de sobreviver (José de Souza Martins, in Stédile, 1997).

A concentração da terra, que dá corpo à questão agrária brasileira, já estava posta no nascimento do Brasil como nação, consumada pelo casamento dos interesses das oligarquias rurais com os interesses da burguesia industrial. A estrutura da distribuição da terra em nosso país sempre privilegiou o latifúndio. Analisando os dados apresentados por Oliveira (2004), temos um demonstrativo, das últimas décadas, de como se encontra a situação da posse da terra no Brasil. Vejamos os dados:

Tabela 1
Estrutura fundiária – Brasil – 1940 a 1985

Classes de área (ha)	Número de estabelecimentos						
	1940	1950	1960	1970	1980	1985	1995/96*
Menos de 10	654.557	710.934	1.495.020	2.519.630	2.598.019	3.085.841	2.402.374
10 a 100	975.438	1.052.557	1.491.415	1.934.392	2.016.774	2.166.424	1.916.487
100 a 1.000	243.818	268.159	314.746	414.746	488.521	518.618	469.964
1.000 a mais	27.812	32.628	32.480	36.874	47.841	50.105	49.358
Total	1.904.508	2.064.642	3.337.769	4.924.019	5.159.851	5.834.779	4.838.183

Classes de área (ha)	Unidade de área (ha)						
	1940	1950	1960	1970	1980	1985	1995/96*
Menos de 10	2.893.439	3.025.372	5.952.381	9.083.495	9.004.259	10.029.780	7.822.194
10 a 100	33.112.160	35.562.747	47.566.290	60.069.704	64.494.343	69.678.938	62.693.586
100 a 1.000	66.184.999	75.520.717	86.029.455	108.742.676	126.799.188	131.893.557	123.541.517
1.000 a mais	95.529.649	118.912.270	110.314.016	116.249.591	164.556.629	164.684.300	159.493.949*
Total	197.720.247	232.211.106	249.826.142	294.145.466	363.854.421	376.286.577	353.611.246

Fonte: Oliveira, 2002

*IBGE - Censo agropecuário de 1995/1996

Analisando as informações da tabela-1 observamos, no primeiro registro, que os estabelecimentos agrícolas com mais de 1.000ha somavam 27.812 (1,5%), e ocupavam uma área de 95,5 milhões de ha, ou seja, 48% do total de terras. De outra maneira, 1.630.000 (86%) estabelecimentos agrícolas que possuíam menos de 100ha, ocupavam uma área de apenas 35,9 milhões de ha (19%).

Com maior intensidade, o latifúndio se faz presente no último censo³⁴, tendo a parcela daqueles que possuíam mais terra por unidade aumentado sua grandeza. Em 95/96 as unidades com mais de 1.000ha que representam apenas 49.358 estabelecimentos referente a 1% do total, ocupavam 159.493.949ha, ou seja, 45% das terras agrícolas do Brasil. Na outra ponta, as unidades com menos

³⁴ IBGE - Censo agropecuário de 1995/1996

de 100ha perfazem 4.568.798 dos estabelecimentos, ou seja, 90% das propriedades agrícolas, e ocupam apenas 70.515.780 de ha, que eqüivalem a 20% das terras agrícolas.

Por esta análise, pode-se observar que a estrutura agrária brasileira há mais de meio século, privilegia a formação do latifúndio. Nestes últimos 55 anos, o que observamos foi uma retomada da concentração da terra no Brasil. A evidência dessa realidade esta posta na tabela 2, apresentada adiante.

Tabela 2

Os maiores latifundiários do Brasil - 1985

<i>Nome</i>	<i>Estados</i>	<i>Área (ha)</i>
01. Manasa – Madereira Nacional S/A	Amazonas e Paraná	4.140.767
02. Jari Florestal e Agropecuária Ltda.	Pará	2.918.892
03. Aplub Agrofloestal da Amazônia	Amazonas	2.194.874
04. Companhia Florestal Monte Dourado	Pará, Amapá	1.682.227
05. Companhia de Desenvolvimento do Piauí	Piauí	1.076.752
06. Cotriguaçu – Colonizadora do Aripuanã S/A	Mato Grosso	1.000.000
07. João Francisco Martins Barata	Amapá	1.000.000
08. Manoel Meireles de Queiroz	Acre	975.000
09. Rosa Lima Gomes Amora	Amazonas	901.248
10. Pedro Aparecido Dotto	Acre	804.888
11. Albert Nicola Vitale	Bahia	797.575
12. Antonio Pereira de Freitas	Amazonas	704.574
13. Malih Hassan Eumadula	Amazonas	661.173
14. Moraes Madeira Ltda	Amazonas	656.794
15. Indeco S/A – Int. Desenvolvimento e Colonização	Mato Grosso	615.218
16. Mario Jorge de Medeiros Moraes	Amazonas	587.883
17. Agroindustrial do Amapá S/A	Amapá	540.613
18. Francisco Jacinto da Silva	S. Paulo, M. Grosso do Sul e Amazonas	460.406
19. Plínio Sebastião Xavier Benfica	Amazonas	452.000
20. Companhia Colonizadora do Nordeste	Maranhão	448.000
21. Jorge Wolney Atalla	Amazonas	436.340
22. Jussara Marques Paz	Amazonas	432.119
23. Adão Medeiros Paz	Amazonas	432.119
24. Adalberto Cordeiro e Silva	Acre	423.170
25. Rômulo Bonalumi	Acre	406.121
26. União de Construtoras S/A	Bahia	405.000
27. Mapel Marochi Agrícola e Pecuária Ltda	Pará	398.786
Total		25.547.539

Fonte: Stédile, 2002.

As 27 propriedades apresentadas na tabela acima que juntas somam 25.547.339 hectares, representam 3% do território nacional. Isto poderia ser comparado à área territorial ocupada pelo Estado de São Paulo, sendo ainda maior que os Estados do Paraíba, Sergipe, Alagoas, Acre, Ceará, Espírito Santo, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte. Ainda, de acordo com Stédile (2003), foi identificado que a construtora de propriedade do Cecílio Rego de Almeida, possui uma área de quatro milhões de hectares. Isto o coloca como o maior latifundiário do mundo (Stédile, 2003)³⁵.

Podemos observar a dinâmica da centralização do capital no campo brasileiro, ao identificarmos que a maior parte desses superlatifúndios pertence a empresas que investem, de forma extrativista e/ou especulativa, em inúmeros setores da economia, não sendo empresas tipicamente agropecuárias. Outro fator que expõe o mecanismo da centralização de capitais é que muitas dessas empresas são subsidiárias de grandes grupos internacionais. Atuando de forma a revolucionar a universalidade do modo de produção capitalista na otimização da especulação das taxas de retorno ao capital investido, em escala global, essas empresas editam uma nova forma de espoliação das riquezas nacionais: uma 'neocolonização' via investimentos do capital financeiro internacional no setor extrativista.

Pelo caráter concentrador da estrutura fundiária brasileira, a posse da terra corporifica a questão da luta de

³⁵ A informação prestada por Stédile não encontram-se sistematizada pelos dados do IBGE, visto os títulos de terra fornecidos pela construtora serem questionados sobre sua legalidade. Dentre os títulos apresentados estão terras indígenas e de propriedade da União.

classes, não apenas dos trabalhadores do campo, mas do conjunto da sociedade brasileira, pois o latifúndio ainda é tido, infelizmente, como reserva de valor e como símbolo de poder nas mãos de 'coronéis' em muitos rincões deste país.

Mas não somente como reserva de valor e poder o latifúndio se expande pelo território brasileiro. O desenvolvimento das forças produtivas, aprimorando técnicas mecânicas, químicas e genéticas voltadas em sua idealização quase exclusivamente para agrossistemas de monocultivo extensivo, faz com que o latifúndio ganhe fôlego, e gradativamente dispense, como na indústria, a força de trabalho camponesa, ou seja, cada vez mais um trabalhador atrelado às forças produtivas desenvolvidas, logra maior produtividade na realização de determinada tarefa. Associando - indústria voltada à agricultura - o agronegócio, conjuga seus interesses (venda de insumos e transformação da matéria-prima), com um processo de verticalização da produção³⁶ agrícola. Não raro, encontramos vários grupos multinacionais que operam sob esta estrutura em diversos setores da agricultura brasileira. Como consequência, o trabalhador rural é dispensável na função de parceiro, meeiro, arrendatário, integrado ou mesmo como pequeno camponês produtor de alimentos.

Esta lógica de desenvolvimento social, independente da vontade dos homens, condiciona a formatação do espaço da luta pela posse da terra no Brasil. Esse fator há de ser aqui analisado como mote determinante do desenvolvimento do latifúndio no Brasil, sendo a essência do problema agrário brasileiro.

³⁶ A verticalização da produção consiste em a unidade produtiva realizar sob seu controle todas as atividades que cercam seu produto final. Como exemplo: uma unidade produtora de embutidos de carne suína produz suas matrizes e reprodutores, cria seus leitões, realiza a engorda, abate, processa e comercializa seu produto final.

2.3 - Sistemática histórica

*“a luta pela liberdade desdobrada,
igualmente, na luta pela terra.”*
Bernardo Mançano Fernandes

A situação agrária no Brasil reproduz o desenvolvimento do modo de produção capitalista, sem a necessidade de este sistema realizar a reforma agrária como possibilidade de surgimento de unidades produtivas centradas na posse da propriedade privada em maior número, como ocorreu no norte dos Estados Unidos e na maioria dos países da Europa. No Brasil, o que tivemos foi o desenvolvimento do modo de produção capitalista que, incorporando ao latifúndio a elevação da base técnica, alterou a composição orgânica do capital favorecendo o caráter concentrador de sua estrutura fundiária e da riqueza produzida no campo. Reproduz, dessa maneira, uma lógica de desenvolvimento que privilegia o capital, estando este alicerçado no latifúndio.

Na contramão dessa formação econômica, os trabalhadores, ao longo da história, manifestaram sua rebeldia contra o grande capital editando várias experiências e formas de resistência e organização contra o cativo da terra.

Essas manifestações ocorreram por vezes desarticuladas de uma estratégia integrada de superação da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção correspondentes a cada período histórico. Dessa forma, levaram a

ações de caráter 'ludista'³⁷: os trabalhadores reagiram ao desenvolvimento das forças produtivas com uma aparente tentativa de impedir o avanço da máquina, da tecnologia sobre os trabalhadores.

2.4 - O processo de concentração da terra no Brasil

Fernandes, geógrafo que acompanha a formação e o movimento de territorialidade dos camponeses no Brasil, retrata, de forma sintética, como se deu o embate entre o capital e o processo de trabalho, a raiz da contradição existente entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção derivadas desse processo. Expõe a que condições os trabalhadores eram submetidos, apontando no horizonte da história passada, a origem da luta pela terra:

Durante os séculos XVI e XVII aconteceram diversas lutas indígenas contra o cativo. De norte a sul, Potiguares, Tamoios e Guaranis lutaram contra a invasão de seus territórios e contra a escravidão. Nesse tempo, a escravidão indígena foi sendo substituída pela escravidão dos povos trazidos da África. No final do século XVI, havia mais de 15 mil africanos escravizados trabalhando nos engenhos. Também data dessa época a existência do primeiro quilombo.

(....)

Na segunda metade do século XIX, para fazer avançar o sistema capitalista, no Brasil foi criada a propriedade da terra e em seguida os escravos tornaram-se trabalhadores livres. Quando escravos, os trabalhadores eram vendidos como mercadorias e como

³⁷ Se compararmos ao movimento dos trabalhadores da Inglaterra em 1800. Segundo Thompson (1987), os trabalhadores da Inglaterra em 1800 se amotinaram contra a situação de miséria em que se encontravam "a maioria eram motins por alimentos, provocados pela escassez e pela alta dos preços durante o bloqueio de Napoleão". Thompson ao analisar a formação da classe operária inglesa, expõe o ludismo: "o luddismo pode ser visto como a coisa mais próxima a uma revolta camponesa de trabalhadores industriais; em vez de saquear os Châteaux, atacava-se o alvo mais imediato que simbolizava a opressão – a carda mecânica ou o pistão movido a vapor" (Thompson, 1987:179).

produtores de mercadorias. Como trabalhadores livres, vendiam sua força de trabalho ao ex-escravocrata, então fazendeiro - capitalista. Permanecera a separação entre os trabalhadores e os meios de produção. Com a constituição da propriedade da terra mais de trinta anos antes do fim do sistema escravocrata, a terra tornara-se cativa. De modo que os escravos tornaram-se livres e sem-terra. O trabalho livre expandiu-se com a chegada do imigrante europeu. Se por um lado o antigo escravo passou a ser dono de sua força de trabalho, o imigrante europeu, camponês expulso de sua terra, era livre somente por possuir a sua força de trabalho. Se para o escravo a força de trabalho era o que conseguira, para o imigrante era o que restara. Portanto, agora, a luta pela liberdade desdobrara, igualmente, na luta pela terra.

(Fernandes, mimeo)

A partir de 1850, no Brasil, de maneira sistemática, começam a surgir vários movimentos de resistência e luta contra a concentração e o domínio da terra. Em uma primeira fase surgiram as 'lutas messiânicas'³⁸ (1850 até 1940): Canudos, na Bahia (1870-1897); o Contestado, em Santa Catarina e Paraná (1912-1916); o Cangaço, na Região Nordeste do país (1917-1938). Foram movimentos que, imbuídos de uma feição religiosa, contestavam a expulsão dos camponeses de suas terras pelo poder dos coronéis e de companhias colonizadoras.

Fernandes aponta Canudos como *maior exemplo da organização de resistência camponesa do Brasil*. Agricultores sem-terra, que tiveram de abandonar suas terras pelo poder armado do latifúndio que se estendia pelas melhores terras da região, outros muitos desalentados pela seca, abandonados em condições inóspitas à sobrevivência humana, reuniram-se em torno de uma liderança religiosa - um messias-. Esses camponeses, 'guiados'

³⁸ Messiânicas, em virtude do caráter religioso. Nesse período, em todas as lutas pela terra havia sempre um líder, um "messias", que baseava sua liderança na confiança religiosa.

por seu líder Antônio Conselheiro, acamparam na fazenda Canudos em 1893 e passaram a chamar o lugar de Belo Monte. A organização econômica se realizava por meio do trabalho cooperado, o que foi essencial para a reprodução da comunidade. Todos tinham direito à terra e desenvolviam a produção familiar, garantindo um fundo comum para uma parcela da população, especialmente os velhos e desvalidos, que não tinham como subsistir dignamente (Fernandes, 1999).

Como reação àqueles que se contrapunham ao 'cerco da terra e da vida' questionando o poder dos coronéis, os camponeses *'foram acusados de defender a volta da monarquia.*

Fernandes, ainda sobre Canudos completa:

essa guerra representou o desdobramento das disputas pelo poder, entre os coronéis e o governo. Derrotar Canudos significava mais força política entre militares e civis, ligados ao interesse da economia da monocultura cafeeira. Para os sertanejos, combater os republicanos tinha, antes de mais nada, o sentido de lutar contra os inimigos dos trabalhadores: os fazendeiros e os militares (Fernandes, mimeo).

Euclides da Cunha, em sua célebre obra *Os Sertões*, define a insanidade dessa luta pela qual o Brasil derrotou a si próprio:

... canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até o esgotamento completo... caiu no dia 5 de outubro de 1896, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados (Cunha, s/a:518).

Assim, todos os que sonhavam com uma sociedade mais justa despedem-se do século XIX de luto. E na rebeldia de um povo que não se cansa de lutar, inicia-se o século XX, na infelicidade de mais uma guerra: a guerra do Contestado, em Santa Catarina e no Paraná, entre 1912 e 1916. O móvel do conflito foi a faixa de terra ao longo da ferrovia que ligaria o Rio Grande do Sul a São Paulo. Essas terras foram cedidas pelo Marechal Hermes ao grupo "Brazil Lamber" do norte americano Precival Farquhar, como forma de pagamento pela construção da referida estrada. Entretanto estas terra encontravam-se secularmente ocupadas por posseiros e pequenos proprietários. O fato de o governo, doar estas terras gerou a expulsão e expropriação de camponeses que já estavam instalados naquela região. Liderados pelo monge José Maria, os camponeses organizaram a resistência, em 1912, na região do Planalto Catarinense. Formara-se um movimento camponês de caráter político, porém marcado na historia como de motivação religiosa³⁹. Foram vários enfrentamentos com a Polícia, o Exército e os jagunços. Milhares de camponeses foram assassinados.

Naquele período, este era um entre outros tantos movimentos de camponeses, que se negavam estar à margem da história oficiosa (ou até mesmo fora dela). E que buscaram, cada um a sua forma, em seu tempo e espaço de organização, demonstrar sua rebeldia contra o poder dos latifundiários, dos coronéis e do Estado que historicamente esteve a serviço dos interesses da burguesia. Foram todos destroçados. Foram movimentos populares que acreditaram na construção de uma organização em oposição à república dos coronéis, da terra do latifúndio e da miséria. *Em*

³⁹ A quem desejar aprofundar sua leitura em relação a este tema, material de grande valia será a livro de Paulo Pinheiro Machado "Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas.

nome da defesa e da ordem, os latifundiários e o governo utilizaram as forças militares, promovendo guerras políticas. Não era a monarquia que combatiam, mas sim a insurreição dos pobres do campo. (Fernandes, 1999).

Ainda no início do século XX, nas primeiras décadas (1917 a 1938), na região Nordeste do país, surge um movimento que ficou conhecido como "Cangaço".

De acordo com Fernandes,

tornar-se cangaceiro era decorrência da ação em defesa da própria dignidade e da vida de sua família. Nas terras onde a lei não alcança o coronel porque ele é ou está acima da lei, restou bem pouco à resistência camponesa a não ser a rebelião. (Fernandes, mimeo).

Uma segunda fase compreende o período que se estende de 1940 a 1955. Nesse período, os camponeses desenvolveram lutas de resistência pela posse da terra que se caracterizaram - pela reação dos latifundiários, grileiros e jagunços, bem como do próprio Estado -, como lutas 'violentas'.

Em Minas Gerais de 1945 a 1948, desdobrou-se a luta dos posseiros de Teófilo Otoni. O conflito se deu pela valorização das terras no trecho que margeava a rodovia Rio-Bahia que passava pela região de Malacacheta, em Teófilo Otoni. Esses posseiros viviam há anos sem título de propriedade. Logo tiveram suas terras contestadas por fazendeiros e grileiros. Grandes fazendeiros e empresas tentavam apoderar-se de suas terras. Isso acabou num grande conflito em que os posseiros seguidamente recorriam às armas para defender seus direitos. Muitos permaneceram na área.

No Norte e no Sudoeste do Estado do Paraná, de 1946 a 1950, ocorreram diversos conflitos por terra. Desses, o episódio mais significativo foi a Revolta de Porecatu. Na região norte em Porecatu, desencadeou-se um enfrentamento armado entre posseiros e a polícia. Os posseiros estavam em luta contra grande latifundiário, que recebia proteção do governador do Estado, envolvido em negócios irregulares com a compra e venda de terras. No Sudoeste do Estado em 1957, também ocorreram manobras ardilosas com as terras devolutas entre o governo e latifundiários, gerando conflitos com os trabalhadores que lá viviam.

Nessa Segunda fase também registra-se a Revolta de Dona Nhoca, no estado do Maranhão, em 1951. Motivados por Joana de Rocha Santos, a Dona Nhoca, então prefeita do município de São João dos Patos, camponeses armados marcharam para São Luís, tomando diversas cidades. Em um grande conflito, nas montanhas de Mutum, os camponeses foram derrotados.

Já no Norte do Estado de Goiás, de 1952 a 1958 desenvolveu-se a revolta de Trombas e Formoso. O estopim desse conflito está relacionado com os projetos de colonização promovidos pelos governos federal e estadual, às margens da estrada Transbrasiliana. As terras da região foram valorizadas. As terras devolutas, ocupadas por posseiros, passaram a ser griladas por fazendeiros. O processo de legalização fundiária foi feito por meio de documentos falsos. Iniciou-se um processo de resistência nos povoados de Trombas e Formoso, que foram atacados por jagunços e pela Polícia Militar. Os camponeses resistiram e as lutas multiplicaram-se pelo Estado até serem dizimadas pelo governo militar.

Em uma terceira fase, que vai de 1950 a 1964, surgem os "movimentos camponeses organizados". Nesse momento, no espaço social da luta pela terra começam a germinar as sementes do processo de organicidade e da formação ideológica dos camponeses. Apoiados por setores progressistas da Igreja Católica, e por uma diretriz do Partido Comunista Brasileiro/PCB, surgem inúmeras experiências de organização dos *pequenos proprietários, dos arrendatários e dos posseiros para resistirem na terra. Soma-se a isso a realização de vários congressos de organizações camponesas e de trabalhadores assalariados. É o que mostra Fernandes:*

(...) As lutas, juntamente com as lutas dos trabalhadores assalariados e os congressos camponeses, desenvolveram o processo de organização política do campesinato. Crescia a luta pela reforma agrária e o Partido Comunista Brasileiro - PCB.- e a Igreja Católica, entre outras instituições, disputaram esse espaço político, interessadas nesse processo" (Fernandes,1999).

É nesse solo fértil que surgem as Ligas Camponesas (1945), no Estado de Pernambuco. As Ligas foram uma forma de organização política de camponeses que resistiram à expropriação e à expulsão da terra. Sua origem está associada à recusa ao assalariamento (Fernandes,1999). Essa organização foi criada em quase todos os estados brasileiros e tinha o apoio do PCB, do qual era dependente. No entanto, já em 1947, o governo havia decretado a ilegalidade do partido e, com a repressão generalizada, as Ligas foram violentamente reprimidas, muitas vezes pelos próprios fazendeiros e seus jagunços.

Em Pernambuco, em 1954, as Ligas ressurgiram e se organizaram em outros Estados do Nordeste, bem como em outras regiões. Naquele mesmo ano, o PCB criou a União do Lavradores e

Trabalhadores Agrícolas - ULTAB, que se organizou em quase todo o território nacional. Com essa forma de organização, o Partido pretendia realizar uma aliança camponesa e operária. Em 1962, as Ligas realizaram vários encontros e congressos, promovendo a criação de uma consciência nacional em favor da reforma agrária. A ação das Ligas era definida na luta pela reforma agrária radical, para acabar com o monopólio de classe sobre a terra. Em suas ações, os camponeses resistiam na terra e passaram a realizar ocupações.

Foi o movimento mais massivo e radical na luta pela terra e pela reforma agrária. Stédile (2002), sobre a importância das Ligas, comenta:

as ligas mobilizaram, durante dez anos, milhares de camponeses brasileiros, gerando revoltas e esperanças. E, sobretudo, propiciou dignidade a milhares de cidadãos que viviam no interior, em especial na região Nordeste do Brasil. (...) esse movimento camponês, por fazer a luta direta, por estimular a mobilização das massas e por exigir das autoridades e das oligarquias soluções imediatas para seus problemas, se politizou com muita rapidez. Foram dez anos de muitas lutas, sacrifícios e conquistas (Stédile, 2002).

Por essa ação organizada, promovendo a conscientização e a politização dos camponeses, as Ligas foram brutalmente combatidas.

Em 1964, veio o golpe militar. E ele se abateu, em primeiro lugar, sobre o movimento camponês, em especial do Nordeste, pois havia teses defendidas pela CIA (Serviço de Inteligência Norte-Americano) segundo as quais estava em curso, no Brasil, um processo revolucionário, através das Ligas e da reforma agrária (...) Centenas de lideranças camponesas foram presas, algumas torturadas, outras assassinadas pelos próprios fazendeiros. Os mais conhecidos puderam se exilar. As

Ligas foram, de fato, assassinadas. (Fernandes, 1999:29).

Em 1955, no Estado de São Paulo, outra frente de organização dos camponeses surgiu, sob influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Tratava-se da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), uma forma de associação de lavradores que atuava no âmbito do município, com uma articulação estadual e nacional.

No Rio Grande do Sul, surgiu, em 1957, o Movimento dos Agricultores Sem-Terra - MASTER por influência do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Tinha como base agricultores sem-terra assalariados, parceiros e também os pequenos proprietários e os filhos destes. Em 1962, os sem-terra começaram a organização de acampamentos e territorializaram a luta por todo o Estado. Tinham como linha de ação a ocupação de latifúndios. Dessa forma, conseguiram que o governo do Estado desapropriasse diversas fazendas.

Pelo que foi exposto até aqui, ainda que sucintamente, é possível observar que no decorrer da história do Brasil, os trabalhadores sempre demonstraram sua rebeldia em relação à subalternidade a qual eram submetidos pela burguesia. Nos projetos nacionais, sempre estiveram à margem do processo social, e na grande maioria das vezes sob violência (Martins, 1985). Para a lógica burguesa, os camponeses sempre foram julgados como obstáculos que precisavam ser removidos (Fernandes, 1999). A questão da terra é concebida pelo Estado burguês não como uma situação de desigualdade social, mas como uma questão militar, e como tal, sob a lógica do estado burguês deve ser combatida. Tanto que, em 1964, quando os militares tomaram o poder,

destituíram o presidente eleito João Goulart, numa aliança política, em que participaram diferentes setores da burguesia: latifundiários, empresários, banqueiros e setores da igreja católica⁴⁰, entre outros. Dessa aliança derivou um aprofundamento da desigualdade social. Houve um aumento da concentração de renda, conduzindo a imensa maioria da população à miséria, intensificando a concentração fundiária e promovendo o maior êxodo rural da história do Brasil. Assumindo a retórica da modernização, os militares aumentaram os problemas políticos e econômicos e, quando deixaram o poder, em 1985, a situação socioeconômica do País estava extremamente agravada pelo que fora chamado de "milagre brasileiro". (Martins, 1985:28).

As conseqüências foram trágicas para os camponeses. O avanço do capitalismo fez recrudescer a miséria dos trabalhadores, e o aumento da acumulação e da concentração da riqueza em poucas mãos. De acordo com Fernandes (1999), os militares e a burguesia pretendiam controlar a questão agrária por meio da violência e com a implantação de seu modelo de desenvolvimento econômico para o campo, com prioridade absoluta para a agricultura extensiva. A ênfase era dirigida ao mercado externo, em detrimento da agricultura planejada sob um programa de segurança alimentar nacional e da agricultura camponesa/familiar.

Ainda, de acordo com Martins (1985), os interesses dos militares e dos grandes empresários com o golpe de 1964 *"era o de impedir o crescimento das lutas sociais no campo e o fortalecimento político dos trabalhadores rurais, que pela*

⁴⁰ Entre os setores da igreja católica que apoiaram o golpe, o mais emblemático, pela postura à direita foi a TFP – Tradição Família e Propriedade.

primeira vez em sua história ingressavam maciçamente no cenário político" (Martins, 1985:21).

Os trabalhadores, por quererem construir um futuro mais digno para seus filhos; por sonharem para além da utopia da terra prometida e por assumirem a construção de seu 'paraíso terreno', foram brutalmente atacados, muitos de seus líderes mortos, e organizações foram perseguidas e extintas, pelo poder da violência, e da conivência do Estado, subserviente aos interesses da burguesia. Essa realidade desencadeou, em todo território nacional, diversas manifestações de luta e resistência camponesa.

O combate às manifestações populares de luta e resistência assume um caráter militar, proporcionando diferentes e combinadas formas de violência contra os trabalhadores:

A violência do peão que é o jagunço da força privada, muitas vezes com o amparo da força pública. A violência da polícia, escorada na justiça desmoralizada, que decretou ações contra os trabalhadores, utilizando recursos dos grileiros e grandes empresários, defendendo claramente e tão somente os interesses dos latifundiários. No ano derradeiro do governo militar, 1985, os jagunços dos latifundiários e a polícia assassinavam um trabalhador rural a cada dois dias (Fernandes, 1999).

Um fato de significativa importância no cenário da luta pela terra é o surgimento, em meados dos anos 60, das primeiras Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). As CEB's tiveram papel decisivo nesse período, por propiciarem espaços onde os trabalhadores encontraram condições para se organizar e lutar contra as injustiças e por seus direitos. À luz dos ensinamentos da Teologia da Libertação, as comunidades tornaram-se espaços de socialização política, de libertação e organização popular

(Fernandes, 1999). Em 1975, a Igreja Católica criou a Comissão Pastoral da Terra - CPT. Trabalhando juntamente com as paróquias nas periferias das cidades e nas comunidades rurais, a CPT foi a articuladora dos novos movimentos camponeses que se insurgiram durante o regime militar.

Nesse processo, o passado da luta pela terra no Brasil, no decorrer do tempo, dá corpo às ações que poderiam ser compreendidas como o embrião da rebeldia dos dominados contra os dominadores. Assumindo a continuidade das lutas dos antepassados, cento e dez famílias de camponeses do Rio Grande do Sul, no dia sete de setembro de 1979, ocupam a gleba Macali. Não por ironia do destino ou obra do acaso, essas terras eram remanescentes das lutas do MASTER da década de sessenta.

De acordo com Stédile, a partir dessa data,

aconteceram em vários Estados muitas lutas de agricultores sem-terra, que se reuniam, discutiam seus problemas e se organizavam para, de forma coletiva, conquistarem uma área de terra. Assim multiplicaram-se inúmeras ocupações de terra, em diferentes regiões.'
(Stedile,1993:28)

As palavras do menino Olair Nunes dos Santos traduzem a ânsia e os anseios do conjunto dos trabalhadores Sem-Terra para com a formação deste Movimento:

Fui planejado no Sul, no útero de muitos pensadores e necessitados.

Tive muito tempo no ventre sendo discutido e bem avaliado, discutiam meu nome, nasci com várias religiões e também diversas tendências políticas. Qual seria a minha cor?

Afinal, nasci em janeiro de 1984 em Cascavel, Paraná.

Tive 16 padrinhos e me deram o nome de MST.

Isto aconteceu de 21 a 24 de janeiro. No entanto, fui registrado somente em 1985 com 1500 testemunhas, me deram um lema: sem Reforma Agrária não há democracia.

Hoje, tenho vários nomes, sou brasileiro, sou conhecido no mundo inteiro, com minha cor vermelha empunhando a foice e o facão, estou nos latifúndios, nas ruas, nas praças e nas palhoças.

Fui judiado, pisado, baleado, chorei muitas vezes, enxuguei sangue e lágrimas, sorri, cantei, lutei, para me defender, já falei muito, eduquei, alimentei, produzi, cresci em cada canto do continente e gritei: MST: a luta é pra valer!

Quase morri, tenho filhos, pai e mãe, milhões me adotaram, criei resistência.

Aos poucos estava nos jornais, televisão, rádio, enfim, de boca em boca de milhões de mulheres, homens e crianças. Até a juventude com a sua força e garra.

Neste momento tão importante de minha existência convido a todos a festejar neste campo vasto de terra devolutas, latifúndios enormes, os verdes campos abertos, solos ricos, para festejar os meus 15 anos de luta e conquistas juntamos todos do campo e da cidade num abraço fraterno. Com um Brasil para todos, com a terra repartida.

Reforma Agrária já

Texto de Olair Nunes dos Santos - Escola Estadual de Ensino Fundamental Nova Sociedade. Assentamento Itapuí-Nova Santa Rita (RS), premiado com menção honrosa no Concurso Nacional Feliz Aniversário MST, realizado em 1998.

2.5 - Os frutos: o Movimento

A luta marca a vida e fica na memória. Aos que lutam, a memória persiste e jamais se esquece da história.

Parece ficar claro, pelo exposto no item anterior, que o MST não surgiu de forma estanque, mas gestado no transcorrer da história brasileira, no seio das diversas formas de luta pela terra. Ele nasceu, sim, no final da década de setenta do século vinte, mas suas raízes remontam às primeiras lutas pela terra e portanto integra a história vivida, falada e escrita dos trabalhadores brasileiros. Por isso podemos dizer que ele não é o início nem tampouco o fim dessas lutas. Os limites e objetivos do MST transcendem a sua própria construção histórica.

O marco de origem desse Movimento é a ocupação, já citada acima, em plena ditadura militar, da gleba Macali, situada no município de Ronda Alta/RS, por agricultores sem-terra (Stédile, 1993). Esses trabalhadores, no período de 1979 a 1985, unificaram suas principais lutas, marcando na história o "nascimento" do MST. No início, suas principais lutas se localizavam no Centro - Sul do país e representaram o processo de origem do Movimento. (Fernandes, 1999).

Em janeiro de 1984, no município de Cascavel/PR, é realizado o 1º Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Esse evento marcou oficialmente a fundação do MST. A partir daquele momento, os camponeses expropriados da terra, os Sem-Terra,

aportados em uma única estrutura orgânica, se lançam para a construção de um movimento nacional. E já no ano seguinte, os trabalhadores Sem-Terra do campo realizam seu 1º Congresso Nacional dos Sem-Terra, na cidade de Curitiba/PR. O lema de luta estabelecido nesse 1º Congresso foi 'A ocupação é a única solução' e, em torno dele, os Sem-Terra criavam e recriavam suas formas de luta e resistência. Ficava explícito na ação do MST que a principal forma de pressão pela redemocratização da terra era a ocupação de forma massiva. Naquele momento, os camponeses Sem-Terra definiram a ocupação da terra, como marca e forma de resistência da luta camponesa.

A ocupação da terra é assumida como condição de principal modalidade de luta, realizada pelos Sem-Terra para se fazer valer em sua estratégia de atuação. Sobre a importância dessa modalidade de luta na estratégia do Movimento, Fernandes discorre em seu trabalho chamando a atenção para o processo de territorialidade do MST:

Os espaços de luta e resistência são materializados na ocupação da terra. A ocupação é condição da territorialização. A terra conquistada é uma fração do território, onde os sem-terra se organizam para promoverem um novo grupo de famílias que irá realizar uma nova ocupação, conquistando outra fração do território. Assim, a luta se renova e se amplia, territorializando-se. Dessa forma, os sem-terra migram por todo o território nacional, plantando as raízes da luta e minando a concentrada estrutura fundiária (Fernandes, 1999:241).

Retomando o fio da história, assinala-se que, em 1985, o governo federal apresenta à sociedade o Plano Nacional de Reforma Agrária. Em quatro anos, menos de 10% do previsto no Plano foi realizado. Em parte, as desapropriações ocorreram porque os sem-terra intensificavam as ocupações de terra.

O período 1986-1988 foi marcado por grandes lutas no campo e também pelo recrudescimento da reação dos fazendeiros que, organizados na União Democrática Ruralista/UDR, começaram a política de combater com violência a organização dos trabalhadores. Os assassinatos de trabalhadores aumentaram. Muitas lideranças sindicais, religiosos e advogados pagaram com a vida seu engajamento na luta pela reforma agrária. Em 1988, a UDR conseguiu minar a criação de uma lei de reforma agrária no processo Constituinte e inviabilizou a solução para a questão agrária.

Em 1989, a reforma agrária saiu da pauta política do governo federal, com a eleição de Fernando Collor de Mello, árduo defensor dos latifundiários (Stédile, 1993). Houve um aumento da repressão pela determinação do Presidente da República de acabar com os movimentos organizados. Aumentou a violência, os despejos, a repressão. As ocupações eram arrasadas, as famílias conduzidas para seus municípios de origem. Houve perseguição, instauração de processos e prisões preventivas contra as lideranças e dirigentes do MST. Com essa onda de violência surgiu a necessidade de se defender. Multiplicaram-se as formas de luta como caminhadas, jejuns, vigílias, greves de fome, etc. Tudo isto resumiu-se na palavra de ordem "*Ocupar, Resistir e Produzir*". Embora os avanços não tenham sido significativos em número de desapropriações, o MST foi vitorioso também frente ao governo Collor. O MST se estruturou mais e realizou o segundo congresso nacional, em 1990 em Brasília, reunindo quatro mil delegados (MST, 1995).

Entre 1994 e 1995, estabelece-se uma nova conjuntura política no país com a derrubada de Collor e a instalação do

governo de transição presidido por Itamar Franco e depois com a eleição de um governo neo-liberal. Em julho de 1995, o MST realiza o 3º Congresso Nacional em Brasília, com a participação de cinco mil delegados. Analisando as ações do governo e da burguesia agrária, que se articulava para isolar o MST e a luta pela reforma agrária, o MST decidiu levar essa luta para as cidades e promover a integração do Movimento com outras categorias urbanas que compreendiam a importância da reforma agrária como uma cunha estratégica nas relações de poder existentes no campo e nas cidades. Esse amadurecimento produziu uma nova palavra de ordem, base de orientação do terceiro Congresso Nacional realizado em 1995: **"Reforma agrária, uma luta de todos"**. Com isso quis demonstrar que a reforma agrária pertence à sociedade brasileira, não simplesmente à categoria dos "sem-terra". E que a luta pela reforma agrária não é uma luta corporativa, seus resultados são partilhados pelo conjunto da sociedade.

Cabe aqui ressaltar que já antes mesmo do período acima mencionado, entre 1990 e 1993, o MST, frente a uma conjuntura adversa à implementação da reforma agrária, priorizou as lutas e também a sua organicidade interna. Foi nesse período que o MST aprofundou a organização dos setores nos assentamentos e articulou o Setor Cooperativista dos Assentados, sinalizando sua prioridade pela cooperação agrícola nos assentamentos. (MST, 1999).

Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso que concedeu prioridade absoluta aos projetos neoliberais, a reforma agrária torna-se, segundo Fernandes (1999), '*uma política compensatória*', não tendo sido assumida como uma dívida social histórica para com

os trabalhadores brasileiros. Já no início desse governo, o MST estava territorializado por todas as regiões e se consolidava como uma das principais forças políticas do País (Fernandes, 1999). O governo FHC, ampliando a política neoliberal que vinha sendo implantada desde o governo Collor, aprofundou a crise da agricultura, transformando muitos camponeses em sem-terra, entre outras conseqüências econômicas que atingiram a classe trabalhadora.

Da mesma forma, o desenvolvimento tecnológico da agricultura patronal contribuiu para o desemprego de milhões de trabalhadores assalariados (Stédile, 1993). Esses problemas levaram a um recrudescimento da população sem-terra e, por conseguinte, multiplicaram-se as tensões e os conflitos fundiários.

Para se ter uma idéia do aumento desses conflitos, observemos alguns dados: segundo a Comissão Pastoral da Terra, no período da ditadura militar (1964 -1984), foram assassinados 42 trabalhadores por ano. De 1985 a 1989, esse número triplicou e chegou a 117 assassinatos por ano. De 1990 a 1993, morreram 52 pessoas na luta pela terra. No primeiro período do governo FHC (1994 - 1997), o número foi de 43 pessoas assassinadas por ano. Número maior que o do período da ditadura.

Abordando o violento problema dos conflitos da luta pela terra, nesse período, Fernandes (1999) relata a trágica face de uma história anunciada:

Em 1995, em Rondônia, na porção ocidental da Amazônia, aconteceu o primeiro grande conflito, no governo FHC, que resultou na chacina de 9 sem-terra e dezenas de feridos e desaparecidos. Naquele ano, 500 famílias

havam ocupado uma fazenda no município de Corumbiara. Por ordem da Justiça, 300 policiais realizaram o despejo das famílias de forma violenta. Aquela ação era um indicador que nada mudara na luta pela terra e a resistência camponesa.

De fato, um ano depois, no dia 17 de abril, agora na porção oriental da Amazônia, outro massacre aconteceu. No município de Eldorado dos Carajás, no Pará, centenas de famílias sem-terra caminhavam por uma rodovia em direção à cidade de Belém, quando foram surpreendidas pela ação policial. Resistiram e foram massacradas. A ação violenta da Polícia Militar causou 19 mortes e dezenas de feridos. A caminhada tinha como objetivo pressionar o governo para que as famílias fossem assentadas. O MST denominou o dia 17 de abril como o Dia Internacional da Luta Camponesa.

A impunidade dos assassinos e de seus mandantes também continua sendo uma realidade, em que o Poder Judiciário é inoperante. Uma liminar de reintegração de posse com ordem de despejo é expedida em horas. Um julgamento de assassinos de trabalhadores demora anos e na maioria absoluta das vezes, os criminosos não são condenados (Fernandes, 1999:s/p).

Como reação ao descaso e à violência instituída contra camponeses, em 1997, o MST organizou uma Marcha Nacional por Terra, Emprego e Justiça. Duas mil pessoas iniciaram a caminhada no dia 17 de fevereiro. Partiram de três diferentes pontos do País em direção ao Distrito Federal. A caminhada durou dois meses e, na chegada em Brasília, a 17 de abril, mais de 30 mil pessoas ganharam a admiração do Brasil e do mundo. A marcha tinha como objetivo, além de chamar a atenção para a urgência da reforma agrária e pedir a punição dos responsáveis pelos massacres de trabalhadores rurais, celebrar pela primeira vez o Dia Internacional de Luta Camponesa (Morissawa, 2001:159).

No ano de 1999, os sem-terra fizeram valer o lema do terceiro congresso e, em conjunto com a CUT (Central Única dos Trabalhadores), a CMP (Central de Movimentos Populares), o MMTR

(Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais), o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) e a CNBB (Comissão Nacional dos Bispos do Brasil), organizaram a Marcha Popular pelo Brasil. Iniciaram a caminhada no Rio de Janeiro, com destino a Brasília, em defesa do Brasil, por terra, trabalho e democracia. Aquele ano foi considerado 'árduo' para toda a agricultura camponesa. Morissawa (2001) apresenta dados ilustrativos segundo os quais, nos últimos dez anos, desapareceram cerca de 942 mil propriedades com menos de 100 *ha*. O abastecimento do mercado interno passou a ser controlado pelas multinacionais e saltamos de um bilhão para oito bilhões de dólares gastos na importação de produtos agrícolas (Morissawa, 2001:162).

Em 2000, em Brasília, entre os dias sete e onze de agosto, o MST realizou seu Quarto Congresso Nacional. Participaram do encontro 11 mil militantes de 23 Estados da Nação, 107 estrangeiros de 25 países e representantes de 45 organizações e comitês de amigos. Nesse Quarto Congresso, o MST reafirma sua linha política, seus princípios, seus objetivos, seus desafios e compromissos para com a terra⁴¹. E reproduz o sentido do momento atual da luta pela terra e pela reforma agrária, no lema desse congresso: *Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio*. Além da discussão política da organização MST, durante o evento na noite do dia dez, cerca de dez mil participantes fizeram uma vigília na sede do Congresso Nacional, exigindo a abertura de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar a corrupção no país.

A história do MST completa vinte anos, são vinte anos de organização, que o conduzem a vinte anos de resistência à

⁴¹ Observar anexos 1 – 2 - 3.

barbárie social. Esta resistência proporcionou-lhe o êxito de há vinte anos possibilitar a reprodução do *espaço MST*, em vinte e três Estados da federação, envolvendo mais de 1,5 milhão de pessoas, com mais de trezentas e cinqüenta mil famílias assentadas e mais de cem mil que ainda estão a se preparar no espaço transitório dos acampamentos, para conquista da terra.

Com tão grande expressão entre os trabalhadores do campo, o MST está a edificar uma estrutura organizacional que possibilite envolver de forma direta o conjunto de seus integrantes na vida da Organização. Para que esta participação se efetive, o Movimento amplia a perspectiva de desenvolvimento do individuo em benefício do conjunto da comunidade assentada ou acampada.

Identificamos, em nossa leitura a respeito dessa Organização, que o limite a ser superado está na necessidade de desconstruir os horizontes do capital, historicamente construídos na vida dos homens. No mundo presente do acampamento, em vista dos homens não possuírem nada mais do que seus corpos⁴², o horizonte coletivo imediato é a luta pela terra, na materialidade da luta comum pela conquista da terra. Dessa maneira, ainda que para muitos isto ocorra de forma inconsciente, ou como parte da formação de sua consciência social, o que buscam é a construção de uma sociedade mais justa e igualitária⁴³. A expressão maior desta construção está na circunstância do questionamento da concentração da riqueza e da terra, como possibilidade de reprodução de sua força social.

⁴² Excluídos pela movimentação da composição orgânica do capital atrelado a um modelo de desenvolvimento econômico no campo que privilegia o latifúndio, esses homens e mulheres apresentam-se despossuídos até mesmo da possibilidade de venderem sua força de trabalho.

⁴³ Visto muitos desses homens e mulheres já terem sido vítimas da barbárie social ou a terem negado.

Já no assentamento, ao horizonte comum, transportado do acampamento para o assentamento, soma-se a ânsia do homem já possuidor da propriedade privada. Em outras palavras, o Sem-Terra no acampamento, na lógica do capital é o bagaço, sem mais nada a poder ser dele explorado. Porém, o Sem-Terra no assentamento retorna ao sistema, ainda que na forma de proletário, recuperando assim todos os limites que o impedem de se emancipar de sua forma primitiva. Ou seja, o Velho se impõe sobre o Novo, por encontrar ainda algo do que dele se alimentar.

Esse fato faz com que o Movimento assuma a necessidade de ampliar os horizontes da luta pela terra. Ao longo desses 20 anos de história, o MST percebeu que só a distribuição da terra às famílias não bastava⁴⁴ e, avançando mais, compreendeu que a verdadeira reforma agrária não será possível dentro do capitalismo. Com base nessa compreensão, o Movimento busca, através da luta, a construção de novos parâmetros de organização social, formando mulheres e homens sujeitos ativos de sua história, o que torna a proposta do MST uma estratégia de longo prazo.

"..... quando chegar na terra / não está completa a tua liberdade / este é o primeiro passo / que damos na busca de outra sociedade / só a terra não liberta / este é o alerta na necessidade" (MST, 1996, As músicas do MST, in ANCA - Nosso Jeito de Cantar- Quando Chegar Na Terra).

⁴⁴ O MST compreende que não basta apenas conquistar a terra. O crédito, a moradia, a assistência técnica, as escolas, o atendimento à saúde e outras necessidades estruturais das famílias Sem Terra também devem ser supridas. E é por isso que as famílias, mesmo assentadas, continuam em *Movimento*.

Feita essa análise espaço/temporal sobre os determinantes histórico-sociais, econômicos e político-ideológicos em torno dos quais se fez a história e se estruturaram as diversas formas de luta e resistência pela terra no Brasil, partiremos agora para uma análise qualitativa do espaço reconquistado e reterritorializado pelo MST. Para tal fim propomos uma análise da dinâmica interna desta Organização, inclusa num contexto mais amplo, procurando entender até que ponto as alternativas e possibilidades, cunhadas neste território reconquistado, possam ser referenciais para o surgimento de um *espaço Novo*, possibilitador, ainda que de forma embrionária, de relações sociais, que possam promover a produção de novos homens e mulheres.

2.6 - O movimento do Movimento

O Povo

*Passeava o povo suas bandeiras rubras
E entre elas na praça que tocaram
Estive, na jornada fragorosa
E nas altas canções de luta.
Vi como passo a passo conquistavam.
Somente a resistência dele era um caminho,
E isolados eram como troços partidos
Duma estrela, sem bocas e sem brilho.
Juntos na unidade feita em silêncio,
Eram o fogo o canto indestrutível,
O lento passo do homem na terra
Feito profundidades e batalhas.
Eram a dignidade que combatia
O que foi pisoteado, e despertava
Como num sistema, a ordem das vidas
Que tocavam as portas e se sentavam
Na sala central com suas bandeiras.*

P. Neruda

Trabalhamos até o momento elementos que transpassam o tecido que caracteriza a luta pela terra no Brasil. Nos fios desta malha, buscamos qualificar o surgimento do latifúndio e do sem-terra como expressões opostas de um mesmo processo social.

Como o tecido, que por ser tecido é ao mesmo tempo fio, esse processo social promove e é promovido pela produção de diferentes espaços e homens em uma mesma sociedade.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é um fio desse tecido. Surge como expressão da sociedade, mas não é condição desta sociedade⁴⁵. O desenvolvimento do modo de produção

⁴⁵ Como observamos anteriormente, o MST se define como um Movimento social de massa, assumindo um caráter popular e político (MST, 1997). Essa forma de organização social, identificada como Movimento Social, se move e se forma de acordo com o desenvolvimento do conjunto social no qual esta inserida. Para entender o

burguês não conduz à organização dos trabalhadores. Ao contrário, o modo de produção capitalista conduz o homem à bestialidade humana na forma de trabalhador burguês, de trabalhador desumanizado pelas condições dadas pela dinâmica de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Já explicitamos essa relação de desumanização do trabalhador ao analisarmos o modo de produção capitalista, mas a reforçamos aqui com as palavras de Marx:

o trabalhador afunda até um nível de mercadoria, e uma mercadoria das mais deploráveis; que a miséria do trabalhador aumenta com o poder e o volume de sua produção; que o resultado forçoso da competição é o acúmulo de capital em poucas mãos.
(....)

quanto mais o trabalhador produz, tanto menos tem para consumir; quanto mais valor ele cria, tanto menos valioso se torna; quanto mais aperfeiçoado o seu produto, tanto mais grosseiro e informe o trabalhador; quanto mais civilizado o produto, tão mais bárbaro o trabalhador; quanto mais poderoso o trabalho, tão mais frágil o trabalhador; quanto mais inteligência revela o trabalho, tanto mais o trabalhador decai em inteligência e se torna um escravo da natureza.
(Marx,1983:92)

Parece assim ficar evidente que a desumanização a que nos estamos nos referindo neste trabalho é consequência da relação da produção do trabalhador na promoção do modo de produção burguês, absorvidos pelas leis da Economia Política.

Atentando para a orientação do espaço do MST, entendemos que a condução do processo de formação do trabalhador organizado se dá pelo viés da negação dessa lógica de desenvolvimento, pela

desenvolvimento do MST, suas formas de luta, seus princípios bem como o movimento de sua organicidade, há a necessidade de compreender o desenvolvimento da sociedade capitalista.

formação da consciência social dos trabalhadores ao gerirem a formação do ser social desalienado da lógica do capital, num determinado espaço temporal/geográfico no qual a ordenação desse espaço instrutivo se dá pela possibilidade da vivência de relações sociais desalienadas da lógica burguesa. São homens, mulheres e crianças que buscam construir um espaço próprio, um espaço que não é meramente uma saída inclusa ao sistema, mas sim um espaço que se torne catalisador da primavera que adormece no útero da sociedade burguesa.

A formação do MST afronta o capital por espelhar hoje a potencialidade da sociedade, através da organização do Movimento, da busca incessante da formação do ser social desalienado de sua forma primitiva. É a dialética da sociedade burguesa no limiar da possibilidade de surgimento dentro de si dos princípios de sua negação. É a possibilidade da formação de um espaço propício à elevação de relações sociais superiores àquelas engendradas pelo capital.

Assim caminharam os Sem-Terra de outrora que, ao longo dos anos e nos vários períodos da história, realizaram batalhas individuais pela posse da terra, pressionados à margem do processo produtivo e contidos na exclusão. Amadureceram em seu espaço e se elevaram a condição de seres sociais ao atrelarem a luta pela terra à luta social, com uma classe e com um projeto de futuro. Assim, unidos por um objetivo estratégico e de classe, formaram uma unidade e assumiram uma identidade comum, a de *Sem Terra* - de MST (Caldart, 1999).

No entanto, a imagem que a grande maioria da sociedade faz deste Movimento, é a de camponeses com suas bandeiras rubras

derrubando as cercas de um latifúndio e se amontoando em barracos de lona preta. Ou, ainda, de agricultores que se manifestam em marchas e passeatas, em jornadas de lutas, ocupando as ruas e prédios públicos, reivindicando políticas públicas. Essa imagem aparente e turva, vazia de conteúdo é assim propositadamente difundida pela grande mídia⁴⁶. Uma visão nada analítica de uma organização de trabalhadores que há mais de vinte anos propõe reinventar a vida entre aqueles que apenas podiam viver sua humanidade limitada à condição de excluídos, colocados à margem do processo produtivo. Pois nem mais os direitos animais esta sociedade garante aos trabalhadores excluídos: o direito ao abrigo, ao alimento e a não sofrerem maus tratos.

Esses homens, mulheres e crianças, desumanizados pelo capital, poderiam ser comparados, como aqui já o fizemos, ao 'bagaço' da cana-de-açúcar após dela terem extraído toda sua essência e sua doçura: um rejeito, um 'bagaço' que é quase pura fibra. Sendo a própria formação burguesa centralizadora da riqueza produzida pela humanidade nas mãos de poucos, centraliza também o vazio da riqueza produzida, quanto maior esse vazio maior será a produção da miséria humana. Quanto mais se extrai o açúcar da cana maior será a quantidade de 'bagaço'. Esse 'bagaço', unido pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista, é matéria formadora do ser social despossuído da riqueza. O que na lógica do capital não está escrito é a possibilidade desse 'bagaço', entrincheirado nas fileiras do Movimento Social organizado, servir de alimento para a caldeira do processo de contestação e superação da ordem burguesa. É nessa forma de organização, imbricada na diretriz de superação do atual

⁴⁶ Que se diga, de passagem, gozam de privilégios adquiridos historicamente por comungar, simbioticamente, das mesmas estruturas de poder que mantiveram a lógica da concentração de capitais. Analogamente poderíamos dizer que, infelizmente, enfrentamos verdadeiros *latifúndios* da comunicação.

estado de coisas condicionadas pelo desenvolvimento do capital, que assumimos como positividade - a forma de organização desses trabalhadores -, no horizonte presente do desenvolvimento atual das forças produtivas de nosso tempo. Como seres sociais buscando a sua ressocialização colocam-se desafios na tentativa de construção desse *Novo Espaço*.

O professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2003), ao analisar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, apreende e nos apresenta a rebeldia, na negação destes em viver à margem da vida.

Para esse autor,

Estamos diante da rebeldia dos camponeses no campo e na cidade. Na cidade e no campo eles estão construindo um verdadeiro levante civil para buscar os direitos que lhes são insistentemente negados. São pacientes, não têm pressa, nunca tiveram nada, portanto apreenderam que só a luta garantirá no futuro, a utopia curtida no passado. Por isso avançam, ocupam, acampam, plantam, recuam, rearticulam-se, vão para as beiras das estradas, acampam novamente, reaglutinam forças, avançam novamente, ocupam mais uma vez, recuam outra vez se necessário for, não param, estão em movimento, são movimentos sociais em luta por direitos. Têm a certeza de que o futuro lhes pertence e que será conquistado (Oliveira, 2003:mimeo).

Caldart (1999), ao estudar o Movimento, parece levar sua análise na mesma direção, ao retratá-lo como uma espécie de símbolo contraditório do produto humano da sociedade. Para essa autora, o MST expressa ao mesmo tempo o processo de exclusão social que sustenta essa sociedade em seu formato capitalista atual, e a contestação radical a esse processo, pela reação a essa mesma sociedade que, ao tentar excluir de si mesma esses trabalhadores, acaba formando-os como sujeitos de sua

transformação. Na fase atual do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, o Movimento figura como a expressão da organização dos pobres do campo, expropriados da terra pela histórica estrutura fundiária brasileira que nasce e se desenvolve privilegiando a divisão da terra em grandes extensões, desenvolvendo um espaço rural dominado pelo latifúndio, como aqui viemos frisando.

Comungando da mesma compreensão teórica expressa acima por Caldart, retomamos o propósito deste trabalho: o estudo do espaço territorializado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, na dimensão do espaço como local de reprodução da vida dos homens, procurando evidenciar em que estágio esse espaço, ao ser ordenado pela diretriz política e social definida pela organização desses trabalhadores, nega a sociedade do capital e cria a possibilidade de surgimento de um espaço Novo. Busca-se ainda investigar se este espaço Novo indica, ainda que de forma embrionária, a superação da sociedade burguesa.

Cabe-nos, neste momento, buscar compreender enquanto totalidade, o espaço ocupado pelo Movimento no movimento da sociedade burguesa, buscando identificar e apreender como a coletividade dos trabalhadores do MST se articula e organiza seu espaço de reprodução social, e sob quais formas o Movimento organiza a vida dos homens nesse espaço.

3 - A ORGANICIDADE DO MST COMO FORMADORA DE UM ESPAÇO

NOVO

Suponhamos que o *homem* seja *homem* e que sua relação com o mundo seja humana. Então, o amor só poderá ser trocado por amor, confiança, por confiança, etc. Se se desejar apreciar a arte, será preciso ser uma pessoa artisticamente educada; se se quiser influenciar outras pessoas, será mister se ser uma pessoa que realmente exerça efeito estimulante e encorajador sobre as outras. Todas as nossas relações com o homem e com a natureza terão de ser uma *expressão específica*, correspondente ao objeto de nossa escolha, de nossa vida *individual real*. Se você amar sem atrair amor em troca, i. é, se você não for capaz, pela manifestação de você mesmo como uma pessoa amável, fazer-se *amado*, então seu amor será impotente e um infortúnio

Karl Marx

Como já mencionamos, o MST é por nós aprendido como um espaço em movimento que, inserido na dinâmica do modo de produção capitalista, aglutina os trabalhadores sem-terra, regurgitados pela 'moenda' do desenvolvimento desse modo de produção. Esses trabalhadores, organizados no MST, por decidirem participar de uma luta que envolve sua sobrevivência individual e social acabam formando uma coletividade na qual o sem-terra passa a se constituir em ser social Sem-Terra. Tornam-se, assim, *sujeitos capazes de esperanças e propostas*.

Recriadas no MST, para muitos ainda que de forma inconsciente, essas esperanças reeditam em nosso tempo um movimento histórico, no qual podemos identificar certa singularidade. Sabemos que o MST não é o único a questionar a concentração da riqueza e a propriedade privada. Porém, o MST se diferencia de outros movimentos sociais populares por assumir um legado sociocultural (Caldart, 1999) historicamente construído,

em seu caráter de reação ao processo de expropriação da terra e dos meios de produção, sofrido pelos trabalhadores no Brasil⁴⁷.

Essa mesma autora, no estudo da trajetória dos Sem-Terra, identifica algo comum a esses trabalhadores o que pode ser incomum se comparado a outras categorias sociais: uma unidade que inicialmente se expressa como esperança e possibilidade (para muitos a utopia) de uma vida melhor. Para os trabalhadores que nutrem a esperança de uma vida melhor, uma vida que ultrapasse os limites da reprodução da vida animal, aqui já comentada, o MST torna-se *um projeto* que, pela organicidade proposta pelo Movimento, se assume incondicionalmente como um processo político-pedagógico para a classe trabalhadora.

A nós, na observação desse espaço, fica evidente uma preocupação constante, por parte do Movimento, com a formação integral dos trabalhadores Sem-Terra.

Não estamos somente preocupados com a conquista de um pedaço de terra, mas com a formação integral da nossa base social. Queremos ser libertos e construir comunidades bonitas, com outras relações sociais, baseadas na amizade, na solidariedade. Enfim, comunidades desenvolvidas, no sentido pleno da palavra (Stédile e Fernandes, 1999: 107).

Na defesa de sua proposta, observamos que o Movimento, no transcorrer de sua trajetória, propõe diversas formas de luta. Suas ações são fruto de um longo processo de estudo da realidade local, da conjuntura, das relações de poder que se apresentam e do acúmulo de forças presentes no campo da luta de classes. Porém

⁴⁷ Aqui encontramos um dos motivos pelo qual o Movimento é percebido como exemplo para além de sua base (algo como educativo na rebeldia dos trabalhadores), por ser portador de esperança para outras categorias sociais que, nos moldes de uma substancial parcela de trabalhadores do campo, foram historicamente reduzidos a *'bagaço'* nesta sociedade.

são os princípios, objetivos e valores de uma organização que definem o comportamento político. De igual forma é o comportamento político da Organização que materializa seus valores, princípios e objetivos. Quando postos em prática no espaço territorializado pela luta desses trabalhadores, materializa-se o *espaço MST*.

Porém, nesse processo é por meio da forma de luta definida como ocupação da terra que o MST manifesta sua forma mais significativa e expressiva de questionar a concentração da riqueza materializada no latifúndio. A forma de luta que se apresenta como ocupação reforça a afirmação segundo a qual hoje este Movimento se posiciona como parte integrante do desenvolvimento da história dos trabalhadores, visto ser a ocupação da terra a forma de manifestação histórica que os trabalhadores usaram para delatar a retirada de seus direitos e reconquistar seus territórios. Nas estratégias de desenvolvimento do MST, essas ações são implementada com o objetivo da retomada do território, mas também como estratégia de criação de um espaço onde possam ser cultivadas e desenvolvidas as sementes de uma nova ordem social.

As palavras de João Pedro Stédile traduzem os objetivos do MST:

[...]o que avançamos então como movimento, na concepção de nossa luta pela reforma agrária, é que partimos da nossa realidade e vimos que há dois problemas estruturais no meio rural brasileiro: a pobreza e a desigualdade social. Portanto, os objetivos estratégicos do MST lutam pela eliminação da pobreza e das desigualdades sociais. E para alcançá-los achamos que no meio rural é necessário começar pela distribuição da propriedade da terra. A democratização da terra cria condições para que as

pessoas saiam da pobreza e se eliminem as desigualdades sociais. No entanto, por outro lado, o estágio do capitalismo no meio rural brasileiro é avançado, não somos uma economia atrasada. Isso significa que há uma enorme situação de concentração oligopolista de algumas empresas sobre o mercado agrícola, sobre as agroindústrias etc. Então, para alcançar os nossos objetivos, é preciso democratizar também o capital (Stédile e Fernandes, 1999:161).

Como vemos, o trabalho para a consecução dos objetivos definidos por Stédille é difícil, árduo e complexo e vem a exigir uma longa caminhada. O romper das cercas de um latifúndio é apenas o início dessa caminhada. Na continuidade de um processo, que é assumido pelo MST, o Movimento expressa o imperativo de sua estratégia de desenvolvimento na elaboração de seus objetivos:

- 1- Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital.*
- 2- A terra é um bem de todos. E deve estar a serviço de toda a sociedade.*
- 3- Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas.*
- 4- Buscar permanentemente a justiça social e igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais.*
- 5- Difundir os valores humanista e socialistas nas relações sociais.*
- 6- Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher.*

A ação que antecede o horizonte desejado tem por objetivo a retomada do espaço em todas as dimensões da vida do trabalhador. A ocupação e a realização do acampamento é a

modalidade de luta, a tática adotada pelo Movimento para o início do processo de construção de sua proposta de desenvolvimento. É neste espaço que os trabalhadores reconstroem seu cotidiano e recomeçam a viver. É a possibilidade de viver o Movimento. A possibilidade do trabalhador aprender que a vida não se limita à reprodução de sua existência animal. É o espaço de questionar o passado para reaprender o futuro. De questionar sua posição na sociedade, de apreender o direito de ter direitos, de decidir seu futuro, de participar na coletividade respeitando e sendo respeitado. Para a organização desses trabalhadores, é o momento de decidir não apenas se construirão ou não a escola ou o posto de saúde, mas decidir se terão ou não a escola, que escolas querem para si, sobre qual conceito de saúde construirão sua saúde. É o momento de implementarem suas experiências, seus anseios e sonhos. O acampamento é o espaço de exercitarem a construção de seus valores, de seus princípios, de sua utopia.

Porém, este espaço não se organiza por si só. A experiência histórica acumulada pelos trabalhadores é que determina o ponto de partida desta caminhada. Daí a importância desse espaço na determinação e na elevação da consciência social dos trabalhadores, a partir das experiências vivenciadas nele.

O depoimento de Gilmar Mauro reforça nosso entendimento a respeito da metodologia adotado pelo MST, para promover a participação política de sua base social e alcançar os objetivos que acima apresentamos:

Isto começa (a participação política) desde o período do acampamento quando a gente organiza as famílias em torno do objetivo (de conquistar) a terra, leva para o acampamento e, dentro do acampamento, cada família participa de um grupo de famílias e neste grupo são

discutidas tarefas concretas que as pessoas assumem. Por exemplo: tarefa de negociação, tarefa de higiene, saúde, educação, segurança, etc. Na medida que as pessoas começam a participar destas tarefas concretas elas começam a se sentir úteis. Elas se sentem gente. E é o início do resgate da auto-estima, como parte do processo de participação política. Se o sujeito não tem auto-estima, não se sente gente, alguém útil, dificilmente ele vai ter uma participação política maior. Eu acho que isso é coisa mais bonita que a gente desenvolve no MST que é pouco falado e pouco reconhecido. Quando as pessoas têm que decidir o futuro do assentamento e estas decisões, o simples gesto de levantar a mão em uma assembléia e decidir o que tem que fazer. É o resgate dessa auto-estima e da capacidade do sujeito ser sujeito da sua própria história. Eu acho que aí é que começa efetivamente a participação política dentro do MST.(...)

Isso a gente vai acertando no decorrer do caminho, mas, deles próprios ajudarem a decidir o rumo de sua vida, a construção do assentamento, a sua militância no MST e assim por diante. (...)

Quando eu entrei para o MST em 1985, fui para uma ocupação de terra, para um grupo de famílias, e eu acabei sendo coordenador desse grupo de famílias. Eu não vim para a Direção Nacional de outra forma que essa, participando diretamente da ação concreta da luta pela terra, eu tinha a vontade de ser assentado de ter a minha terra que a minha família tivesse a terra. Mas esse processo me fez integrar ao Movimento Sem-Terra, me fez sentir gente, sujeito, importante na luta, daí se deu o meu crescimento e de muitos militantes e da maioria dos militantes do MST (...)

Quando eu disse, por exemplo: o grupo de família é um espaço importante de participação (é porque) ele permite que mais gente discuta sobre vários assuntos. Nos acampamentos nós utilizamos os grupos de famílias, bem como nos assentamentos e todos os temas relacionados ao assentamento vão para estes espaços para que todas as pessoas possam receber as informações e a partir disso emitir a sua opinião. Então, eu acho que a organização de base é o principal espaço e instrumento de uma participação política efetiva. Se nós não construirmos estes espaços a participação fica muito limitada (Depoimento de Gilmar Mauro, membro da Direção Estadual do MST em São Paulo).

A ocupação da terra, como modalidade de luta, na luta de classe entre Sem-Terras e latifundiários é o primeiro passo, a manifestação inicial de um processo de contestação de um modelo econômico, que, como já falamos, historicamente privilegiou a concentração e a centralização da riqueza nas mãos de poucos e a pobreza na vida de muitos.

3.1 - Participação política do Indivíduo no Movimento e do Movimento no Indivíduo

Antes de discutirmos o envolvimento e a participação política da base social do Movimento na vida da Organização, iremos expor como este movimento se estrutura a partir de suas instâncias de participação política. Salientamos que nossa observação se limitará em trabalharmos o horizonte comum ao conjunto da proposta do Movimento. Não particularizaremos a representação política institucional desta organização nos estados ou em âmbito nacional, visto ser este um campo que poderá, a quem desejar fazê-lo, comprometer com interpelações legais, no campo das disputas jurídicas relacionadas às ações realizadas pelo MST.

Proposta de Organicidade do MST

A estrutura orgânica proposta no MST é fruto de um longo processo de aprendizado, desenvolvido no processo de luta pela terra no Brasil. Atualmente o Movimento, com o objetivo de superar seus limites, principalmente de envolvimento orgânico de sua base na vida da Organização, formula uma nova proposta de organicidade, estando esta ainda em implementação, conforme observamos na leitura recente que fizemos acerca deste Movimento, teórica e empiricamente.

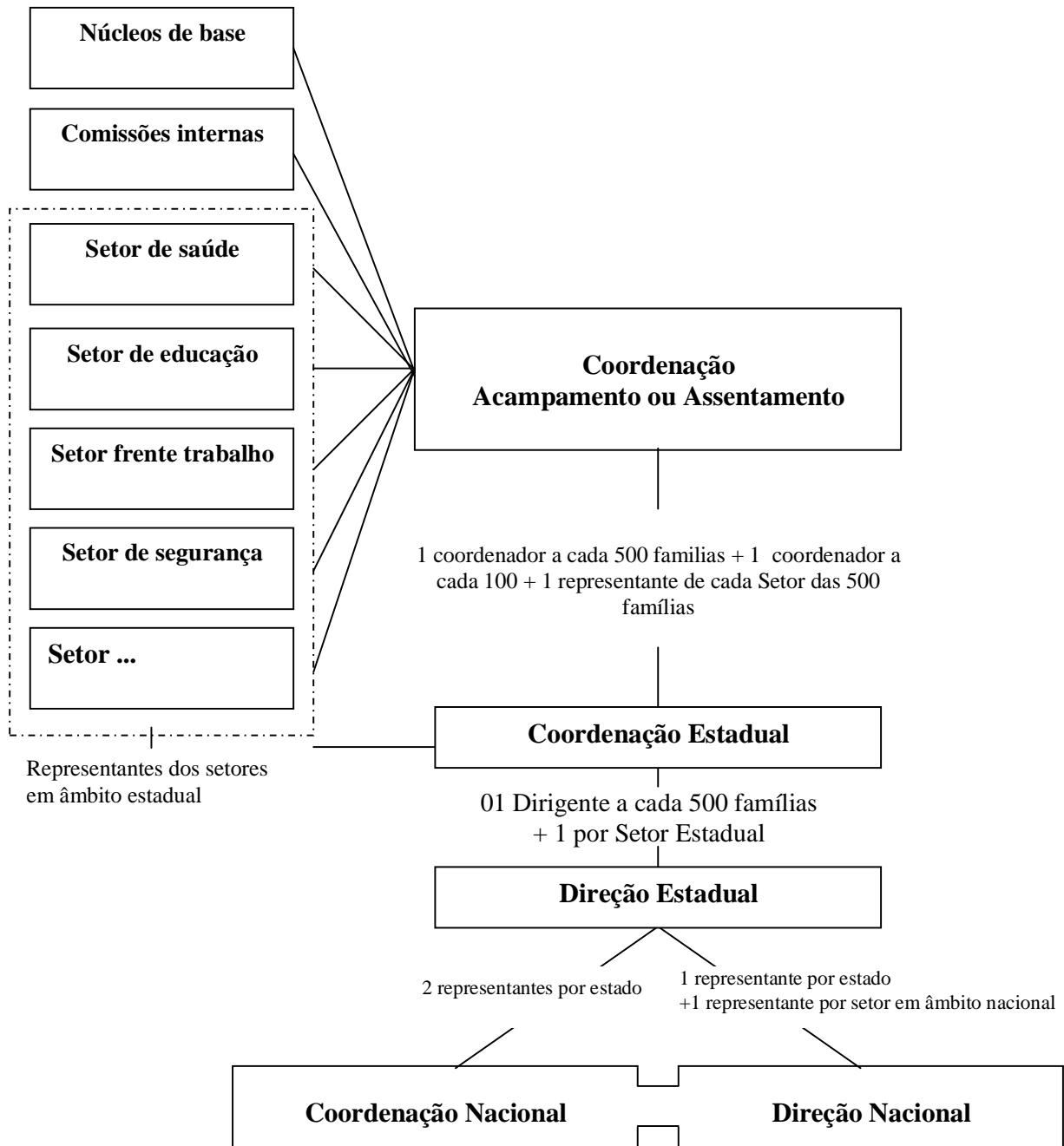
A estrutura que está sendo implementada tem como referencial de representação política da base social do Movimento as Brigadas⁴⁸ de quinhentas famílias. Esta forma de organização

⁴⁸ Observamos que a definição de Brigada assumida na proposta do MST, refere-se à formação de um coletivo

transcende os limites estruturais dos municípios e das regionais inclusas nos limites geográficos dos estados, forma na qual se apoiava a antiga estrutura orgânica. O coletivo de quinhentas famílias expressa a unidade de representação política da base do MST, nas instâncias deliberativas do Movimento.

Vejamos no quadro que segue a nova proposta de organicidade do Movimento:

de famílias assentadas e/ou acampadas unidas por um núcleo de coordenação central. A brigada poderá promover uma subdivisão interna de acordo com as demandas levantadas pelo coletivo de sua base, sem que isso interfira na unidade centralizada no núcleo de coordenação.



A organicidade do Movimento é iniciada em cada assentamento e/ou acampamento a partir de suas demandas internas. Estas são levantadas e debatidas pelos núcleos de base, que por sua vez são formados por grupos de famílias. Cada núcleo congrega entre dez e vinte famílias. A partir deste ponto, o assentamento ou acampamento não opera mais isoladamente. A cada coletivo de 500 famílias assentadas e/ou acampadas, constitui-se uma Brigada. A coordenação da brigada será formada por um coletivo de direção escolhido pelas famílias que a integram. Assim, para cada brigada, o Movimento propõe um coordenador geral e mais um coordenador representante de cada setor do Movimento. O coordenador geral da brigada assumirá automaticamente a condição de membro da Direção Estadual do MST. O coletivo de direção dos setores estaduais é formado pelo conjunto dos coordenadores do respectivo setor em cada brigada de quinhentas famílias. Os setores do MST não são instâncias deliberativas, estes têm a função de elaborar propostas e materiais para subsidiar os debates nos assentamentos e acampamentos.

Internamente, em todas as brigadas, a Direção da brigada⁴⁹ buscará formar essa mesma estrutura organizativa, a cada grupo de cem famílias. O conjunto dos coordenadores das brigadas de quinhentas famílias mais os coordenadores a cada cem famílias irão compor a Coordenação Estadual. De igual forma organizativa são compostos os Coletivos Estaduais de coordenação dos setores da organização.

Para o Movimento, essa nova proposta de organicidade, fará com que sua base social tenha maior participação na vida da organização.

⁴⁹ A coordenação da brigada será, assim, formada pelo coordenador geral mais um coordenador a cada setor.

Percebemos nessa nova proposta de organicidade que o MST busca garantir a representatividade de sua base social nas tomadas de decisão das ações e estratégias políticas do Movimento. Desta forma, ao mesmo tempo em que busca ouvir as vozes que brotam dos acampamentos e assentamentos, o Movimento promove a formação político-ideológica de sua base, por trazer o estudo da conjuntura macro (política e econômica) estudada e debatida pelos setores e pelos coletivos de direção e coordenação, para o espaço do assentamento e acampamento.

Evidenciamos nesta nova forma orgânica do MST a tônica da preocupação, como Organização Social, de estar mais próximo a sua base.

Constituição e Funcionamento dos Núcleos de Base do MST

Observamos que, para o Movimento, os núcleos "*funcionam como a raiz da organização. Onde não há raízes a árvore não se desenvolve, não floresce e não produz frutos*" (Bogo, 1998^a).

Por essa compreensão, encontramos uma forte motivação do conjunto do Movimento para garantir o funcionamento dos núcleos nos acampamentos e assentamentos. Dessa forma, delega uma importância grande à meta de colocar toda a sua base social em Movimento por meio da participação efetiva nos núcleos de base.

Vejamos, em linhas gerais, a organicidade do Núcleo:

Um núcleo é composto por aproximadamente dez famílias. Dele devem participar prioritariamente o homem e a mulher.

Cada núcleo deve, após ter sido composto, escolher:

- dois coordenadores (uma mulher e um homem)
- um representante para secretariar.
- um ou mais representantes para cada setor no núcleo.

O núcleo é uma instância de base, no MST, e todos os seus membros, dentro de suas possibilidades, deverão assumir atividades na vida da Organização.

Quanto ao seu funcionamento, sugere o Movimento:

- Todo o núcleo deverá ter um coordenador e uma coordenadora;
- Deverão estudar o caderno dirigido ao núcleo pelo menos uma vez ao mês;
- Todas as famílias deverão participar;
- O número que compõe o núcleo - entre dez e vinte famílias, no máximo - deve ser de acordo com o número de atividades envolvendo cada pessoa em todos os setores do Movimento;

- O núcleo deverá ser um espaço de discussão em torno das preocupações que afetam tanto as famílias como as instâncias e atividades estaduais e nacionais, a fim de fazer os encaminhamentos necessários.

Evidencia-se uma significativa importância atribuída aos núcleos quando observamos as metas pretendidas pelo conjunto do Movimento com a atuação dessa instância:

- Dar maior organicidade ao conjunto das instâncias do MST;
- Fortalecer a democracia interna ligando os setores organizados com a base;
- Ser um lugar de estudo e ampliação das linhas políticas do MST;
- Ser um local de formação político - ideológica e econômico - social dos assentados;
- Ser um local de cooperação nas suas mais variadas formas, desde uma simples troca de dias de trabalho, mutirão, até as formas mais avançadas em cooperativas de prestação de serviços, de produção agropecuária e assim por diante;

O núcleo assume o papel de célula dentro da estrutura do organismo. Sem a unidade presente nas células, o corpo orgânico se fragiliza. Analogamente o núcleo, como célula, integra a unidade do Movimento.

3.2 - A prática do espaço MST

Na construção iniciada nas instâncias de base do Movimento o que identificamos é uma busca constante de aperfeiçoar a forma de promover a participação política do indivíduo na Organização. Para tanto, a proposta tem como princípio o indivíduo, no resgate de sua auto-estima, dignificando sua existência e a projetando em direção à coletividade, assumida em sua identidade Sem-Terra. Vejamos o que diz um dos coordenadores de assentamento:

nossa proposta de organização é a partir das pessoas diretamente, dos núcleos, das comissões internas, da atuação dos setores, das regionais, da divisão das tarefas, a formação política, os planos de capacitação que vão se desenvolvendo (...), oportunizando que as pessoas participem, adquiram mais conhecimentos políticos, cultural, técnico. O MST é quem participa da luta, quem se identifica com a proposta, com esse jeito, com essa filosofia, é MST (depoimento de Emanuel, coordenação de assentamento).

Assumida, essa proposta se corporifica nas pessoas que buscam reconstruir seu próprio espaço:

Nos quando chegamos aqui, não entendia muita coisa, tudo era bastante novo, mas devagarinho a gente foi entendendo que se a gente não se organiza, ninguém faz nada. Não é o (liderança) que vai trazer a terra pra gente. A gente é que tem que ir lá conquistá ela (...) mas pra conquistar tem que se organizar, (...) os núcleos com coordenador aí funciona. Eu fui coordenador do núcleo, agora trabalho no setor da segurança (...). tem companheiros aqui do meu núcleo que também contribui na saúde, e na formação. (...) não é só a terra que a gente quer, também tem a escola a casa e o recurso para poder produzir. E depois de conquistar a terra se for preciso acampar de novo pra ter as outras coisas, a gente acampa de novo (depoimento de Itacir, acampado).

Quando eu vim pra cá, eu ouvia falar do Movimento, mas eu não sabia o que era, e a partir do momento que eu passei a conviver com outras famílias, se tornou uma família grande. Não é mais eu pensar só em mim, mas a partir do momento que eu conheci o Movimento Sem-Terra eu passei a me preocupar com os outros, a tirar teu tempo pra ajudar, contribuir, a superar as dificuldades não só financeiramente, mas o dia a dia das pessoas. A deixar teu serviço muitas vezes de lado e ajudar as pessoas, coisa que antes de conhecer o Movimento, pouco eu fazia isso. (depoimento de Camila, assentada - entrevista realizada por Dalmagro, 2001).

Na condução deste processo, observamos que no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

Não existe presidente do MST, chefe do MST, existem tarefas definidas de acordo com as habilidades, com o nível de conhecimento, entendimento, representatividade, experiência, acúmulo que as pessoas vão assumindo. A maioria dos nossos dirigentes, em todos os Estados, estão vivendo a própria realidade como o povo em geral dos acampamentos e assentamentos vivem, então essa interação entre os dirigentes e a base, e essa estrutura organizativa nossa bastante descentralizada, a gente nunca quis e não queremos verticalizar o Movimento, muito pelo contrário, temos a necessidade de cada vez mais multiplicar os militantes, formar mais gente, botar mais pessoas em atividades, até porque tarefas novas sempre vão surgindo. Então exemplos a gente poderia dar dezenas de como o povo se identifica, nas jornadas de luta, nas marchas... as pessoas tem orgulho de carregar a bandeira do MST, de ser do MST, fazer parte dessa luta, anda de cabeça erguida, discute com o governador, discute com o presidente da república, vai em qualquer lugar com esse senso de dignidade, de auto-estima, é a ideologia que vai cada vez se consolidando (depoimento de Santana, acampada).

A participação política da base social do Movimento não está posta por meio de uma diretriz institucional que a condicione. Ela vai se constituindo à medida que a implementação das linhas políticas do Movimento, orientadas por seus princípios e valores, dentro dos Acampamentos e Assentamentos vai se efetivando.

Esse encaminhamento metodológico que orienta todas as atividades fica evidenciado na fala de Stédille:

Não existe nada escrito sobre isso (participação política) nas nossas normas ou deliberações de congresso. Mas, existe uma prática, um entendimento que revela uma concepção, na minha opinião, por sermos um movimento social amplo, popular, que envolve desde as crianças até os anciões; por sermos um movimento dinâmico, que tem sua força justamente na possibilidade de participação permanente das pessoas, de todas as pessoas em todas as atividades. Então, nossa concepção é de que nosso movimento deve estimular, preservar, e garantir que qualquer pessoa possa participar de todas as atividades sociais em seu acampamento, em seu assentamento, em sua comunidade, durante todo tempo. E a participação de um cidadão em todas as atividades de sua sociedade "é o fundamento básico da atividade política e da democracia popular. Daí também está incluída a concepção de que fazer política não é apenas participar de eleições para vereador, prefeito, governador, etc. Isso talvez seja o menos democrático". na nossa sociedade. Participação política é participar em todas as atividades que lhe dizem respeito como cidadão, que lhe interessa desde uma reunião para decidir o local das casas na agrovila, até escolher delegados para ir numa manifestação na capital, até escolha do vereador da comunidade. (...) (esta concepção) ...se traduz no estímulo para as pessoas, desde as crianças, participarem de tudo. E desenvolver nelas a consciência de que elas tem direito a opinar e decidir sobre tudo. Evidentemente que quanto menor é o assentamento e o acampamento mais fácil é aplicar esse processo de decisão, de consulta permanente. Nos assentamentos e acampamentos maiores, se desenvolvem diversas formas de participação, em comissões por tipo de atividades, reuniões de grupos de família, até assembléias com todos. (Depoimento de João Pedro Stédile - Membro da Direção Nacional do MST).

Bogo (1999) amplia essa posição e explicita a estratégia do Movimento na formação de um novo tipo de camponês. Esse novo trabalhador da terra, dessa forma, deve entender que a luta vai além da conquista da terra no plano individual, ela pressupõe uma conquista num plano mais amplo que é a efetivação da Reforma Agrária:

A luta pela reforma agrária deve superar os objetivos estabelecidos na luta pela terra, isto porque, com ela iremos além da simples distribuição de terra. Reforma agrária significa também discutir as formas de utilização da terra, preservar o ambiente, planificar o desenvolvimento econômico, reeducar o ser humano, misturar a terra com conhecimentos científicos, desenvolver valores e estabelecer relações de solidariedade, através dos produtos vendidos ou doados para as populações urbanas. Isto trará um grande benefício, que é a possibilidade de criarmos um novo tipo de camponês, que além de novos conhecimentos e produtos, estabeleça novas relações de convivência com os seres humanos e com a natureza, e sinta alegria e gosto pela profissão de produzir na agricultura (Bogo, 1999: 155).

Mas Bogo ainda vai além quando diz que não basta transformar a estrutura agrária para formar esse novo homem, é preciso formar a consciência coletiva, isto é, desenvolver valores tais como a solidariedade, o estudo, a beleza, entre outros, para que o assentamento adquira uma nova identidade:

[...]não pelo montante de hectares de terra ou de recursos financeiros adquiridos, mas fundamentalmente pela evolução que haverá na formação da consciência e na organização dos assentados. (...). Não basta transformar a estrutura agrária, precisamos transformar a conduta e os hábitos errados que temos desenvolvido em nossa existência por influência da convivência social desorientada. O desenvolvimento de valores como a solidariedade, o companheirismo, o trabalho, o estudo, a preservação, a beleza etc. se torna tão fundamental que supera a luta pela sobrevivência. (...) Os valores, como a solidariedade, buscam transformar o ser humano em verdadeiro agente da própria existência, adquirindo uma nova identidade política, social, moral e de caráter (Bogo, 1999:44-45).

Mais do que conquistar um pedaço de terra, precisamos saber que tipo de função social daremos a esta propriedade, e que tipo de seres humanos geraremos sobre ela. Neste sentido, não basta apenas organizar trabalhadores Sem-Terra nos municípios e ocupar latifúndios; é fundamental compreender qual é a relação que a terra conquistada deve ter com o ser

humano excluído de todo o processo de produção e de organização da sociedade atual, e saber o que fazer para o mesmo voltar a integrar-se à sociedade, através da organização social do trabalho e também da prática de novos valores. Para melhorar e facilitar os passos neste caminho, precisamos definir que tipo de ser humano e social queremos ter no futuro, para iniciar a sua formação agora, no presente (Bogo, 1999:46).

Dalmagro (2002) comunga da mesma idéia quando aponta que a estratégia do MST está em desenvolver mecanismos que possibilitem elevar o nível de consciência do trabalhador. Condição necessária para que esta Organização alcance seus objetivos.

Entendemos, analisando a trajetória do Movimento, que há um esforço nesse sentido pois a participação efetiva da base em todas as ações possibilitará, a cada integrante desse processo, desenvolver sua consciência social.

Com efeito, evidenciamos assumir forte importância, na formação da consciência política, o envolvimento de um grande número de pessoas em todas as atividades diretamente ligadas à reprodução social de sua base. Parece-nos estar manifestado que o Movimento aposta na formação da quantidade como possibilidade de desenvolvimento da qualidade de suas conquistas.

É fundamental que grande número de pessoas participe das negociações. Aliás, esta é uma marca dos movimentos sociais que possuem direção coletiva e não elegem presidentes(....)
Entende-se por direção coletiva a participação de dezenas e centenas de pessoas na tomada de decisões e, para isto, é necessário que se estabeleça um sistema de formação técnica e política permanente (Bogo, 1999:37-39).

Em virtude desses mecanismos de tomada de decisão no Movimento, não encontramos em sua estrutura, como já mencionamos, a figura do dirigente máximo da entidade⁵⁰. Os rumos do Movimento devem ser debatidos e assumidos pelo conjunto das famílias, conforme decisão do conjunto do MST. O que identificamos como positividade é uma evidente preocupação para que as famílias, que vivem nas áreas reconquistadas no processo de luta pela terra, não vivam o Movimento, mas sim, para que vivam, constantemente, todas as dimensões da vida em Movimento.

Vejamos como o Movimento se apresenta nesta busca:

As pessoas passam a organizar o seu tempo em torno de estratégias de sobrevivência, buscando extrair do trabalho agrícola a sua existência e de sua família. (...) Esses camponeses, por organizar o seu processo produtivo de forma familiar (sem divisão técnica do trabalho) e com base na propriedade privada, tendem a constituir uma visão de mundo subjetivista e oportunista. Esta é a tendência do desenvolvimento social do camponês como produtor autônomo-familiar com base na propriedade privada. Tal tendência pode ser modificada por uma organização social que projete suas lutas para além do marco econômico corporativo. A consciência social como produto de convívio e da participação social, desenvolve-se naturalmente, na medida em que se estimule os aspectos do convívio e da participação. O acampamento é um grande exemplo disto: organizamos pessoas simples, que viviam nas comunidades rurais ou periferias das cidades, que conviviam e participavam apenas de momentos religiosos (culto), esportivo (futebol) e social (boteco) e com elas construímos uma nova estrutura social (acampamento) onde vivenciaremos diversos níveis de participação interna (grupo de base, equipes, setores, coordenação, assembléia). E também participar das mobilizações, enfim conviver intensamente. Assim, as

⁵⁰ A regra, na maioria das organizações seja qual for sua natureza e seu caráter, é encontrarmos definida uma estrutura hierárquica de comando. O MST não foge a esta regra, porém o que encontramos é a pirâmide de comando aqui invertida. O que temos no Movimento é o princípio da tomada de decisão realizado na base, estando a tarefa de dar os encaminhamentos devidos delegada a um grupo de dirigentes. O que estes dirigem é a execução das tarefas delegadas pelo coletivo.

peças saem de um nível muito pequeno de participação e se incorporam em uma estrutura social que proporciona e acelera esses aspectos. Se essa estrutura social criada (acampamento) de fato funcionar, teremos um 'laboratório para formar consciências sociais (CONCRAB, 2001:7-8).

Em relação ao início do recorte que acima transcrevemos, observamos uma formulação que merece ser melhor analisada, não que seja esta a intenção deste trabalho, mas, na evidência do fato, não podemos nos furtar ao exercício da análise do significativo direcionamento do caráter econômico presente no início das formulações assumidas pelo Movimento. Presumimos que, não ao acaso, esta condicionante impera dentro da racionalidade camponesa. A dimensão econômica perpassa transversalmente a vida do camponês, visto ser ele produto social de seu tempo. O fator econômico torna-se determinante na constituição da base material da reprodução de sua existência. Assim, a ação desencadeada pelo Movimento junto aos camponeses, que inicia durante o processo de acampamento, não se desvincula da construção de uma base material que garanta a reprodução social das famílias, sendo inicialmente determinada pela possibilidade da posse da propriedade, dos meios de produção ou da venda da força de trabalho. No estado atual de coisas, esta intencionalidade está posta nos marcos do capitalismo, visto ser esta a ordem social experimentada no tempo presente desses camponeses. Assim, se há a possibilidade de surgimento de uma Nova ordem social dentro da sociedade capitalista, o ponto de partida para sua constituição está naquilo que de mais desenvolvido existe na sociedade atual: o trabalhador despossuído do produto de seu trabalho (Marx,1991).

Para muitos pesquisadores, a proposta recriada no MST vai de encontro aos teóricos marxistas. Assim, pode ser compreendida como um entrave à volatilidade do desenvolvimento do capital.

Porém, o que observamos é que a luta desses trabalhadores, em sentido restrito, mesmo que na superfície de sua aparência possa se reafirmar pela posse instituída da propriedade privada⁵¹, também apresenta outras formas de apreensão, a partir da proposta política do MST no processo de construção de seu espaço social. Nossa percepção a respeito do Movimento nos conduz a uma análise pautada não na condição de trabalhador sem-terra, já regurgitado pela história do desenvolvimento do capital⁵², e que busca retornar para a história que o nega, mas nosso olhar encontra nesses homens a condição de trabalhador Sem-Terra, recriada no Movimento Social, que proporciona um horizonte político a essa parcela da classe trabalhadora organizada. Esses homens, ao assumirem a condução da utopia de sua sobrevivência como seres sociais, disputam não a propriedade do latifúndio, mas um projeto social, no qual se visualiza no horizonte da disputa, e da "utopia" política que os move, a disputa pela mais-valia social. O que temos apreendido no projeto do MST é a contestação de um modelo econômico que se transporta ao campo político, como disputa de projetos voltados ao desenvolvimento social: um projeto de permanência do atual estado de coisas, conduzido pelo desenvolvimento da lógica do capital, e um outro que busca emergir da velha forma (utilizando sua premissa: a propriedade privada), recriando condições para permanência de um processo que é ao mesmo tempo espaço de destruição e reconstrução de sua base material. Não seria construir o Novo utilizando as ferramentas (valores e princípios) do Velho, a utilização das ferramentas do capital conduziria à sobrevida recriada pelo próprio capital. O que encontramos na proposta do Movimento é a possibilidade de utilizar as ferramentas do Velho, como base para

⁵¹ Uma condição social que não acompanha o desenvolvimento das forças produtivas

⁵² Já diferenciamos, anteriormente, a condição de formação da classe trabalhadora no modo de produção capitalista da condição imposta à classe trabalhadora.

a construção das ferramentas que possibilitarão novas relações sociais desalienadas da lógica burguesa.

Partindo dessa compreensão, a ação proposta pelo Movimento atrela necessariamente a luta econômica ao propósito de uma ação política que eleve a consciência do camponês. Esta nos parece ser a forma encontrada pelo Movimento para assim amalgamar em um processo evolutivo, pela garantia de reprodução de uma base material, a reprodução do ser social coletivo com as dimensões da vida do ser social evoluído das relações sociais burguesas. Em outras palavras, a emancipação política do trabalhador.

Temos evidenciado que são os princípios e valores que subjazem ao método da condução da produção do ser social que possibilitará a transformação, do trabalhador condicionado pela lógica capitalista, em um trabalhador emancipado.

Para a consecução dos objetivos do Movimento, a participação política da base social do MST é assumida como ferramenta para o desenvolvimento de seu projeto de sociedade. O envolvimento do Sem-Terra na vida da organização⁵³ é, para o MST, instrumento de viabilidade para o desenvolvimento integral do ser humano, *"é a possibilidade do homem se fazer como construtor e agente da sua própria história"*.

A organização de base é o mecanismo e o espaço mais utilizado para promover e garantir a participação política do Sem-Terra na organicidade do MST e, assim, constituir o próprio

⁵³ É por intermédio de suas instâncias de participação (núcleos, setores, contribuindo internamente na organização do acampamento ou assentamento, participando nas jornadas de luta), que o MST resgata a dignidade de muitos homens e mulheres que não mais acreditavam poder viver dignamente. Resgatando a confiança dos trabalhadores de que o futuro lhes pertence, de que o passado só faz sentido hoje e que o amanhã inicia-se agora é que o MST toma corpo na ação dos trabalhadores.

MST. Ao mesmo tempo, projeta uma cumplicidade deste novo *Ser social em Movimento*, nas estratégias do *Movimento Social*.

3.3 - Valores e Princípios do MST: ferramentas na construção de seu espaço

Valores como sementes, que amadurecidas pelo movimento do tempo, se transformam em alimento que se transmuta em homens.

Como falamos anteriormente, a natureza da sociedade burguesa se apresenta, no espaço social, corporificada nas ações intenções e projeções de todos seus entes. Visto que, tanto o homem pobre - enquanto expressão da massa de trabalhadores expropriados de seus meios de produção, e dos que já vieram a este mundo possuindo apenas a sua natureza animal contida em um mundo burguês-, como o homem que pode se dar ao desfrute da riqueza produzida pela coletividade dos homens, representam a unidade contraditória e desigual dessa sociedade, uma vez que se encontram opostamente situados. Aqui, como em outras situações anteriormente discutidas, podemos observar a dialética das relações capitalistas, em cujo processo um elemento é a garantia da existência do outro.

Entretanto os trabalhadores motivados por uma conjuntura, assumida como histórica, amadurecem sua formação social e reivindicam, ainda que de forma inconsciente para muitos, um espaço que se organiza sob outra dinâmica.

Caldart, ao estudar a trajetória dos Sem-Terra, assinala que, para os trabalhadores despossuídos (que engrossam as fileiras da miséria), o MST

foi e continua sendo para cada trabalhador e trabalhadora sem-terra uma escolha, condicionada por uma circunstância social, esta sim, não escolhida. Mas escolher participar do MST não significa necessariamente passar a ter uma consciência ou uma cultura onde predominem os valores projetados pela luta e pelo jeito de ser do MST. É preciso que cada integrante do Movimento, e a cada momento, faça a sua escolha. É disso que depende o destino não do MST em si mesmo, mas do que ele hoje representa (Caldart, 1999).

Diante disso, Caldart pressupõe ser fundamental, na construção da base do Movimento,

a preocupação com os valores, porque eles são talvez a principal sustentação destas escolhas. E valores até podem ser assumidos a partir da pressão de determinadas circunstâncias, mas somente se perpetuam ou se transformam a partir de escolhas conscientes, que implicam em uma reflexão, de razão e de sentimentos, sobre a prática, sobre a vida, sobre a história. Estamos, pois, no campo da formação humana (Caldart, 1999)

O MST, como espaço social que abriga o 'bagaço' da sociedade, assume a *outra face da moeda*: na condição de produto e pressuposto dessa sociedade, o Movimento busca, como aqui viemos enfatizando, forjar relações sociais que superem as construídas pelo capital. Para tanto, o MST resgata valores pelos quais busca cultivar a formação de novas relações sociais. Estes valores são construções históricas e, como tais, são assumidos em cada momento histórico. Como prática, passam a assumir um caráter de verdade. O que o Movimento apresenta é o resgate e cultivo de valores íntimos, próximos ao objetivo do desenvolvimento humano, que foram suplantados e marginalizados pela cultura burguesa. De igual maneira refuta aqueles valores que obscurecem o surgimento de uma nova humanidade.

Pelo que desenvolvemos até aqui, percebemos que o MST é uma organização política e social cuja prática, baseada em alguns princípios organizativos, dá os contornos à luta pela reforma

agrária. Esses princípios foram definidos com base no conhecimento da experiência histórica dos trabalhadores e de outras organizações de trabalhadores em todo o mundo. São eles: a direção coletiva, a divisão de tarefas, a disciplina, o estudo, a formação de quadros, a luta de massa e a vinculação com a base (Stédille e Fernandes, 1999).

Podemos ainda acrescentar que, para o Movimento, a intencionalidade buscada na formação do ser social desalienado deverá ser cunhada sobre valores que contribuam na formação de um espaço de relações sociais superiores, pautadas não somente pelo desenvolvimento do capital, mas essencialmente do humano.

A aplicação desses princípios na prática cotidiana da luta pela reforma agrária diferencia o MST de outros movimentos sociais ao mesmo tempo em que garante o crescimento e a continuidade da organização.

O MST, ao trazer a dimensão de novos valores para a luta pela terra, expande a luta pela reforma agrária para além da posse da terra, reafirmando a necessidade de permanecer organizado politicamente, construindo experiências novas de se relacionar com a terra, de planejar o desenvolvimento econômico e social no campo utilizando o conhecimento científico e tecnológico acumulado pela humanidade a seu favor, pela educação e formação humanista, pelo desenvolvimento de novos valores de convivência, de solidariedade e confraternização com os homens e a natureza.

Esses valores assumidos pelo MST, como ferramentas na construção de seu espaço social, apresentados por Bogo, estão sendo gestados e vivenciados ao longo da história do Movimento:

1 ° O valor da solidariedade-

Solidariedade é, portanto, buscar alternativas para elevar o ser humano a uma nova categoria, tanto na qualidade de vida quanto na qualidade de consciência e na construção de novos valores. (...)

2 ° O valor da indignação-

Indignar-se contra qualquer injustiça deve ser a característica fundamental de um lutador do povo, seja ele de caráter local ou internacional. (...)

3 ° O valor do compromisso-

Compromisso é uma atitude de permanente vigilância sobre os propósitos feitos coletivamente. O caminho para a liberdade é longo e tortuoso, em todos resistem até o fim. (...) Muitas vezes pensa-se em encurtar o caminho para chegar mais rápido. Mas aí poderá estar uma armadilha colocada no caminho para iludir-nos de que alinhando-nos com determinadas forças será mais tranqüilo o caminhar e chegar ao lugar desejado. (...)

4 ° O valor da coerência-

Ser coerente e acompanhar atentamente o movimento interno de cada ação em separado, e das ações na sua globalidade. Em tudo há esse movimento interno, que somente a atenção precisa e delicada de um lutador social pode perceber. (...) Ser coerente não significa dogmatizar conceitos e explicações. (...) A coerência deve estar relacionada com a prática. (...) A coerência com a história e com as origens é fundamental.

5 ° O valor da esperança-

A esperança na história de luta dos povos é uma chama que em determinados períodos diminui de tamanho, mas não morre. Continua lá, com a mesma quentura, a espera de um impulso para emergir-se e iluminar o caminho de

quem acredita na possibilidade de construir a felicidade com todas as mãos e corações interessados a viver a dignidade. (...)

6 ° O valor da confiança-

Confiança é isso. É saber que somos importantes em nossas características, conhecimentos e sabedoria. Mas, somente sentiremos esta importância se acreditarmos nas pessoas, na coletividade.

7 ° O valor da alegria-

A sociedade que sonhamos construir deverá ser alegre porque teremos prazer em viver nela. Mas a alegria é como um músculo, se não a exercitar todos os dias, atrofia e seca. A tristeza não pode construir nada de belo. Embora às vezes tenhamos que conviver com ela, seu ciclo deve ser forçado a ser curto.

8 ° O valor da ternura-

Ternura significa reconhecimento. Reconhecer que há vida em tudo. (...) A ternura como valor está na linha do aperfeiçoamento do comportamento político e humano de um lutador do povo na sua relação com a coletividade. (...) a ternura não implica em evitar a luta e a guerra, apenas nos ensina ser humanos dentro dela.

9 ° O valor da mística em forma de utopia-

A utopia é colocada aqui como valor no sentido de que devemos contestar a ideologia da incerteza sobre o futuro, como se o projeto da sociedade igualitária e a busca da perfeição não fossem mais possíveis. Entendemos, portanto, como utopia a relação entre a dimensão concreta de um projeto real, que visa ir realizando o projeto abstrato, formulado com a ajuda da ciência e pela imaginação humana. Ter e manter a utopia deve ser um valor que se alimenta pela mística como sendo a razão que nos faz viver e buscar esta causa. (...) Participar, criar referências organizativas para que as pessoas possam se encontrar, discutir seus problemas; reagir de modo organizado contra os verdadeiros responsáveis; elevar o nível de consciência e propor-se a mudar o modelo de sociedade onde as pessoas coloquem a

tecnologia a seu serviço e a busca do bem estar de todos os seres humanos, é o início para reanimar a utopia, iniciando a implantação de aspectos concretos deste plano abstrato.”

10 ° O valor dos símbolos-

É fundamental que os lutadores do povo mantenham vivos os símbolos que dão identidade a nossa cultura, nossas organizações. (...) É fundamental prestar atenção e preservar o que nos identifica e o que nos mantém vinculados ao passado. (...) Resgatar os símbolos, mantê-los em evidência, preservá-los e dar conteúdo e significado aos que vão nos identificando como a terra, a água, o ar, o fogo, as montanhas, e fundamentalmente considerar os seres humanos o principal símbolo para a organização igualitária da sociedade’.

Sabemos que os valores de uma organização carregam em si seus princípios e sua racionalidade objetiva. É através deles (valores e princípios) que compreendemos a diretriz política que move essa Organização. Os Sem-Terra organizados no MST buscam, em seu espaço, fazer emergir valores na construção do Novo homem e da Nova mulher, como expressão do trabalhador emancipado da lógica burguesa.

4 - CONSIDERAÇÕES EM SÍNTESE

Há um ditado que nos fala que aquele que constrói uma casa tem em seu trabalho um início, um meio e um fim. Porém, o trabalho daquele que se dispõe a construir um jardim não apresenta início, muito menos fim, porque a natureza de sua obra é uma constante de vida e morte daquilo que antecede a própria existência do jardineiro: a percepção da beleza das flores, contida em seu particular ciclo de vida e morte. A obra do jardineiro não tem fim.

Analogamente, apreendemos o Movimento Social popular como um jardim, seu início está contido em um princípio que antecede sua existência, e seu fim não está proposto em sua história⁵⁴. Porque sempre novas combinações de plantas e flores serão possíveis a todo tempo presente. Trata-se de um Movimento Social entendido como manifestação de um processo de recriação e reinvenção constante de sua base social, no cenário em que se descortina sua realização. Como posto neste trabalho, hoje este cenário é o mundo.

Assim, propor uma conclusão, mesmo sobre um aspecto específico da Organização MST, não nos parece ser próprio à sua forma de funcionamento. O que nos propomos neste momento é identificar no *espaço MST* o processo de vida e morte da sociedade burguesa, ou em outras palavras, o que tentamos evidenciar, é como o MST desconstrói em seu espaço, sua própria história na forma de trabalhador sem terra, para reconstruí-la novamente sob

⁵⁴ Esta forma de perceber o Movimento Social apreendemos de Thompson, que desde meados do século passado, nos ensina a identificar outra dimensão na existência dos movimentos populares. É necessário identificar o aprendizado que se acumula para a classe trabalhadora. Esse aprendizado acumulado historicamente através das ações populares e coletivas, o historiador da classe operária inglesa vai chamar de experiência.

a forma de um novo ser social sem-terra, capaz de propor a superação de sua existência. Para nós, a forma com que o MST conduz essa passagem, é a singularidade na formação deste espaço.

Por essa ótica, podemos apontar os resultados a que esta pesquisa chegou traçando algumas diretrizes para a interpretação do *espaço MST*. Nosso objetivo não foi elaborar uma interpretação acabada, já que o esforço feito buscou identificar o potencial desse espaço de princípios de uma nova ordem social, mas compreender ou pensar sobre a experiência de organização dos trabalhadores no MST, por intermédio das relações sociais desenvolvidas no ou através do Movimento. Considerando que essas observações poderão ser retomadas cada vez que intentarmos repensar essas experiências, pressupomos que esta análise possa suscitar uma releitura das possibilidades de acúmulo de forças por parte dos trabalhadores na busca de sua emancipação produtiva.

A síntese de nossa leitura pontua questões, que merecem destaque como essenciais na definição do *espaço MST*, conforme exposição a seguir:

Apreender o MST como referência de análise

Não foi por falta de compreender que uma determinada proposta política só cria materialidade no fato de esta se realizar no tempo e no espaço como realidade concreta, nem tampouco por negligenciarmos a relevante importância dos aspectos locais, comumente considerados neste tipo de trabalho, que nossa

opção de análise se fez percorrendo o caminho desenvolvido ao longo deste trabalho. Em outros termos nossa opção prestigia a intervenção na totalidade da proposta do Movimento visto poder ser a realidade local, de um determinado caso particular, enriquecida de elementos únicos àquela realidade, não sendo representativa da intencionalidade da proposta desta Organização.

Nossas observações sobre esta Organização foram colhidas no percurso de nossa caminhada acompanhando e participando desse Movimento Social há mais de dez anos, como já mencionamos na apresentação deste trabalho. No transcorrer desse período nos foi possibilitado 'navegar' nos vários setores e frentes de trabalho criados e recriados pelo MST sob os ventos das mais diversas conjunturas políticas e econômicas vivenciadas por esta Organização. Nesta análise podemos evidenciar a existência de uma intencionalidade expressa pelo MST que se transporta a toda dimensão da vida do próprio Movimento, a qual se incorpora ao conjunto das realizações propostas para esse espaço. Desta forma, tanto no que diz respeito ao acampamento quanto ao assentamento, a organização da escola, da produção, os equipamentos de saúde, da formação, do lazer, da religiosidade, entre tantas outras dimensões a serem consideradas por cada coletivo que se propõe a viver os princípios e valores do MST, são realizações que devem materializar a prática dos valores e princípios do Movimento.

Nesse olhar sobre a totalidade da proposta de reprodução da vida engendrada pelo MST, o próprio Movimento por produzir sua existência na produção do ser social Sem-Terra, é determinante para quem desejar compreender as peculiaridades em estudos de casos específicos desenvolvidos e conduzidos sobre o MST.

Apreender o MST na dinâmica do movimento da sociedade

Um vírus, ao infectar um corpo, multiplica-se rapidamente, espalhando-se por todo o organismo. Nesta interação, o organismo reage produzindo o anticorpo - uma unidade produzida pelo próprio organismo quando na presença do corpo estranho. O anticorpo tem a finalidade de combater o corpo estranho e dar resistência ao organismo. Todavia, o vírus não sobrevive na condição de vírus fora do organismo, ele depende do organismo para manter sua existência. Esse parasitismo, assim definido, não se dá sobre condições pacíficas, o organismo corrompido pela ação do vírus se modifica na busca da superação de seus limites. Assim, temos que o processo de superação, nessa relação, só é possível como produto de uma reação a uma ação deletéria promovida pelo vírus. Em outras palavras, o que propomos é a identificação de uma positividade, do ponto de vista da possibilidade de evolução do organismo pelo fato de este, quando exposto ao vírus, tornar-se resistente ao poder degenerativo desse corpo estranho. Pois esta condição superior só se dará como reação à ação anterior promovida pelo vírus.

O que descrevemos acima é apenas uma analogia com o exercício de resgate daquilo que consideramos de fundamental importância para compreendermos o processo de recrudescimento do modo de produção social, no qual nossa sociedade poderá ser comparada a um organismo vivo em processo de desenvolvimento.

Assim sendo, ressaltamos o que já evidenciamos aqui neste trabalho como positividade dessa sociedade - a união dos homens

como produto do desenvolvimento social no processo de recrudescimento das forças produtivas materiais desta.

Em síntese, temos que o recrudescimento produtivo se dá na desigualdade da produção dos homens. É essa desigualdade existente entre desenvolvimento material e exclusão social (a qual também é material) que propicia aos homens a possibilidade da busca de alternativas para sua ressocialização.

No entanto, há de ser salientado que nessa sociedade o que os indivíduos são, coincide com a sua produção, tanto com o que produzem, como com o modo como produzem (Marx e Engels 1987:27). Assim temos os trabalhadores sem-terra que engrossam as fileiras do MST, igualmente como produtos dessa relação. Dessa maneira está a própria organização do espaço MST permeada pelo desenvolvimento capitalista do conjunto da sociedade brasileira. Todavia, de igual maneira, esse homem produto de uma relação burguesa, ao se reproduzir socialmente no ou através do espaço MST, encontra a possibilidade de experimentar, na intermediação de sua reprodução social, novas relações sociais pautadas pelos princípios e valores desenvolvidos historicamente pelo Movimento. Com isso promove a possibilidade da produção de um novo homem e de uma nova mulher.

Como relato de nossa experiência particular, nos deparamos com diversas realidades de famílias que, por motivos distintos na aparência, mas comuns em suas conseqüências, somam-se às fileiras da exclusão. Nossa observação nos conduz a afirmar que a construção idealizada pelo MST, para os homens em Movimento, não está em encontrar saídas inclusas ao sistema. Sua proposta, princípios e objetivos, materializados no espaço MST, afrontam a

lógica capitalista por traduzir como possibilidade a formação de um espaço propício à elevação de relações sociais superiores àquelas engendradas pelo capital pela busca incessante da formação do ser social desalienado de sua forma primitiva.

No seu caminhar, o *espaço MST* está a se construir em práticas e ações objetivadas, a imprimir uma identidade coletiva aos trabalhadores. Desta forma, o *espaço MST* possibilita materializar sua base social em um *Ser Social em Movimento*. Torna-se, assim, com base em seus valores humanistas e socialistas, vanguarda para todos os demais Movimentos Sociais populares.

O que estamos a dizer é que o Movimento tem como intencionalidade de seu espaço, o objetivo de criar relações sociais pautadas por princípios humanistas e socialistas, esses princípios ao serem edificados participam da reprodução de sua base social. Assim, no processo de luta de classe desenvolvida pelo MST, o que está a se construir em seu espaço é um **"novo homem e uma nova mulher"**.

Apreender a estratégia do MST a partir da Velha forma

Já debatemos as condicionantes históricas que formatam a vida dos trabalhadores que engrossam as fileiras do Movimento, e como estes trabalhadores expropriados do produto de seu trabalho trazem em si as contradições do mundo burguês. Assim, nesses trabalhadores estão presentes tanto a vida quanto a morte da ordem social por eles experimentada.

O que podemos observar de forma empírica, em nossa caminhada, partilhada junto às estratégias de atuação do MST, pode ser representado por duas formas:

A primeira refere-se à condição social do "produto humano" que se constitui como base do MST. Sobre essa referência o acampamento é a porta de entrada da grande massa de trabalhadores na vida do Movimento. Nesse momento, as famílias participam no MST não com a intenção da construção de um projeto de vida coletivo, mas na busca de saídas para seus problemas imediatos. A estratégia do Movimento para reconstrução desses homens e mulheres ("bagaço" do capitalismo) está em introduzi-los na organicidade do Movimento propondo reconstruí-lo sobre novos valores, edificando novas relações sociais(vide anexo 1).

Uma segunda referência, consta da necessidade do Movimento de se apropriar do desenvolvimento da lógica burguesa para propor o desenvolvimento material de sua base no assentamento. Nas estratégias do MST encontramos também a luta pela posse dos meios de produção bem como pelo crédito (categoricamente duas formas burguesas de produção da vida). Desta forma, o que apreendemos da estrutura de ação do Movimento é a necessidade de apropriação dessas formas burguesas de reprodução da vida, para garantir a reprodução material de sua base social, porém, a ação proposta pelo Movimento não se limita a esse fim: ao propor o desenvolvimento integral da vida do trabalhador e a necessidade da construção de um novo modelo econômico e produtivo, o MST contesta esse modelo de desenvolvimento e busca reconverter, com base em seus valores humanistas e socialistas, o produto humano, derivado desse processo, em seu espaço de realização social. Desta forma, a proposta do Movimento atrela necessariamente a

luta econômica ao propósito de uma ação política objetivando formar e elevar a consciência dos trabalhadores na dimensão da vida do ser social evoluído das relações sociais burguesas. Em outros termos a emancipação política do trabalhador pela garantia de reprodução de sua base material.

Desta forma, quem buscar encontrar o Novo no MST não poderá se furtar em entendê-lo com base na Velha forma, pois uma Nova ordem social só poderá ser apreendida pelo processo de superação da Velha forma.

Entendemos, finalmente, que desvelar a produção do momento e a consolidação do processo de superação - do trabalhador alienado ao mundo burguês para a constituição do Ser Social Sem-Terra -, para nós, torna-se um desafio não somente no campo da pesquisa, mas também como possibilidade de evolução do próprio Movimento, na evidência da necessidade de tornar acessível para as quatro milhões de famílias sem-terra, existentes no Brasil o desenvolvimento social; econômico; político; cultural e humano, construído na luta de classe, no processo de desenvolvimento de nossas forças produtivas.

Bibliografia

ABRAMOVAY, Ricardo (1992). *Paradigmas do capitalismo Agrário em Questão*. São Paulo: Hucitec.

ANCA - Associação Nacional de Cooperação Agrícola, (2001). *Nosso Jeito de Cantar, livro de canções populares e da terra*. São Paulo. Anca.

ANTUNES, Ricardo (2000). *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2^a. ed.

ALMEIDA, Jalcione (1995). *Tecnologias agrícolas "alternativa": Nascimento de um novo paradigma?*. Porto Alegre, RS, Brasil.

ALTIERE, Miguel. MASERA, Omar, (1997). *Desenvolvimento rural sustentável na América Latina: construindo de baixo para cima*. In: ALMEIDA, Jalcionei. *Reconstruindo a agricultura idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento sustentável*. Porto Alegre, RS, Brasil. Ed. Da universidade / UFRGS.

AUED, Idaleto Malvezzi, (1999). *Capital e emancipação humana: o ser social*. In: AUED, Bernardete Wrublevski. (org.). Educação para o (des) emprego. Petrópolis: Vozes.

AUED, Idaleto Malvezzi, (1996). *Estratégias e contradições na construção da URSS: socialismo de menos, capitalismo de mais (1917 - 1929)*. Tese de Doutorado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo - USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

_____, (1997). *Dois dedos de prosa com Karl Marx sobre O Capital*. Texto para discussão, UFSC - Centro Sócioeconômico

_____, (1998). *Transição ao Socialismo: o caso da URSS*. *Revista Praxis*, Ano. IV, nº 10. Belo Horizonte: Projeto, out 1997-fev .

_____ (2002). *Marxismo e Geografia*. In: ALBA, R. S., OTSUSUCHI, C., ZIBORDI, A. F. O Ensino de Geografia no Novo Milênio. Chapecó-SC. Ed. Argos.

AUED, Idaleto Malvezzi; GRADE, Marlene. *Desafio - revista de Economia e Administração / Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - v 1 n 1 2000 Campo Grande*.

_____ *Desafio - revista de Economia e Administração / Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - v 2 n 3 2001 Campo Grande.*

BIJKER, W.E.; HUGES, T.P.; PINCH, T.F. (1987). *Temas comuns em estudos sociológicos e históricos da tecnologia.* In: A construção social de sistemas tecnológicos: novas tendências em sociologia e história da tecnologia. Cambridge/Massachussetts/London: MIT Press,. 7-49p.

BOGO, A. (1998). *A vez dos valores.* São Paulo: MST.

_____ (1998^a). *Teoria da organização do MST.* Teixeira de Freitas, (texto não publicado).

_____ (1999). *Lições da Luta Pela Terra.* Salvador. Memorial das Letras.

_____ (1999). *Novo ascenso na organização da cooperação.* Teixeira de Freitas, (texto não publicado).

BRUM, Argemiro J. (1982). *O desenvolvimento Econômico Brasileiro.* Rio de Janeiro. Vozes.

CALDART, Roseli, S. (1999). *Escola é mais do que escola na Pedagogia do Movimento Sem Terra,* Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRG.

CARVALHO, Horacio Martins. (texto não publicado).

CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda, (1997). *Sistema Cooperativista dos Assentados.* São Paulo, MST/CONCRAB,. (Caderno de Cooperação Agrícola n. 5)

_____, (1997), *Sistema Cooperativista dos Assentados em Números.* São Paulo, MST/CONCRAB. (mimeografado).

_____, (1997), *Cooperativas de produção: questões práticas.* 3^a ed. São Paulo, MST/CONCRAB, (Caderno de Formação n. 21).

_____, (1997). *Método de trabalho popular.* São Paulo, MST/CONCRAB (Caderno de Formação n. 24).

_____, (1998). *A vez dos valores*. São Paulo, MST . (Caderno de Formação n. 26).

_____, (2001). *O que levar em conta para a organização dos assentamentos*. São Paulo, MST/CONCRAB. (Caderno de Cooperação Agrícola n. 10).

CORRÊA, Roberto L, (1987). *Região e organização espacial*. Ática: São Paulo.

_____ (1999). *Rede urbana e formação espacial - uma reflexão considerando o Brasil*. Revista Território n. 8. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

CUNHA, Euclides da (s/a). *Os Sertões*. Editora Ouro. Rio de Janeiro.

DALMAGRO, S. L.,(2002). *Trabalho, coletividade, conflitos e sonhos: A formação humana no Assentamento Conquista na Fronteira*. Dissertação de Mestrado em Educação - UFSC.

DIAS, L.C., (1995). *Redes eletrônicas e as novas dinâmicas do território brasileiro*. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

ENGELS, Friedrich, (1980). *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. Ed. Global 3ª ed. São Paulo.

FAO/INCRA. (1994). *Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável*.

FERNANDES, B. M., (1999). *MST: Formação e Territorialização*. São Paulo: Hucitec.

_____, (2001). *A formação do MST no Brasil*, 2. ed. Petrópolis: Vozes.

_____, (2001). *Questão agrária, pesquisa e MST*, São Paulo: Cortez.

FRONN, Erichi, (1983). *O conceito Marxista de Homem*. 8ª ed. Rio de Janeiro. Zahar.

GERMER, Claus M., (1996). *A irrelevância prática da agricultura "familiar" para o emprego agrícola*. Unicamp.

GONÇALVES, Carlos Walter, (2001). *Os (Des)Caminhos do meio ambiente*. 8ª. Ed., São Paulo: Contexto.

GORENDER, Jacob, (1999), *Marxismo sem utopia*. São Paulo: Ática.

GRADE, Marlene, (1999). *MST: luz e esperança de uma sociedade igualitária e socialista*. Dissertação de Mestrado em Economia - UFSC.

GRAZIANO DA SILVA, José., (1982). *A Modernização Dolorosa*. São Paulo: Zahar Editores.

HOBSBAWM E. J., (1995). *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras.

HARVEY, D., (1989). *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.

Icepa - Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina. (1991). *População e Mão-de-obra - Oeste Catarinense*, Florianópolis. Icepa.

LEFEBVRE, Henri, (1986). *La production de L'espace, Paris Ed. Antrhropos*.

LENIN, Vladimir I. (1980). *Capitalismo na Agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura*, São Paulo. Ed. Brasil Debates.

MARTINS, José de Souza, (1985). *A militarização da questão agrária*, Rio de Janeiro, 2ª ed. Vozes.

_____ (1997). *Exclusão Social e a Nova Desigualdade*. São Paulo: Paulus.

MARX, Karl, (1969). *Capítulo VI Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. São Paulo. Ed. Moraes.

_____, (1983). *Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844*, in. FRONN, E. (1983). ed. Rio de Janeiro. Zahar.

_____, (1986). *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa Ed. Estampa.

_____, (1991). *O Capital: Crítica da economia política*: livro 3, volume 4. Rio de Janeiro. Bertrand brasil.

_____, (1999). *O Capital: Crítica da economia política*: livro 1, volume1. Rio de Janeiro. Civilização brasileira.

_____, (1999). *O Capital: Crítica da economia política*: livro 2. Rio de Janeiro. Civilização brasileira.

MARX, Karl. ENGELS, Friederich. (1986). *A Ideologia Alemã*, Ed. Hucitec.

MORISSAWA, M., (2001). *A história da luta pela terra e o MST*, São Paulo. Expressão Popular.

MST, (1986). *Elementos sobre a Teoria da Organização no Campo*. Caderno de formação n.º 11. São Paulo: MST.

_____ (1994). *Como Organizar os Assentamento Individuais*. São Paulo. MST.

_____ (1995). *Perspectivas da Cooperação Agrícola nos Assentamentos*. Caderno de Formação n.º 4. São Paulo: MST.

_____, (1996). *Programa de Reforma Agrária. Caderno de Formação n.º23*. São Paulo: MST.

_____, (1997). *Sistema Cooperativista dos Assentados*. Caderno de Cooperação Agrícola n.º 5. São Paulo: MST.

_____ (1998). *A Vez dos Valores. Caderno de Formação n.º 26*. São Paulo: MST.

OLIVEIRA, A.U (2003). *Barbárie e modernidade o agronegócio e as transformações no campo*. Texto mimeo.

_____ (2004). *O agronegócio X Agricultura Familiar e a Reforma Agrária*. Brasília. Cartilha Comcrab.

PAULILO, Maria I. S. (1996). *Terra à Vista e ao Longe*. Florianópolis: Ed. UFSC.

PORTO, Edgar - *O espaço em Marx*, in. revista de Desenvolvimento Econômico / UNIFACS. Departamento de Ciências Sociais Aplicadas 2. Ano IV, n6. (julho 2002) - Salvador/Bahia.

PRADO Jr. Caio (1982). *História*, São Paulo. Ática.

- RAFFESTIN, C. (1993). *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, (Trad. Maria Cecília Franga).
- SANTOS, Milton. (1979). O Estado-Nação como espaço, totalidade e método. In: *Espaço e Sociedade*. Vozes: Petrópolis.
- _____. (1988). O espaço geográfico como categoria filosófica. O espaço em questão. *Terra Livre* n.5. São Paulo: AGB.
- _____, (1988). *Metamorfoses do espaço habitado*. Hucitec: São Paulo.
- _____, (1988). (org.). *Novos rumos da Geografia brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec.
- _____, (1992). *1992: a redescoberta da natureza*. Revista de estudos avançados.
- _____, (1993). *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec,
- _____, (1994). *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. Hucitec: São Paulo.
- _____, (1996). *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec.
- _____, (1999). *A Natureza do Espaço: espaço e tempo: razão e emoção*. São Paulo, Hucitec.
- _____. (2000). *Território e Sociedade - entrevista com Milton Santos*. Entrevistadores: Odete Seabra, Mônica de Carvalho, José Corrêa Leite. São Paulo: Perseu Abramo.
- SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria Laura (2001). *O Brasil - território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record.
- SERRES, M. (1991). *O Contrato Natural*. ed. Nova fronteira, Rio de Janeiro.
- SILVA, José Gomes (1996). *A Reforma Agrária Brasileira na Virada do Milênio*. Campinas: ABRA.
- SINGER, Paul. (1996). *Economia Socialista*. 1ª ed. São Paulo. Ed. Fundação Perseu Abramo.

SOUZA, M. J. L. (1995). O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

STÉDILE, J. P. e FERNANDES, Bernardo M., (1999). *Brava gente - a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

STÉDILE, J. P. (1997). *A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Atual.

_____ (1997). *Palestra Sobre Ciclos De Desenvolvimento*, Vitória, (texto não publicado).

_____ (1998). *A Reforma Agrária e a Luta do MST*. Petropolis: Vozes.

_____ (2002). *A Questão Agrária Hoje*. Porto Alegre. Editora Universidade/UFRGS. 3ª ed.

STÉDILE, J. P. e Frei SÉRGIO (1993). *A Luta Pela Terra no Brasil*. ed. Página Aberta, São Paulo SP.

TEIXEIRA, Gerson. (1999). *O Censo Agropecuário de 1996: Uma síntese dos efeitos, no agrário, de 11 anos de Neoliberalismo*. Assessoria técnica da Câmara dos Deputados. Brasília.

THOMPSON, E. P. (1987). *A formação da classe operaria inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 3ª ed.

ANEXOS

(Anexo 1)

Objetivos gerais

1. Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital.
2. A terra é um bem de todos. E deve estar a serviço de toda a sociedade.
3. Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas.
4. Buscar permanentemente a justiça social e igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais.
5. Difundir os valores humanista e socialistas nas relações sociais.
6. Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher.

(Anexo 2)

Compromissos do MST com a terra e com a vida

*Os seres humanos são preciosos, pois sua inteligência,
Trabalho e organização podem proteger e
Preservar todas as formas de vida.*

- Amar e preservar a terra e os seres da natureza.
- Aperfeiçoar sempre nossos conhecimentos sobre a natureza e a agricultura.
- Produzir alimentos para eliminar a fome na humanidade.
Evitar a monocultura e o uso de agrotóxicos.
- Preservar a mata existente e reflorestar novas áreas.
- Cuidar das nascentes, rios, açudes e lagos. Lutar contra a privatização da água.
- Embelezar os assentamentos e comunidades, plantando flores, ervas medicinais, hortaliças, árvores...
- Tratar adequadamente o lixo e combater qualquer prática de contaminação e agressão ao meio ambiente.
- Praticar a solidariedade e revoltar-se contra qualquer injustiça, agressão e exploração praticada contra a pessoa, a comunidade e a natureza.
- Lutar contra o latifúndio para que todos possam ter terra, pão, estudo e liberdade.
- Jamais vender a terra conquistada. A terra é um bem supremo para as gerações futuras.

(Anexo 3)

Linhas políticas reafirmadas no IV Congresso Nacional do MST

- 1.- Intensificar a organização dos pobres para fazer lutas massivas em prol da Reforma Agrária.
- 2.- Construir a unidade no campo e desenvolver novas formas de luta. Ajudar a construir e fortalecer os demais movimentos sociais existentes no campo, especialmente o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores).
- 3.- Combater o modelo das elites, que defende os produtos transgênicos, as importações de alimentos, os monopólios e as multinacionais. Projetar na sociedade a reforma agrária que queremos para resolver os problemas de: trabalho, moradia, educação, saúde e produção de alimentos para todo povo brasileiro.
 - Realizar debates com a sociedade em geral, nos colégios, etc..
 - Promover campanhas para evitar o consumo de alimentos transgênicos pelo povo.
 - Realizar ações de massa contra os símbolos do projeto deles, e deixar claro qual é o nosso projeto para a sociedade.
- 4.- Desenvolver linhas políticas e ações concretas na construção de um novo modelo tecnológico, que seja sustentável do ponto de vista ambiental, que garanta a produtividade, a viabilidade econômica e o bem estar social.
- 5.- Resgatar e implementar em nossas linhas políticas e em todas atividades do MST e na sociedade, a questão de gênero.

- 6.- Planejar e executar ações de generosidade e solidariedade com a sociedade desenvolvendo novos valores e elevando a consciência política dos trabalhadores Sem-Terra.
- Organizar calendários para as atividades solidárias.
 - Implementar ações de solidariedade com trabalhadores de outros países(de todo mundo).
 - Desenvolver ações de solidariedade com crianças abandonadas.
 - Organizar viveiros de mudas para distribuir nas cidades.
 - Transformar a prática da solidariedade como uma forma permanente de nossas atividades.
 - Desenvolver na nossa base e na sociedade ações políticas contra a repressão política, que atinge militantes e organizações sociais.
- 7.- Articular-se com os trabalhadores e setores sociais da cidade para fortalecer a aliança entre o campo e a cidade, priorizando as categorias interessadas na construção de um projeto político popular.
- Desenvolver com os trabalhadores desempregados a ocupação das áreas ociosas nas periferias das cidades e organizar atividades produtivas.
 - Realizar atividades de formação política em conjunto com jovens da classe trabalhadora.
 - Apoiar os movimentos de luta pela moradia.
 - Organizar acampamentos.
- 8.- Desenvolver ações contra o imperialismo combatendo a política dos organismos internacionais a seu serviço como: o FMI (Fundo Monetário Internacional), OMC (Organização Mundial do Comércio), BIRD (Banco Mundial) e a ALCA (Acordo de Livre Comércio das Américas). E lutar pelo não pagamento da dívida externa.

- Lutar contra as privatizações das empresas brasileiras.
 - Defender a cultura brasileira frente às agressões culturais imperialistas.
- 9.- Participar ativamente nas diferentes iniciativas que representem a construção de UM PROJETO POPULAR PARA O BRASIL.
- 10- Resgatar a importância do debate em torno de questões importantes como: meio ambiente, biodiversidade, água doce, defesa da bacia de São Francisco e da Amazônia, transformando em bandeiras de luta para toda a sociedade, como parte também da reforma agrária.
- Articular-se com os demais setores sociais para desenvolver esse trabalho, e intensificar o debate na nossa base e escolas de assentamentos.
 - Desenvolver e participar de campanhas nacionais em torno destas questões.
 - Desenvolver campanha de preservação do meio ambiente em todos assentamentos.
 - Promover o desenvolvimento de políticas específicas à situação do cerrado e do semi-árido.
- 11.- Continuar conscientizando a população do campo e da cidade sobre a importância da Reforma Agrária.
- 12.- Preparar, desde já, junto com as demais forças sociais e políticas, jornadas de lutas, prolongadas e massivas (tendo como referência dia 17 de abril).

